

ensaios de

História

Franca, v.1, n 2, 1996

ISSN 1414-8854



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de História, Direito e Serviço Social

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Revista do Curso de Graduação em História

ISSN 1414-8854

Ensaio de História	Franca	v.1, n.2	p.1-174	1996
--------------------	--------	----------	---------	------

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Arthur Roquete de Macedo

Vice-Reitor

Antônio Manoel dos Santos Silva

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

Diretor

Neide Aparecida de Souza Lehfeld

Vice-Diretor

Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta

Curso de Graduação em História

Coordenador

Hercidia Mara Facuri Coelho

Vice-Coordenador

Silvia Maria Conrado Jacintho

Conselho do Curso de Graduação em História

Ana Maria Faleiros, Antônio Marco Ventura Martins, Cléber Santos Vieira,
Dulce Maria Pamplona Guimarães, Fernando Berardo Toscano,

Hercidia Mara Facuri Coelho, Reinaldo dos Santos, Sérgio Hiroaki Motoki,
Silvia Maria Conrado Jacintho, Suzeley Kalil Mathias

Comissão Editorial

Braz Batista Vas, César Ricardo de Andrade, Ernâni Soares de Paula,
Joanne Neves Fraz, Marco Antônio Matos Antônio,

Marcos Alves de Souza, Sérgio Hiroaki Motoki

Publicação semestral/*Semestral publication*

Solicita-se permuta/*Exchange desired*

Endereço/Adress

Ens. Hist.

Rua Major Claudiano, 1488 - Cep 14400-690 Franca/SP

ENSAIOS DE HISTÓRIA (Faculdade de História, Direito e
Serviço Social - UNESP) Franca, SP - Brasil, 1996 -

1996 - , 1

ISSN 1414-8854

Capa: Clio - deusa grega da História.
Desenho e arte final: Atalie Rodrigues Alves Ferreira.

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresentamos ao leitor este segundo número da revista Ensaio de História. Esta publicação nasceu, em 1996, da iniciativa generosa de um grupo de estudantes de História com o intuito de garantir um espaço editorial para os trabalhos acadêmicos dos alunos do Curso de Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social.

A partir desse número, Ensaio de História torna-se a publicação oficial do Curso de Graduação em História da UNESP, Câmpus de Franca. Este encaminhamento, oficializado pela Direção da Faculdade através da Portaria 19/97 e assumido pelos membros do atual Conselho de Curso de História, garante as condições fundamentais de continuidade à publicação e procura manter, no essencial, o espírito que moveu a criação da revista.

Como uma iniciativa cultural da nossa faculdade, Ensaio de História permanecerá de páginas abertas à produção e ao debate acadêmicos que vierem a promover o conjunto dos estudantes de Graduação em História. Expressando um anseio comum, interessa à revista continuar a ser o *locus* de divulgação dos exercícios de investigação e reflexão que envolvem os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), assim como as pesquisas realizadas nas diversas modalidades de bolsas de Iniciação Científica, Monitoria e bolsas PAE. Esta intenção visa, deliberadamente, estimular o engajamento dos docentes e discentes do Curso de História da UNESP/Franca na construção e consolidação de um centro de excelência da pesquisa histórica entre nós.

O sumário deste segundo número, seguindo as pegadas do anterior, é amplo e extenso. Aborda temas relativos à antiguidade grega, à história política ibérica e brasileira, à história das idéias políticas, e, por fim, aos problemas da educação, enfocando especialmente o ensino da História. Mantém-se, neste número, uma tradução e abre-se a sessão de resenhas, um importante espaço para o debate, a reflexão e a inventividade.

Gostaríamos de encerrar esta apresentação informando que, a partir do próximo número, o **Conselho Editorial** de Ensaio de História passa a ser formado pelos membros do Conselho de Curso de Graduação em História e que a revista terá uma **Comissão Editorial**, eleita entre os estudantes do Curso de Graduação em História, como seu fundamental e mais importante dinamizador.

Hercília Mara Facuri Coelho
 Coodenadora do Curso de Graduação em História
 UNESP, Câmpus de Franca

SUMÁRIO/CONTENTS

ARTIGOS/ARTICLES

- **Tragédia: espelho da antiguidade grega** 11
 Tragedy: The Mirror Of The Greek Antiquity
Renata Cardoso Beleboni

- **A comédia aristofânica na Grécia Antiga** 19
 The "Aristofanical" Comedy On Old Greece
Andréia Cristina Costa

- **A revolução da experiência: os ibéricos inventam o mundo nos séculos XV e XVI** 37
 The Experience Revolution: The Iberians Invented In
 The XV And XVI Centuries
Marcos Roberto de Castro

- **Malleus Maleficarum: uma proposta de abordagem** 51
Malleus Maleficarum: An Approach Proposal
Marco Antônio Matos Antônio

- **A organização política e judiciária brasileira no período pós- independência** 63
 The Political And Judicial Brazilian Organization In
 The Post-Independence Period
Edna Maria Matos Antônio

- **Instituições políticas e relações de poder no Brasil** 73
 Political Institutions And Power Relations In Brazil
Adriana Gianvécchio

• Ideologia no Estado Novo The Ideology On The New State <i>Wilmar Antônio de Oliveira</i>	79
• A relação educação e sociedade: os fins práticos de uma influência recíproca The Relation Between Education And Society: The Pratical Objectives Of A Reciprocal Influence <i>Ricardo Morais Scatena</i>	89
• Uma dicotomia: formação acadêmica e prática docente em história A Dichotomy: Academic Formation And History Teaching Practice <i>Andréia Lúcia Borges</i>	99
• O ensino da história do cotidiano em uma 3ª série do 1º grau The Teaching Of History In The Daily Life Of A 3rd Year Of "1º Grau" <i>Daniela Elisa de Andrade Mioto</i>	107
• Uma análise da <u>ação comunicativa</u> An Analysis Of The <u>Communicative Action</u> <i>Marco Antônio Brandão</i>	115
• Ator, tempo e processo de longa duração na polêmica de Mariátegui com Haya de la Torre Act, Time And The Long Time Duration Process In The Mariátegui And Haya De La Torre Polemics <i>Ricardo Marinho</i>	131

TRADUÇÃO/TRANSLATION

• A revolução passiva em Gramsci <i>Luisa Mangoni</i>	143
----------------------------------------------------------	-----

RESENHAS/REVIEWS	147
------------------	-----

ÍNDICES DE ASSUNTOS	157
---------------------	-----

SUBJECT INDEX	161
---------------	-----

ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX	165
---------------------------------	-----

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL	169
--------------------------------------	-----

ARTIGOS/*ARTICLES*

TRAGÉDIA: ESPELHO DA ANTIGÜIDADE GREGA

Renata Cardoso BELEBONI*

RESUMO: Tem-se como objetivo demonstrar o que é a tragédia grega e a obra de seus autores principais. A Grécia do século V a.C. foi marcada por inúmeras mudanças que abrangeram desde o setor social até o político. Estas mudanças estão registradas nas tragédias de maneira peculiar. Assim podemos afirmar que o drama trágico é o espelho da Antigüidade grega.

UNITERMOS: Tragédia Grega, Ésquilo, Sófocles, Eurípedes, Democracia.

Ter como objeto de estudo um tema relacionado à História Antiga em especial, é saber que irá se debruçar na análise de um documento —muitas vezes incompleto— cujas lacunas deverão ser preenchidas pela investigação e interpretação histórica. Assim sendo, desvendar a Antigüidade torna-se uma tarefa estimulante, uma vez que devemos nos transportar para um contexto totalmente diferente do nosso, em termos políticos, mentais e ideológicos.

Neste contexto, ter a época clássica como ponto de referência, é ter consciência de que a reflexão será sobre um momento em que as cidades-Estado estão se desenvolvendo e se consolidando e as guerras adaptando-se às novas estratégias de combate. A cultura, portanto, está se aprimorando.

A tragédia é então, o espelho do mundo grego, haja visto que é um documento histórico de grande relevo que nos passa toda ideologia e mentalidade da época em questão, o que pode ser percebido se analisado a fundo, esquecendo-se

* Graduada em História. Orientadora: Margarida Maria de Carvalho.

dos conceitos atuais, para que não se modifique o sentido das coisas.

Não haverá neste trabalho a análise de uma tragédia em particular, mas tentar-se-á elucidar que nela está contida toda a essência da cidade política.

A tragédia tem sua origem fincada no ditirambo, que era um canto religioso entoado a Dionísio, durante as grandes festas dionisiacas. Este deus e a Mitologia, são os dois elementos básicos da estrutura trágica. (Vernant & Vidal-Naquet, 1991, p.20, v.2)

É justamente a perfeita junção destes dois elementos que revela a grandiosidade e a exuberância da arte dramática. A tragédia se utiliza da mitologia como uma forte arma capaz de atingir os deuses, poder que a realidade (logos) não possui.

A partir daí, temos o principal tema da tragédia: o confronto entre o homem e o seu destino. Homem este que pode aceitá-lo ou recusá-lo, o que mostra a luta dos deuses para se libertarem das opressões sociais e das injustiças políticas. Mas de toda maneira, este estranho dominador acaba esmagando suas criaturas mediante o peso da própria irredutibilidade. Há, portanto, um sentimento paradoxal de que os obstáculos, embora intransponíveis, devam ser transpostos. Daí o entrave, que se dá, formando o encadeamento dos acontecimentos, das personagens e das suas motivações.

As tragédias sempre relatam aventuras e desventuras dos heróis. As desventuras eram, geralmente, heranças de culpas ancestrais que provinham da ordem divina estabelecida, principalmente, nas obras de Ésquilo.

No entanto, não é somente em suas obras que encontramos o reflexo da sociedade grega. Nas tragédias de Sófocles e Eurípedes também, cada qual com suas particularidades.

Ésquilo (525-456 a.C.), por exemplo, fez de todas as

suas experiências vividas, o elemento fundamental de sua tragédia. Deixou-se influenciar pela atuação conjunta de deuses e homens na sociedade, para justificar o divino no mundo. Ele interpretava os eventos humanos como um engendramento da coação do destino e da vontade do homem. Suas peças mostram a luta entre as trevas e a luz, entre o Hades e o Olimpo, entre a vida e a morte (Brandão, 1985, p.17).

A tragédia esquiliana pressupõe a fé numa ordem justa e grandiosa do mundo, no qual o homem trilha seu caminho árduo, e muitas vezes cruel, através da culpa e do sofrimento, mas é o caminho determinado pelo deus, que irá levar ao conhecimento de sua lei (Leski, 1992, p.117).

Este caminho é elucidado, na maioria das vezes, por presságios, que ligam o passado ao presente e ao futuro, fazendo haver uma continuidade na trama. Essa continuidade é talvez o aspecto mais surpreendente da arte de Ésquilo. Entre a obscuridade humana e o mundo divino, que não é o da transparência, não há apenas o sonho, o presságio e a imagem, há, também, os intermediários, ou seja, os adivinhos (Vernant & Vidal-Naquet, 1991, p.110, v.2).

No que diz respeito à estrutura da tragédia, foi Ésquilo o primeiro a acrescentar o segundo ator, a reduzir as partes do coro e a assegurar a primazia à parte falada.

Lamentavelmente, nos restou muito pouco de tudo o que escreveu. Até nós, chegaram apenas sete peças: Os Persas, Os Sete Contra Tebas, As Suplicantes, Prometeu Acorrentado, e as três peças que formam a trilogia Orestéia: Agamêmnon, Coéforas e Eumênides.

Quanto a Sófocles (496-406 a.C.), contemporâneo de Ésquilo, em muitos aspectos é o protótipo do homem ateniense. Recebeu o título de melhor amigo dos atenienses devido aos serviços militares, políticos e religiosos prestados a Atenas.

Também deixou transparecer em suas tragédias o mundo divino, mas com uma grande diferença em relação às obras esquilianas: aqui os deuses não revelam aos homens seu modo de atuar. Uma outra dessemelhança, é que Sófocles via o homem numa irremediável oposição com os poderes que regem o mundo, que, também para ele, são divinos. Sua religiosidade encontra-se na expressão “conheça-te a ti mesmo”, que leva o homem aos limites de sua essência humana. Ele revela o homem como ele deveria ser; renunciou compreender o curso do divino no mundo, da mesma maneira como Êsquilo quis compreendê-lo (Leski, 1992, p.141).

Sófocles não fez nenhuma ligação do herói com seus ancestrais, em suas peças, ao contrário, é a personalidade do indivíduo que está em jogo. Em suas tragédias, os protagonistas são sinônimos de fortaleza de espírito e de caráter.

De Sófocles nos restou: Ajax, As Traquínias, Antígona, Édipo Rei, Electra, Filoctetes e Édipo em Colona.

Em relação a Eurípedes (485–406 a.C.), o último dos tragediógrafos da Antigüidade Clássica, temos a dizer que ele nos apresenta uma nova direção dramática. Mesmo não considerando muito os acontecimentos políticos de seu tempo, é em suas obras que encontramos, em número bem maior do que nos outros trágicos, trechos condicionados pelos sucessos históricos.

A tradição nos fala que Eurípedes mantinha contato com os principais sofistas de sua época, como Prátágoras e Pródico. A influência destes é nítida em suas obras, uma vez que faz do homem, de sua grandeza, miséria e instabilidade, e de sua limitação humana, o tema de sua tragédia. Eurípedes nos apresenta o homem tal como ele era.

No homem, e só no homem, foi que ele situou todo o conhecimento e toda a decisão. Não havia nenhuma potência capaz de determinar o agir do indivíduo. Não que os deuses

não estivessem presentes em suas peças, eles até estão, tecem destinos, mas ainda assim, para Eurípedes, mergulhado no espírito sofista, o verdadeiro centro de todo o acontecer é o homem. As ações deste e as diretrizes divinas já não se unem. O destino, segundo o poeta, nasce do próprio homem, do poder de suas paixões, não da vontade divina como vêem Êsquilo e Sófocles (Leski, 1992, p.163–4).

Deste novo estilo trágico chegou até nós: Alceste, Medéia, Hipólito, As Troianas, Helena, Orestes, Ifigênia em Áulis, As Bacantes, Andrômaca, Os Heráclidas, Hécuba, As Suplicantes, Electra, Ifigênia em Táuisis, Íon e Resos.

Comentaremos agora, o conteúdo de algumas dessas peças.

As Eumênides de Êsquilo, por exemplo, é a expressão de um pensamento social e jurídico que começa a surgir na Atenas do século V a.C., reflete o mundo e a sociedade grega, e apresenta em suas entrelinhas a conduta ideal do cidadão e dos deuses, através da problemática jurídico-política que a envolve. Neste momento o direito antigo está sendo substituído por um direito novo que delega aos homens o poder de julgar seus semelhantes. Poder que até então só cabia aos deuses.

Em Os Persas, do mesmo autor, a guerra do Peloponeso é relatada com todos os seus horrores e vitórias, sentimentos realmente vivenciados pelos gregos na guerra contra os persas. A peça apresenta as forças navais dos inimigos persas sendo aniquiladas pelos gregos, em Salamina. Um detalhe interessante, é que o próprio Êsquilo era combatente neste episódio.

Os Sete Contra Tebas, outra trilogia esquiliana, é formada pelas peças Laio, Édipo e Os Sete Contra Tebas. Tais peças relatam a quase total destruição de Tebas, provocada pela luta entre os dois filhos de Édipo, e a conseqüente queda destes. As três tragédias são movidas pelo tema da maldição

de família, que persegue a casa de Laio, através das gerações. Ésquilo revela nas entrelinhas desta trilogia, uma das características da justiça ateniense: quando um erro ou um crime era cometido contra a família, aquele que o cometeu e toda a sua estirpe era castigada, mesmo os membros das gerações vindouras.

Uma outra obra do poeta de Eleusis que reflete a sociedade, é Prometeu Acorrentado. Depois que Prometeu rouba o fogo e o dá aos homens, ajudando na criação de todos os bens culturais humanos, como a construção de moradas, a exploração de minérios, medicina e astrologia, Zeus o prende a uma montanha, para ali sofrer. Prometeu tira o homem de seu estado vegetativo e dá a este uma existência digna. É o momento em que Atenas deixa de ser uma simples cidade para ser a cidade-Estado por excelência. É a glória de Atenas sendo exaltada, é o instante em que se dá a transformação da sociedade a nível sócio-político (Leski, 1992, p.110-13).

Em sua peça Electra, Sófocles nos mostra o sofrimento e a sede de vingança de uma filha pela morte de seu pai. Electra incentiva Orestes a matar Clitemnestra, sua mãe, por ser a assassina de Agamêmnon. Sangue por sangue, era assim que se resolvia os casos de assassinato antes da interferência dos tribunais. O criminoso deveria ser punido com a morte, e a execução desta, cabia à família do morto, uma vez que tal crime era considerado uma ofensa privada, uma ofensa à família, considerada o sustentáculo da sociedade (Giordani, 1967, p.200).

Sófocles mostra Antígona, na peça de mesmo nome, lutando para que seu irmão, morto em guerra, fosse sepultado; revela a situação da mulher grega perante as aflições familiares. É novamente, a forte presença da questão familiar e do caráter patriarcal existente, uma vez que Antígona, por ser mulher, não é ouvida em seus apelos.

Eurípides elucida toda a força da paixão humana em

Hipólito. Fedra, sua madrasta, encontra-se secretamente apaixonada por ele, mas ao vir à tona, esta paixão os envolve num conflito que se dá entre o sentimento e a razão. Conflitos que os gregos começam a vivenciar no fim do século V a.C., quando os sofistas começam a questionar a influência divina na sociedade. É o princípio do pensamento filosófico se manifestando na tragédia.

Uma outra figura que se mostra quase sempre na obra euripidiana, é a política. Em As Suplicantes, as cinzas dos sete heróis mortos às portas de Tebas, são requisitadas para serem enterradas em Argos. As súplicas das mães representam o caráter democrático e patriótico da época, pois, acreditavam na igualdade de direitos de todos e no dever da cidade-mãe em acolher os filhos que a defendeu.

Não há como negar, em vista destas análises, que a história da sociedade grega está contida na tragédia. Cada peça apresenta uma peculiaridade da vida social, cultural e política do cidadão grego. Daí, podermos afirmar que a tragédia é um documento histórico de muita importância.

Em suma, o choque do pensamento antigo com o que começa a surgir depois das modificações realizadas por Clístenes, Efialtes e Péricles, os precursores da democracia, é problematizado na tragédia: o drama reflete o estado de sociedade real que mescla mudanças, rupturas e continuidade, ou seja, expressa nitidamente as transformações do século V a.C., que se inicia com a formação da pólis e com o desenvolvimento da democracia.

Enfim, a tragédia é a forma de expressão dos sentimentos, medos e ideologias de um povo rico e misterioso, pronto para ter sua história desvendada.

BELEBONI, Renata Cardoso. *Tragedy: The Mirror Of The Greek Antiquity. Ensaios de História*, Franca, v.1, n.2, p.11-18, 1996.

ABSTRACT: The objective of this article is to demonstrate what the Greek tragedy is and the work of its main authors. The Greece of the V century BC was marked by a lot of changes that included since the social sector till the political one. These changes are registered in the tragedies in a proper way. So we can declare that the tragic drama is the mirror of The Greek Antiquity.

KEYWORDS: Greek Tragedy. Ésquilo. Sófocles. Eurípedes. Democracy.

Referências bibliográficas

- BRANDÃO, J. de S. Teatro grego: tragédia e comédia. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GIORDANI, M.C. História da Grécia. Rio de Janeiro: Vozes, 1967.
- LESKI, A. A tragédia grega. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- VERNANT, J.P.; VIDAL-NAQUET, P. Mito e tragédia na Grécia Antiga. São Paulo: Brasiliense, 1991. 2v.

A COMÉDIA ARISTOFÂNICA NA GRÉCIA ANTIGA

Andréia Cristina COSTA*

RESUMO: Analisaremos, neste artigo, o desenvolvimento e a ascensão da Comédia Antiga, nas grandes dionisiacas atenienses, seu principal poeta, Aristófanes, e suas obras.

UNITERMOS: Teatro, Atenas, Aristófanes, comédia.

A comédia será sempre e em todas as formas obstinadamente, uma representação de um mundo completamente 'as avessas'. (Grimal, 1978, p.72)

A palavra comédia provém do grego e significa o canto de um grupo de foliões, tendo como origem as palavras “komos” = procissão satírica + “oidé” = canto + “ia” = “komoídia”, pelo latim comoédia.

Aristóteles define a comédia como vinda dos cantos fálicos, cantos estes que acompanhavam as falofórias (procissões onde se levava um falo ou símbolo da fecundidade e da fertilidade da terra) (Aristóteles, 1995, parte IV, p.23).

As origens da comédia vem sem dúvida dos “komoi”, não só religiosos, pois existiam outros tipos em muitas cidades e aldeias da Hélade. Quando jovens saíam em determinados dias batendo de porta em porta, solicitando prendas a fim de provocar ou zombar dos que passavam, ou em outras cerimônias, vestiam-se de animais (cultos zoomórficos em que vestiam-se como os deuses que celebravam). Além desses,

* Graduada em História. Orientadora: Margarida Maria de Carvalho.

havia os cultos profanos onde faziam-se mímicas para estimular a fertilidade da terra, utilizando-se dos órgãos sexuais como símbolos em cerimônias mágicas que simbolizavam a união das mulheres com um demônio; tendo também a presença do falo nesse tipo de “komoi” que geralmente eram celebrados no campo.

O satírico das comédias vem das festas em Atenas onde acontecia a “AISKHOROLOGUIA”, um rito tradicional onde trocavam-se ditos e gestos grosseiros e obscenos. (Brandão, 1990, p.74).

A fusão do religioso, do satírico e do profano é a essência da comédia antiga. Os “komoi” dão origem ao “komos” dionisiaco que mesmo sob a forma de ritual religioso, comporta um elemento satírico.

As Grandes Dionisiacas eram festas em honra ao deus Dionísio¹, onde sua lenda talvez explique esse elemento satírico.

Talvez o mito de Dionísio esteja ligado ao fato de que as peças cômicas eram apresentadas no festival em homenagem ao deus ou por esse mesmo deus ter introduzido as Bacanais ou ainda o vinho embriagador, mas a influência religiosa não foi tão marcante para a comédia quanto o satírico e o profano. Além desses elementos, a comédia antiga sofre a influência da farsa, oriunda da comédia megarense ou dórica, uma farsa camponesa de caráter áspero, grosseiro e violento; a caracterização de seus atores era um enorme falo sobre o ventre. A farsa teve lugar na comédia antiga, principalmente na segunda parte onde predominava cenas burlescas e absurdas, onde os poetas se utilizavam da farsa para obter o satírico.

A comédia antiga, nasce oficialmente em Atenas no ano de 486 a.C., numa época em que a tragédia já dominava

¹ Deus do vinho e do delírio místico.

os palcos dos teatros atenienses. Esse atraso deve-se a motivos de ordem política; as peças cômicas eram consideradas pessoais e violentas contra os homens públicos. A concessão às comédias veio por Sólon em 594 a.C.; foi impulsionada por Clístenes e consolidada por Péricles, quando então chegou ao apogeu. Assim sendo, passaram a ser apresentadas nas festas dionisiacas que aconteciam: as maiores ou Urbanas em fim de março e as menores ou campestres em dezembro e, finalmente, as Lenéias em janeiro.

Nas dionisiacas maiores ou urbanas, que era o maior acontecimento cultural em Atenas, vinham forasteiros, especialmente, para as apresentações que eram preparadas com antecedência pelo arconte².

Os poetas que queriam tomar parte no concurso, não precisavam ser cidadãos atenienses. Podiam apresentar sua peça ao arconte o qual escolhia aquelas que seriam apresentadas. Os atores protagonistas, por sua vez, escolhiam os outros atores, o segundo (deuteragonista) e o terceiro (tritagonista). Somente homens podiam participar das encenações. Os papéis femininos eram também desempenhados por eles. Todos os personagens eram grotescamente caricatizados, contrapondo-se aos heróis mitológicos. Os comediógrafos mostravam, justamente, o não heróico formando figuras ridículas de máscara contorcida, onde as nádegas e as barrigas eram exageradas por almofadas.

O coro também era escolhido pelo arconte; somente a aristocracia fazia parte dos coros como um dever ou imposto que tinham que pagar como cidadãos.

Escolhidas as peças, os protagonistas e os coregos, realizava-se um sorteio numa assembléia popular, onde os nomes dos participantes dos coros eram chamados um a um e escolhiam com qual autor ou peça queriam ficar. Os

² Magistrado da Grécia Antiga.

protagonistas, ao contrário, eram sorteados no início; porém mais tarde cada um teve que interpretar, sucessivamente, uma tragédia de cada poeta e uma comédia, o que dava aos atores oportunidades iguais.

O “PROÁGON”, era o passo seguinte, ou seja, a apresentação geral dos poetas e dos seus grupos: cada poeta dizia seu nome, o título e o assunto de sua peça e, também, o nome de seus intérpretes (Flacelière, s.d., p.231).

O primeiro dia das Grandes Dionisiacas era designado à procissão ao deus Dionísio; o segundo dia consagrado aos concursos líricos dos ditirambos; o terceiro era o das comédias (no início eram três, depois passaram a ser cinco comédias apresentadas diariamente); os outros três dias da festa eram dedicados às tragédias. Os espectadores, geralmente assistiam todas às peças, todos os dias. As mulheres consideradas de família não assistiam as peças cômicas por terem fundo imoral (Flacelière, s.d., p.227).

O teatro consistia em “SKENE”, abrigo de madeira ou tela de forma retangular onde os atores e coreutas vestiam-se, o “KOILON”, era o teatro propriamente dito e a orquestra ficava no meio do teatro.

Os lugares da primeira fila eram reservados aos sacerdotes e aos magistrados; na entrada do teatro era cobrado um ingresso de dois óbolos. A partir de Péricles, o Estado pagava o ingresso dos mais pobres de um fundo criado especialmente chamado THEORION.

A inauguração à festa das Grandes Dionisiacas era realizada sacrificando um porco em honra a Dionísio. Logo em seguida, tiravam a sorte para saber a ordem da apresentação das peças.

Muitos poetas pagavam ao público para serem aplaudidos durante e depois da apresentação de suas peças, pois o público tinha toda a liberdade para aplaudir, vaiar, assoviar e bater palmas.

O julgamento da melhor peça apresentada era feita por dez juízes previamente escolhidos. Os votos desses juízes, juntamente com seus nomes, eram colocados em uma urna e, em outra eram colocados cinco cubos brancos e cinco cubos pretos. Era sorteado um juiz e um cubo ao mesmo tempo para que não houvesse nenhuma dúvida com relação à validade do voto. O voto válido era aquele tirado ao mesmo tempo que um cubo branco.

Em cada categoria eram atribuídos três prêmios: ao poeta, ao corego e ao protagonista que ganhavam cada um uma coroa de hera; somente os vencedores dos ditirambos recebiam uma trípode³.

Dois dias depois da festa, o povo se reunia no teatro para avaliar o arconte que organizou o concurso e votavam a seu louvor ou à sua censura (Flacelière, s.d., p.232).

O primeiro poeta que contou com um coro cômico foi Outônides, contando que era mais trabalhoso e muito mais caro organizar um coro para uma peça cômica do que para uma peça trágica. O coro da comédia constituía de mais movimentos; pois cantavam e dançavam em suas entradas e saídas de cena.

Magnes foi o vencedor no ano de 473 a.C. e compôs comédias intituladas “As Aves”, “As Rãs”, “As Moscas de Figueira”, “Os Lídios” e as “Tocadoras de Lira”. Depois temos Cratino que teria composto vinte e uma comédias das quais conhecemos somente os títulos; escreveu sátiras políticas, parodiou lendas da mitologia e venceu nove concursos (Grimal, 1978, p.54).

Eupolis, mais novo que Cratino, escreveu dezessete peças e, venceu sete vezes. Abordava questões atuais em suas peças como “Maricas” que caracterizou o demagogo Hipérbolo.

³ Banco de três peças de bronze.

A comédia foi introduzida num espaço, primeiramente, destinado e já dominado pela tragédia. Era um espetáculo musical, lírico e dramático, variado, animado e extravagante, foi ganhando espaço e conquistando o público aos poucos, pois as peças tratavam de temas atuais e fugiam do mitológico apresentado nas tragédias. Foi a fala grotesca e satírica que aos poucos conquistou os cidadãos e viveu tempos de glórias e louvores com Aristófanes.

Aristófanes, sua obra e seu contexto histórico

Aristófanes nasceu por volta de 450 a.C., ano este em que as relações entre Atenas e Esparta se agravaram intensamente, pois até então, mantinham entre si pelo menos aparentemente, relações amigáveis devido as Guerras Pérsicas que fizeram com que as duas se unissem contra um inimigo comum. Neste período sobrevieram algumas batalhas, retornando a uma trégua que perdurou até 431 a.C.; período este que possibilitou a Atenas de Péricles (461–429 a.C.) um intenso desenvolvimento. A cidade que antes tinha sido destruída durante as batalhas fora reerguida; templos foram construídos e os acontecimentos políticos se completaram como o sistema democrático onde Péricles define que cidadão ateniense é aquele nascido de pai e mãe ateniense, participando livre e ativamente dos assuntos da cidade-Estado. Com o passar dos anos, constatou-se que apenas os cidadãos provenientes de famílias aristocráticas ou pequenos grupos de elite apresentavam-se em condições de liderar a pólis.

A ciência e a cultura percorreram um longo caminho em pouquíssimo tempo. Também neste período de paz, entre Atenas e Esparta, erguia-se sobre a Acrópole a imagem de Atena, onde mais tarde erigiu-se também uma Atena Guerreira e a Atena Guardiã da cidade, do Paternon. Este era o teatro onde se encenavam peças trágicas e cômicas, as quais os

atenienses mantiveram o monopólio e que, neste período, atingiu seu mais alto nível.

Acredita-se que Aristófanes tenha sido um cidadão ateniense e um dos mais brilhantes comediógrafos do teatro grego nos séculos V e IV a.C. Ele colocou em suas peças tudo o que havia de mais atual na política, nos hábitos e costumes dos atenienses. Debochava dos acontecimentos, das situações, dos escravos, dos amigos, dos soldados, dos namorados, das pessoas importantes, dos aristocratas ou dos camponeses e, de tudo mais que tenha passado diante de si ou no seu pensamento durante sua vida. Muitas vezes era criticado sendo considerado inimigo por alguns. Permanecia, porém, sempre o riso e a brincadeira. Além da alegria e do deboche, suas peças traziam vida, liberdade, felicidade ou, para alguns ira e inimizade.

Devido a essa contemporaneidade em que Aristófanes escrevia suas peças é que podemos avaliar fatos de sua época, não deixando escapar a linha divisória imaginária entre o real e a sátira/absurdo. Até que ponto as sátiras tinham simplesmente o objetivo de fazer rir ou eram farpas aos importantes aristocratas atenienses?

A Guerra do Peloponeso, que teve início em 431 a.C. com o ataque de Tebas à Platéias, foi a extensão do poderio ateniense e um bom motivo para Esparta investir numa batalha que marcaria todo o povo ateniense.

Péricles que fizera de Atenas uma cidade orgulhosa do seu esplendor e consciente da sua força, morre da peste que assolou toda a Grécia em 429 a.C. É então substituído por Cleón que assume o comando apoiado pela opinião pública.

Nesta fase da Guerra, Aristófanes, escreve "Os Acarnenses" em 425 A.C.; uma sátira ao partido da guerra onde um honrado camponês denominado Diceópolis, ao verificar que na Assembléia as propostas de paz eram tratadas com desdém pelos magistrados e vaiadas pelo povo

ludibriado, tem uma idéia muito simples e de absurdo bom senso: “E se eu fizesse a paz para mim sozinho?!” Retorna, então, à sua aldeia e começa a denunciar ao povo os responsáveis pela guerra e, em primeiro lugar, Péricles que, no seu crânio olímpico em forma de cebola, concebeu o sinistro decreto que fechava aos megarenses os portos da Ática, reduzindo Atenas à fome, arruinando Mégara, e assim subvertendo toda a Grécia. Toda essa trama foi misturada com uma história de mulheres públicas raptadas de uma casa onde Aspásia, a favorita de Péricles, é dada por patroa. Diceópolis bem firme na sua paz, triunfa sobre os inimigos febris de delírio guerreiro, vinhateiros de humor azedo que querem lapidá-lo por causa das vinhas devastadas, cidadãos cegos de orgulho e de raiva vingativa pelas mentiras da propaganda belicista. O homem “que fez a paz sozinho”, ganha a partida que Aristófanes se dispôs a jogar contra a cidade. Ganhava, portanto, por chocarrice e razão. Rejubila e o seu jubilo rebenta como uma tempestade de alegria e nada mais resta aos seus concidadãos que imitá-lo (Bonard, 1980, p.391).

Aristófanes nos diz que a paz está em cada um de nós e que devemos começar a praticá-la mesmo que estejamos completamente sós.

O decreto contra Mégara, citado na peça, realmente aconteceu e foi para Tucídides, o início de questões diplomáticas que desencadearam a guerra.

A segunda comédia conhecida de Aristófanes, apresentada em 424 a.C. foi “Os Cavaleiros”. Tal sátira é dirigida a Cleón que é retratado como um escravo curtidor de couros a governar seu patrão, o bom cidadão Demos (isto simbolizou o povo ateniense), o relacionamento entre os demagogos e o povo. É a relação entre a guerra e a cidadania.

Para Aristófanes o poder poderia ser uma grande arma a favor da paz, se bem administrado.

Nas “Núvens”, Sócrates se torna um dos personagens

de Aristófanes, ao qual está simplificado pelo exagero dos traços cômicos que lhe são comuns como em todos os sábios de comédia (Bonard, 1980, p.426).

O Sócrates de Aristófanes explica a ação das chuvas, da tempestades não pelas mãos de Zeus, mas pelas “Núvens”; ele era um sofista, onde tornava mais forte a causa mais fraca perante os tribunais, pervertendo a juventude, oferecendo um meio cômodo de escapar de suas faltas.

Vinte a quatro anos depois utilizaram esta peça de Aristófanes, apresentada em 423 a.C., como um dos argumentos para acusar Sócrates de ateu e corrupto.

Descreve Platão: “*Os acusadores que realmente receio são homens que espalharam falsos rumores sobre a minha obra. que eu por exemplo, me especializei em fazer aparecer os piores argumentos como os melhores. Não posso interrogar esses homens. Não conheço os seus nomes, nem quem são a não ser o de um poeta cômico.*” Platão (Apologia, v.18), como se pode observar vai levar a extremos as palavras de Aristófanes com relação à Sócrates. (Finley, 1978, p.50)

A peça “Núvens”, conta-nos a história de Strepsíades, outrora abastado proprietário rural e agora homem arruinado que procura achar uma solução para seus males. Decide então frequentar a escola de Sócrates (o Pensativo), na esperança de aprender as artimanhas dos sofistas e com elas desvencilhar-se dos credores. Assiste-se então a um hilário debate entre o Raciocínio Justo e o Raciocínio Injusto que, através de falácias (Sofismas), procuram derrubar um ao outro a fim de conquistar o freguês. É claro que o vencedor é o Raciocínio Injusto.

Aristófanes jamais deixou transparecer o que defendia, sabemos que atacava os abusos do sistema, mas não o criticava.

Em “As Vespas”, peça apresentada em 422 a.C., o comediógrafo, deixa transparecer leves traços da sofisticada tão criticada em “As Núvens”. A peça consistia em que o funcionamento da democracia incentivava o debate e a troca de idéias em todos os terrenos do conhecimento humano. Nesse ambiente agitado, mais que os problemas de ordem cosmológica até então examinados por diferentes pensadores e sob os ângulos mais diversos, predominavam os interesses de ordem prática-humana. O homem e seus problemas de ordem particular e social vão tornar-se então, o centro das especulações (Giordani, 1967, p.349).

Nessa peça “As Vespas”, Aristófanes critica a mania dos atenienses de se envolverem frequentemente em processos judiciais e nos diz que há muito sobre a arte de falar e argumentar certo ou errado, sendo uma questão de convencer os ouvintes. Mostra-nos a importância da oratória para a vida política ateniense e, em como o poder está no momento nas mãos daquele que convence a todos sobre suas idéias e convence, não pelas idéias em si mas seduz pelo carisma.

Voltando à Guerra do Peloponeso, que era o principal acontecimento na vida ateniense do século V a.C., em 421 a.C. instaura-se uma paz que constitui para Atenas uma vitória no sentido de que nenhum dos objetivos espartanos foram alcançados até então, com relação à Guerra. Aristófanes apresenta-nos neste mesmo ano uma fantasia política onde um camponês cansado da guerra sobe aos céus para libertar a Paz que se encontrava prisioneira.

A simplicidade do autor sensibiliza e emociona o personagem Trigeu, num imenso esforço para atrair a Paz da caverna onde se encontrava

presa. Ajudado pelo coro da comédia, composto de pessoas que simbolizavam toda a Grécia em Guerra, mostra-nos a vontade de todas as cidades de alcançar a Paz. Libertar a Paz prisioneira estava difícil, pois esta estava lá no fundo da caverna. Alguns povos ajudaram alegremente, outros, porém, não (o desejo de alguns pela Paz). Somente com a ajuda de todos, convencidos de que a Paz era a melhor alternativa, faz com que surja diante de todos a Paz (uma estátua acompanhada de duas belas moças de carne e osso, mais carne que osso, como nos retrata Aristófanes), uma dessas moças é Ópora, deusa das messes e dos frutos, a outra é Teoria, deusa das festas, simbolizando a falta de pão, frutos e festas durante a guerra.

Na segunda parte da peça vem a comédia escancarada, onde Trigeu desposa Ópora. O casamento é interrompido pelo fabricante de armas que vem reclamar a falta de vendas. Aparece também em cena o arneiro, um mercador de lanças e o fabricante de trombetas (Bonard, 1980, p.394-6).

Nos salta aos olhos a delicadeza e a forma simbólica do significado de Paz para Aristófanes, sendo ele um realista impertinente, não se contenta em pintar a realidade do presente, precisa ainda explorar e dar a conhecer aquela que o seu povo chama, a realidade do futuro, do mais longínquo futuro. E é pelo poder da imaginação que ele a descobre. As suas ações imaginárias fazem da comédia uma espécie de máquina de explorar o tempo. E isto não é apenas a verdade para as

peças que escreveu sobre a Paz, mas para muitas outras (Bonard, 1980, p.396).

Assim como a peça de Aristófanes, a Paz também acabou e novamente veio a guerra. Em 415 a.C., os atenienses resolveram atacar a Sicília, foram derrotados e, a partir desse tropeço não tiveram mais condições de se reerguer. Para Finley (1978, p.52), uma chefia mais competente teria por certo conseguido que a invasão fosse um êxito, com conseqüências que realmente, não se pode adivinhar, mas que não podem ser subestimadas.

Nas Aves dois excelentes cidadãos —Evelpides e Pisetero— decidem que estão fartos de Atenas. Pouco falta para que detestem a cidade. “É uma cidade acolhedora”, diz com graça um deles, “para quantos queiram pagar multas”. As cigarras durante um mês ou dois, fazem ouvir os seus cantos empoleiradas nos ramos das árvores. Os atenienses cantam sem parar durante toda a vida empoleirados nos processos.” (Estes processos são os processos políticos que os denunciadores profissionais intentam nas circunstâncias críticas que Atenas atravessa, a todos os cidadãos suspeitos). Evelpides e seu amigo Pisetero estão fartos e mais que fartos. Fartos de Atenas da politiquice, das calúnias e dos berros, da Atenas que Aristófanes já sabe que está a desfazer-se e escreve então mais esta peça apresentada em 414 a.C., onde vemos os personagens no campo, na orla da floresta a procura de “qualquer cidade” bem lanosa para nela se estenderem e se repousarem como sobre um agasalho macio. Queriam encontrar ou mesmo fundar uma cidade sem facções, sem patifaria, sem processos, sem dúvidas e sem dinheiro, sobretudo uma cidade onde a vida seria saboreada como um dia de festa (Bonard, 1980, p.397).

E porque não ter com a Aves? Elas comem com fartura nas matas, mutos, dormideiras e nas hortelãs. Levam

uma vida de noivos. Por que, pensa Evelpides, cheio de grandes projetos, não fundar entre o céu e a terra uma cidade nas nuvens?

Essa peça é também um poema, um conhecimento profundo sobre As Aves.

Pisetero chama as aves, faz admiráveis discursos de prodigioso virtuosismo, rigorosos e fantasistas, apoiados em numerosos exemplos, estabelecendo que os deuses olímpicos são usurpadores e que noutros tempos a realeza do mundo pertencia às aves e, as convida a reconquistar sua realeza. As aves votam em assembléia a proposta de Pisetero, restabelecendo o culto às aves (Bonard, 1980, p.401).

As Aves, seduzidas por Pisetero, rapidamente afinam como diapasão do seu lirismo; sob a sua direção, vão todas por-se a construir a cidade nova. A esta cidade deu-se um nome magnífico, Nefelococagia, cujo vocábulo pode ser traduzido por cidade-do-cuco-nas-nuvens.

Cada espécie de ave insere-se na construção da cidade ou na organização da república. Sua função é de acordo com o seu gênero de vida ou sua aparência física: por exemplo a andorinha é como o aprendiz de pedreiro, o penhaço-verde como o carpinteiro, o pato como o transportador de tijolos fazendo serviço de pedreiro, e assim por diante.

Os homens queriam voltar e participar da nova cidade, os sacerdotes com seus discursos intermináveis, os maus poetas querendo vender os maus versos que compuseram à glória da cidade das aves e com eles vieram todo o tipo de agente: fabricantes de leis, chantagistas e muitos outros.

Na peça *Lisístrata* apresentada em 411 a.C., Aristófanes coloca as mulheres como protagonistas numa manifestação política e não num discurso de libertação.

Esta peça é a forma encontrada por Aristófanes, para dar um fim à guerra. O autor concede à mulher, o poder de impor ao homem uma greve de sexo. Absurdamente os homens sofrem com essa recusa e cedem à pressão, acabando com a guerra em nome do desejo pelo sexo feminino.

Neste mesmo ano, um golpe oligárquico aconteceu em Atenas. Os oligarquistas derrubaram a democracia, porém, algum tempo depois esta foi restaurada; um período sangrento e com muitas mortes.

Tesmofórias, apresentada também em 411 a.C., onde mulheres desgostosas com a *Misoginia* de Eurípides resolvem vingar-se do poeta. Eurípides introduz entre as adversárias seu secretário disfarçado de mulher a fim de que o defenda. O disfarce é descoberto e sobrevem um escândalo, resolvido por Eurípides com um tratado de paz.

Aristófanes critica Eurípides que desenvolve teorias pessimistas, onde para ele a liberdade consistia em escolher entre dois males e, as mulheres eram nada mais, nada menos que seres insuportáveis.

“*As Rãs*”, apresentada em 405 a.C., após a morte de Ésquilo e Eurípides, trata de Dionísio que, descontente com o baixo nível das tragédias representadas em Atenas, vai buscar um bom poeta no inferno, o melhor. Então, Ésquilo e Eurípides são julgados para saber quem é o melhor, ou qual é o mais digno que deveria voltar à vida. Aristófanes aproveita-se da comparação para atacar, impiedosamente mais uma vez, a obra de Eurípides (seu alvo predileto), argumentando contra suas peças sem estilo e ação.

É nessa peça, com esses argumentos, que surgiu a crítica literária em Atenas.

De 411 A.C., data em que Aristófanes escreveu as

“*Tesmoforias*” e “*Lisístrata*”, a 405 a.C., quando foram representadas “*As Rãs*”, Atenas foi agitada e sufocada pela oligarquia. Quatro governos sucederam-se no poder nesses seis anos. Desordens, lutas externas e internas, enfraqueceram ainda mais o Império Ateniense.

“*As Rãs*” foi a última mensagem de Aristófanes a seu público. Um ano depois acabaria a Guerra do Peloponeso. Esparta saíra vencedora e a comédia nunca mais seria a mesma, mesmo contando ainda com Aristófanes.

Uma das últimas comédias de Aristófanes é *Assembleia de Mulheres*, também denominada de “*Mulheres no Parlamento*” na qual como o próprio título sugere, as mulheres decidem tomar conta do poder, cansadas da incapacidade dos homens no governo. Impõe nova Constituição, com base na comunidade dos bens, tendo em vista a eliminação da pobreza. As mulheres governarão a cidade com a mesma eficiência que cuidam de suas casas. Novamente, uma sátira às teorias sofisticadas.

Pluto foi sua última comédia apresentada em 388 a.C. (uma alegoria filosófica sobre a Riqueza). Crêmilo está de tal maneira indignado ao ver ricos desonestos por toda parte, enquanto ele é pobre e honesto, que consulta o oráculo de Apolo para saber se devia ou não educar seu filho como um trapaceiro. O deus aconselha-o a levar a primeira pessoa que encontre para morar em sua casa. Trata-se de nada mais nada menos que *Pluto*, deus do dinheiro e da riqueza (Kury, 1990, p.).

Crêmilo tenta curar a cegueira da *Riqueza* e o que ele encontra pelo caminho são a Pobreza e a Miséria que seguem juntas, trazendo tudo o que há de mal para o mundo.

A fome, a miséria e a tristeza que se abateram sobre Atenas, atingiu da mesma forma comediógrafa. A derrocada de Atenas levava consigo sua alegria que parecia infinita.

Somente onze comédias são conhecidas das quarenta e quatro escritas pelo autor. Aristófanes ganhou a palma da vitória nos concursos oficiais de comédia com as peças: Os acarnenses, Os cavaleiros e As rãs; três segundos lugares e um terceiro.

Morreu em 385 a.C. ficando, então, o teatro com um papel menor onde falar do comportamento humano conduzia ao pessimismo, à dúvida e não se falava mas da vida e dos acontecimentos com a alegria descompromissada de Aristófanes.

COSTA, Andréia Cristina. The "Aristofanical" Comedy On Old Greece. *Estudos de História, Franca*, v.1, n.2, p.19-35, 1996.

ABSTRACT: We will analyse, in this article, the development and the rise of Old Comedy, on the great "dionisiacas" of Athens, its main poet, Aristófanes, and his work.

KEYWORDS: Theatre. Athens. Aristófanes. Comedy.

Referências bibliográficas

- ARISTÓFANES. As nuvens, Só para mulheres e Um Deus chamado dinheiro. Trad., introdução e notas de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- ARISTÓTELES. A poética clássica. Trad. Horácio Leougro. São Paulo: Cultrix, 1995.
- BALDRY, H.C. A Grécia Antiga: cultura e vida. : Verbo,

1969.

- BONARD, A. A civilização grega. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- BRANDÃO, J. de S. Tragédia e comédia. 5.ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1990.
- FINLEY, M.I. Os gregos antigos. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- FLACILLIERE, R. A vida quotidiana dos gregos no século de Péricles. Lisboa: edições 70, s. d.
- GIORDANI, M.C. História da Grécia. Petrópolis: Vozes, 1967.
- GRIMAL, P. O teatro antigo. Lisboa: edições 70, 1978.
- KURY, M. da G. Dicionário de mitologia grega e romana. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

A REVOLUÇÃO DA EXPERIÊNCIA: OS IBÉRICOS INVENTAM O MUNDO NOS SÉCULOS XV E XVI

Marcos Roberto de Castro SILVA*

RESUMO: Baseando-se no livro de José Sebastião da Silva Dias: Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI, o trabalho que se segue tem por principal objetivo mostrar as transformações provocadas pelos descobrimentos durante os séculos XV e XVI, que afetaram todos os campos da atividade humana, relações políticas e econômicas, artes e técnicas, literatura, moral e religião.

UNITERMOS: descobrimentos, jesuítas, mito do bom selvagem.

Mas a navegação e os descobrimentos também foram uma aventura muito concreta, vivida por seres de carne e osso, que em sua maioria certamente não eram santos. Há todo um desencadear de paixões, brutalidades e violências. Mas essa aventura exigiu igualmente uma coragem singular, e seus heróis envolvem-se com o mistério, o medo, o sofrimento e a morte. Como todos os grandes progressos da história, este custou muito suor, lágrimas e sangue. E é bom, após quinhentos anos, reavivar-lhe a lembrança. (Tessier, 1982, p.46.)

Sabe-se que a navegação e os descobrimentos marcaram a história de Portugal, mas ao ampliar proporções, o

* Mestrando em História. Orientador: Eduardo Albuquerque Bastos.

conhecimento do mundo e modificar a visão que o homem tinha de si mesmo, eles também marcaram a história universal.

Ao longo do século XV, os portugueses transformaram e aperfeiçoaram todas as técnicas de construção naval e de navegação conhecidas. A exploração marítima teve um desenvolvimento nunca visto. A impressão transmitida é que se foram necessários oitenta anos para atingir o Cabo da Boa Esperança, os trinta anos seguintes levaram os portugueses à Groenlândia; em 1498, à Índias; em 1500 ao Brasil; em 1511 à China e por volta de 1548 ao Japão.

Entre 1415 e 1492, Portugal, além de ter sido a nação pioneira, teve a exclusividade de navegação no oceano Atlântico. Durante aquele período os portugueses fizeram o périplo da África Ocidental. O contorno da África colocou nas mãos dos portugueses vários produtores de especiarias: ouro, pimenta, noz-moscada, marfim e escravos.

Do orgulho nacional ao pessimismo intelectual

Nesta parte, mostrarei a “modelação” da mente lusitana a partir do influxo causado pelos Descobrimentos. A descoberta produziu um sentimento de orgulho nacional. A visão épica das navegações e das conquistas impressionou poetas e artistas diversos, como nos dizeres de Andrade Caminha:

*Louvarão muitos esta grã cidade,
Esta nobre Lisboa ...
Com alegre louvor verão partidas
Daqui armadas nossas ...
Verão ricos retornos, grossos ganhos
De ricas mercancias ...
Novidades verão todos os dias*

Em que os sentidos e olhos se achem estranhos.
(Dias, 1982, p.14)

Percebe-se que esta sensação de um viver variado e triunfal com a visão épica das navegações e das conquistas predominaram durante gerações e gerações sobre todos os outros sentimentos, desencadeados pela Expansão na “alma dos portugueses”. Na conhecida estrofe do maior escritor português de todos os tempos, notamos este sentimento de orgulho nacional.

*Cessem do sábio grego e do troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandre e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.*
(Dias, 1982, p.19)

Dias nos mostra que “... por qualquer lado que nos voltamos, na literatura e cultura portuguesas da primeira metade do século XVI, salta-nos aos olhos a tendência para a exaltação mística dos Descobrimentos”.(Dias, 1982, p.20)

No entanto, se exaltação aos “Descobrimentos” é um fato indiscutível, percebe-se que, já a partir do século XVI, começava a crescer dentre os intelectuais portugueses um sentimento pessimista perante as descobertas. Dá-nos conta Brás da Costa:

*Por passar tanta tormenta,
Tempo e vida tão forte,
E tão perto da morte.*

Antes não quero pimenta.
(Dias, 1982, p. 20)

A partir da análise de Dias, percebe-se que a origem deste pessimismo não se prende apenas na “maré” de frustrações políticas e humanas vinda de além mar, o pessimismo se liga também, em boa parte, com a análise ética e austera da vida deixada pela época da Contra-Reforma. A criação do Concílio de Trento negou qualquer valor às doutrinas protestantes, criou os seminários, proibiu a venda de indulgências e criou o INDEX (Índice dos Livros Proibidos). O surgimento da Companhia de Jesus, que contribuiu para a expansão do catolicismo nas áreas encontradas pelos navegantes e o ressurgimento do Tribunal de Inquisição fizeram com que os portugueses, ou melhor, os ibéricos, entrassem em contradição consigo mesmos.

O impacto da Expansão gerou um processo específico de contradições no interior da cultura nacional. Coexistem dentro dela: evangelismo e o cruzadismo; o interesse pelo direito natural e o exercício da dominação colonial; a apologia da paz e a prática da guerra; o progresso tecnológico e a recusa de liberdade de pensar; o uso da observação e o abuso da escolástica; a crítica do princípio de autoridade e o culto do formalismo clássico; o zelo religioso e as práticas pagãs.

O autor recorre então, a um outro jesuíta para mostrar uma outra causa deste declínio:

Todos os homens doutos e timoratos abominam e anatematizam tal modo de proceder, e lhe chamam não só injusto, mas bárbaro [da Inquisição] ... Esta é a verdade pura e sincera, sem afectação nem paixão, e assim o sabem geralmente todas as pessoas de letras e religião, e de todas as religiões [= ordens religiosas] portuguesas, que se acham por

estas partes, depois que viam nelas a diferença dos estilos e justiça com que cá se procede. E já o dizem, porque cá podem manifestar e praticar o que sentem, e em Portugal não.
(Dias, 1982, p.268-9)

Como bem descreveu o Pe. Antônio Vieira, a Inquisição (suas atitudes), “estabilizava” a inteligência em favor da vivência eclesiástica. A informação intelectual e literária, pelo efeito da censura, reduziu a possibilidade material de outras leituras em fins do século XVI. A proibição das obras culturais ou das páginas polêmicas de um autor infamava, porém, o próprio autor. E essa infâmia, mostra-nos Dias, repercutia sobre as suas produções científicas, tornando-as suspeitas e suspeito quem as lia.

Os déficits da informação e o alheamento em face de temas e problemas de fronteira afastavam Portugal da marcha inovadora. À sobrevivência intelectual pagava-se pelo preço da integração nas vigências culturais. E no século XVII, as vigências culturais portuguesas eram as da Contra-Reforma.

A Contra-Reforma juntamente com os insucessos trazidos pelo passar dos tempos, tal como o desastre de Alcácer-Quibir, a autonomia nacional perdida, o prestígio internacional acabado, e o “assalto” das possessões ultramarinas pelos holandeses, ingleses e franceses abriram nos portugueses aquilo que Sebastião Dias chama de desengano. Desengano este que fez com que os portugueses descobrissem as limitações de uma nação, até então, vitoriosa. A perda da independência, em 1580, “... foi o desabar do sonho nascido em fins de Trezentos e acalentado por mais de um dos reis de Avis. E foi a certidão de óbito das nossas ambições de grande potência.” (Dias, 1982, p.273-4)

As transformações no imaginário europeu

Analisarei, agora, as mudanças provocadas pelos descobrimentos na visão de mundo predominante na sociedade europeia nos séculos XV e XVI, mostrando a importância da experiência nestas mudanças.

A ciência moderna deve muito ao processo dos Grandes Descobrimientos, na medida em que na prática colocou em xeque algumas teorias que vigoravam como “verdades irrefutáveis”. Assim o indica esta passagem de Diogo Gomes, nas suas “Relações do Descobrimento da Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde”:

E estas coisas que aqui escrevemos se afirmam salvando o que disse o ilustríssimo Ptolomeu, que muito boas coisas escreveu sobre a divisão do mundo, que porém falhou nesta parte. Pois escreve e divide o mundo em três partes, uma povoada que era no meio do mundo, e a septentrional da parte equinocial do meio-dia também escreve não ser habitada por motivo do extremo calor. E tudo isto achamos ao contrário, porque o pólo ártico vimos habitado além do prumo do pólo, e a linha equinocial também habitada por pretos, onde é tanta a multidão de povos que custa a acreditar. (Dias, 1982, p.78)

Esta concepção parece-nos bem enunciada nesta passagem, em que o argumento de autoridade e o argumento da razão advinda da experiência se completam:

Os filósofos ... disseram que a terra toda é cercada pelo mar ..., e alguns dos doutores modernos ... quiseram mostrar por autoridade

da Sagrada Escritura e suficientes razões contrárias aos antigos como a terra é muito maior que todas as águas e elas todas juntamente fazem metidas dentro na sua concavidade e fundura, e elas são cercadas pela mesma terra ... E além do que dito é, a experiência que é madre das cousas, nos desenganos e de toda dívida nos tira ... [Por nossas viagens vimos] que esta terra de além [mar] é tão grande, e desta parte de aquém temos Europa, África e Ásia: manifesto é que o mar oceano é metido no meio destas duas terras ... Pelo qual podemos dizer que o mar oceano não cerca a terra como os antigos filósofos disseram, mas antes a terra deve cercar o mar.” (Dias, 1982, p.79)

Dessa maneira, percebe-se que a sucessão dos acontecimentos produziu, contudo, no seu espírito, um “notável” desencantamento da ciência livresca e a convicção de que, para melhor certeza da verdade, “... haverá que passar os informes dos livros pelo caminho da praxe” (Dias, 1982, p.80).

Esta preferência pelo saber que vem das coisas, contra o saber que vem dos livros, constitui um progresso no sentido da moderna filosofia da ciência, no caso, os problemas do método, que vão ocupar as mentes dos cientistas do século XVI.

A história das ciências, nesse sentido, tem sido adversa aos portugueses. Sebastião da Silva Dias nos mostra que tanto Pierre Duhem quanto Lynn Thordike mal permitiram dar pela existência dos portugueses e pelo papel das descobertas no percurso do saber durante o período quinhentista. Não que se devesse tolerar o exagero da ideia ufanista de uma anulação do saber tradicional pelo saber que

vinha dos descobrimentos lusitanos, pois é claro que não foi só a empresa lusitana, ou mesmo, luso-espanhola da Expansão que produziu o intercâmbio da ciência e da prática, pondo-as ao serviço da técnica. O fenómeno acusa a influência de outros dinamismos culturais e sócio-políticos. O problema se encontra em não reconhecer o importante papel desempenhado pelos portugueses na chamada revolução científica, que significa a investigação, agora, da causalidade física em vez de investigação das causas metafísicas causando, dessa forma, a descrença da ciência livresca e da epistemologia escolástica, o “gosto” de observar e experimentar, a relação entre teoria e prática além do poder da vontade humana e da razão crítica.

A transformação cultural associada à Revolução Científica provocou a renovação da “confiança” na importância da investigação da natureza e no seu controle, o que é fundamental para se entender a importância da ciência na sociedade moderna.

Os ibéricos e o mito do “bom selvagem”

Há tempos que a historiografia vem tratando da teoria da participação portuguesa na gênese do mito do “bom selvagem”. Numa forma ou noutra, tornou-se quase um dogma histórico da cultura luso-brasileira.

Sabe-se que o mito do “bom selvagem” teve um papel de certa importância no processo de gênese do naturalismo político. O mito, tal como o encontramos analisado na obra: Ensaio de Montaigne e nos Ensaio sobre a origem das línguas de Rousseau, parece-nos comum às narrativas dos jesuítas seiscentistas. Entretanto, Dias nos mostra um possível contraste entre dois tipos possíveis de civilização: a que modela as suas estruturas segundo a lei da natureza e a que organiza segundo a lei da razão e da vontade. A idéia central

desta parte, consiste em mostrar uma possível ligação entre as idéias pregadas pelos “iluministas” e os relatos dos jesuítas “mandados” para a Europa.

A concepção de Rousseau segundo a qual, em Estado de Natureza, os indivíduos vivem isolados pelas florestas, sobrevivendo com o que a natureza lhes dá, desconhecendo lutas e comunicando-se pelo gesto, o grito e o canto, numa língua generosa e benevolente, é colocada por Dias (1982), em contraposição com as descrições dos índios feitas pelos jesuítas, fundamentalmente, Manuel da Nóbrega e Antônio Anchieta.

A seguir, percebe-se, a partir da transcrição de uma das cartas, a oposição entre o “bom selvagem” e a descrição jesuítica:

São tão bestiais, que não lhes entra no coração coisa de Deus; estão tão incarniçados em matar e comer (gente), que nenhuma outra bem-aventurança sabem desejar ... São cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem. E esta deve ser a razão por que alguns padres que do reino vieram os vejo resfriados, porque vinham cuidando de converter a todo o Brasil [= índio] em uma hora e vem-se que não podem converter um em um ano por sua rudeza e bestialidade ... A lei natural não a guardam porque se comem, são muito luxuriosos, muito mentirosos, nenhuma coisa aborrecem por má, nenhuma louvam por boa ... (Nóbrega, 1955, p.219-20)

Vemos que o jesuíta bate sempre nas mesmas teclas, carta atrás de carta e tanto mais abertamente quanto mais os anos passam. Ora menciona a sua “condição mais de feras

bravas que de gente racional”, ora recorda a sua “bruteza e bestialidade”, ora lhes chama “o mais triste e vil gentio do mundo”. E não é diferente a linguagem do Pe. José de Anchieta:

É esta uma gente tão má, bestial e carniceira, que só por tomar um nome novo em vingar-se de alguma cousa passada, não tivera em conta qualquer mancebo soberbo matar-nos, como é certo tinham muito boa vontade de o fazer, máxime sabendo que por isso não havia de ser enforcado e que todo o castigo passaria com dizer-lhe os outros: 'És um ruim ...' (Dias, 1982, p.231)

Uma outra análise de igual importância pode ser feita entre o canibalismo mostrada pelos jesuítas e a visão do canibal apresentada por Montaigne, em sua obra Ensaaios. Montaigne, a partir das cartas (impressões) passadas pelos franceses instalados no Rio de Janeiro entre 1555 e 1557, no chamado projeto “França Antártica”, descreve as suas visões acerca dos índios:

não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos, e na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. E é natural, porque só podemos julgar da verdade e da razão de ser das coisas pelo exemplo e pela idéia dos usos e costumes do país em que vivemos...(Montaigne, 1972, p.105)

Montaigne procura delimitar a área para se criticar alguns hábitos, costumes, etc. E os jesuítas, Nóbrega e Anchieta principalmente, mostram-nos o contrário. Percebamos a imagem do índio antropofágico feita por Anchieta em uma de suas cartas:

usam todos comer em seus banquetes carne humana, no que mostram achar tanto prazer e doçura, de modo que comumente caminham mais de trezentas milhas para a guerra; se reduzem ao cativo quatro ou cinco dos inimigos, voltam sem mais outro motivo e os comem com grande festa de cantares e copiosíssima libação de vinhos (que fabricam de raízes), de modo que nem as unhas perdem; alegam-se toda a vida com o desvanecimento da singular vitória; os prisioneiros, no entanto, julgam ser assim tratados com distinção, e pedem uma morte tão (como eles mesmos imaginam) gloriosa, porquanto dizem que só os medrosos e fracos de ânimo é que morrem e vão, sepultados, suportar o peso da terra, que eles crêem ser gravíssimo... (Dias, 1982, p.229)

Vejamos agora a análise do índio/antropofágico feito por Montaigne:

fazem a guerra de um modo nobre e generoso e ela é neles desculpável e bela na medida em que pode ser desculpável e bela essa doença da humanidade, pois não tem entre eles outra causa senão a da inveja e da virtude (...) Com tudo isso que lhes fazem, não conseguem nem de longe que os prisioneiros cedam; ao contrário durante os dois ou três meses que permanecem presos, afetam alegria e incitam seus senhores a se apressarem em submetê-los às provações(...) Tenho em meu poder o canto de um desses prisioneiros(...) Que se aproximem todos com coragem e se juntem para comê-lo; em o fazendo comerão seus pais e seus avós que já serviram de alimento(...)

Saboreai-os atentamente, sentireis o gosto de vossa própria carne(...) Haverá algo de bárbaro nesta composição? (Montaigne, 1972, p.107-9)

Através de uma abordagem rigorosa do trecho acima, percebe-se a diferença entre o canibalismo para um e para o outro. Enquanto Montaigne tenta transmitir a idéia do “bom selvagem”, justificando o ato de “comer gente” dos índios brasileiros, por ser a guerra “tão nobre” e “bela” para os indígenas, Anchieta nos apresenta o contrário, onde o índio não é corrompido pela sociedade, pois ele é mau, indolente e vil por natureza. É injustificável, para Anchieta, a “guerra” e a “alegria” que têm o índio em “comer gente”. Contudo, torna-se justificável, então, a ação “restauradora” dos jesuítas. É neste contexto que o conceito de “guerra justa” se instaura. A prática da antropofagia, segundo os jesuítas, é universal entre os índios. Apenas se distinguem, nesse ponto, pela vítima escolhida e pelo ritual do assassino. Enquanto uns se dirigem apenas aos prisioneiros de guerra, outros dirigem-se aos familiares em perigo de vida.

Além de toda carga de preconceitos despejada sobre parte dos índios brasileiros pelos jesuítas, este preconceito se generalizou para toda população indígena que habitava o Brasil naqueles tempos.

Como se vê, o selvagem que tanto o Pe. José de Anchieta quanto Manuel da Nóbrega pintam nada tem de comum ao de Montaigne e menos ainda com o de Rousseau. As pinturas de Nóbrega e Anchieta são, talvez, as mais negativas na ótica moral e política dos jesuítas que se têm conhecimento.

Conclui-se, então, que é preciso não perder de vista que os descobrimentos são obra, por igual, de portugueses e espanhóis; que os descobrimentos não devem ser postos em paralelo com o humanismo e o surto das belas-artes, na formação da cultura moderna; além disso, o problema dos reflexos científicos e culturais dos descobrimentos não deve ser analisado em compartimento, à margem de outras circunstâncias que completaram e corrigiram a ação da empresa ultramarina portuguesa.

Apesar das inúmeras contradições apresentadas acerca dos Descobrimentos, estes, por sua vez, não deixam de ter um papel importantíssimo na preparação dos “espíritos” para o acolhimento favorável da lenta teorização antropocêntrica dos humanistas, além, é claro, de sua importância crucial para o nascimento da ciência moderna.

SILVA, Marcos Roberto de Castro. *The Experience Revolution: The Iberians Invented In The XV And XVI Centuries. Ensaios de História, Franca, v. 1, n.2, p.37-50, 1996.*

ABSTRACT: Based on José Sebastião da Silva Dias' book, "The Discoveries and the XVI century Cultural Problems", the following work has the goal of showing the changes caused by the discoveries during the XV and XVI centuries, which affected on all fields of the human activity, political and economical relations, the arts and techniques, literature, moral and religion.

KEYWORDS: discoveries, the Jesuits, the nice savage myth.

Referências bibliográficas

- CHANDEIGNE, M. (org.). Lisboa Ultramarina 1415–1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. (Memória das Cidades).
- DIAS, J.S. da S. Os descobrimentos e a problemática cultural do Século XVI. Porto: Presença, 1982.
- MONTAIGNE, M. de. Ensaaios. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Os Pensadores).
- NÓBREGA, M. da. Cartas do Brasil e mais escritos. Coimbra: Serafim Leite, 1955.
- REGO, A. da S. (org.). Documentação ultramarina portuguesa. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. v.2.
- ROUSSEAU, J.-J. Ensaaios sobre a origem das línguas: discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).
- TESSIER, P. O século glorioso. IN: CHANDEIGNE, M. (org.). Lisboa Ultramarina 1415–1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MALLEUS MALEFICARUM: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM HISTÓRICA

Marco Antônio Matos ANTONIO*

RESUMO: O objetivo deste artigo é expor as possibilidades de análise do manual eclesiástico Malleus Maleficarum escrito em 1484, priorizando-se uma abordagem social que tenta resgatar o contexto histórico através dos indícios fornecidos pelo próprio documento. Trata-se, então, de uma proposta diferenciada de interpretação do mesmo, visto que prevalece na historiografia a tendência de aterem-se basicamente a estudos de bruxaria e demonologia.

UNITERMOS: Malleus Maleficarum, Igreja Medieval, inquisição.

Em fins do séc. XV é escrito nos territórios da atual Alemanha o documento eclesiástico Malleus Maleficarum: o Martelo das Feiticeiras pelos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger. Este documento se constitui, a princípio, em um Tratado sobre hereges e feiticeiras, escrito em um período de transição e de transformações, assolado por pestes, fome e rebeliões sociais. É importante considerar o Malleus como um documento que nos possibilita captar o contexto de uma época, pois nele estão contidos os elementos representativos desse período, expressando a concepção da Igreja Católica acerca dos principais problemas sociais.

Pela análise das obras que se utilizaram do Malleus como fonte, observamos o predomínio de uma interpretação reducionista. Citamos o trabalho de Anne L. Barstow em Chacina das feiticeiras: uma revisão histórica da caça as bruxas na Europa como exemplo dessa tendência, pois essa

*Graduando em História. Orientador: Moacir Gigante.

obra expressa a consideração do Malleus como “uma fonte indispensável, mas, outra vez, freqüentemente pouco confiável, é o manual do caçador de feiticeiras” (1996, p.199) ou ainda “os autores [Kramer e Sprenger] justapuseram um violento material antifeminino e antisexual com as acusações de feitiçaria”. A autora acredita que “esse documento desencadeou as perseguições por feitiçaria como um ataque às mulheres” (p.200). Há também, neste mesmo teor, o trabalho de Jeffrey Burton Russel, História da Feitiçaria em que o Malleus Maleficarum é citado por sua importância no combate e perseguição à bruxaria, principalmente porque “com o Malleus, a teoria da bruxaria alcançou e suplantou a prática dos tribunais.” (1993, p.64)

Estes são exemplos que traduzem as principais formas de abordagens com relação ao documento. Geralmente, não ultrapassam os limites de considerações antifeministas ou demonológicas, fazendo encobrir questões muito mais relevantes e interessantes do que a polêmica envolvendo a caça às bruxas. É claro que este aspecto e toda a discussão que ele suscita são importantes, mas não devem ocupar toda a preocupação nas análises sobre o documento que, acreditamos, apresenta questões sociais que não são amplamente exploradas.

Dentro desta perspectiva, uma primeira observação que fazemos é a de que, por se tratar de uma sociedade basicamente agrícola, a preocupação manifestada se refere diretamente a manutenção da produção e principalmente dos meios de reprodução da vida. Podemos observar na Bula escrita pelo Papa Inocêncio VIII, que consentia o poder de investigar e inquirir todas as heresias aos citados inquisidores, a preocupação referente a essa problemática, ou seja, a tentativa de se assegurar a produção. Neste sentido são apontadas até mesmo a ocorrência de discrepâncias entre a lei canônica e a lei civil, pois

a legislação civil concede a legalidade às práticas mágicas para a preservação das colheitas e do gado e que, em certos casos, as pessoas que operam essas artes não só devem ser toleradas mas recompensadas. (Kramer e Sprenger, 1993, p.321)

É uma sociedade que apela para todo os recursos disponíveis, incentivando até as “práticas mágicas” para assegurar a produtividade de seus campos, acarretando assim, um confronto com a Igreja, pois acabam oferecendo proteção a hereges. A perda da produção se constitui num fator que favorece uma situação de instabilidade que possui conseqüências em todos os níveis da hierarquia social.

Um outro fator que contribui para as transformações fundamentais ocorridas neste período é o crescimento urbano, que surge com novas formas de organização do trabalho. Tal aspecto contribui para a desestabilização dessa sociedade hierarquizada. Por isso, a Igreja vê a necessidade de um reforço das antigas relações de trabalho, ou seja, das relações servis, procurando afastar o camponês da cidade. No entanto, o revigoramento das cidades funciona como foco de atração de camponeses que, fugindo da crise, buscam melhores condições de sobrevivência. Neste sentido, é esclarecedor que, devido a

debilidade dos rendimentos agrícolas e da relação precária entre produção e demografia, uma estação demasiadamente úmida e uma colheita mirrada, ameaçam realmente de morte uma parte da população: os indigentes de todas as origens, é claro, essas 'bocas inúteis' que são expulsas das cidades quando a penúria se aproxima; mas também os pequenos camponeses que, nos anos

ruins, nem sequer tem grão para a sementeira ... e todos os biscateiros prontos para cair na mendicância quando o pão se torna muito caro e falta trabalho. (Delumeau, 1989, p.172-3)

O acúmulo populacional favorece o crescimento da pobreza. Nesse contexto, a criminalidade assume formas diversas, desde um simples roubo entre vizinhos até a formação de grupos de saqueadores, não sendo necessariamente grupos organizados. É no interior desses grupos de marginalizados que a Igreja localiza grande parte das bruxas, pois são eles os responsáveis pela prática de assaltos, homicídios e outros crimes. Portanto, indivíduos, ou especificamente as mulheres, que se encontram na marginalidade social, praticando atos considerados criminosos, são as principais vítimas da perseguição inquisitorial, pois são considerados, pela Igreja, elementos unificadores, verdadeiras lideranças, nos grupos marginais.

O problema da prostituição pode ser encarado como um produto da situação de pobreza. A prostituição é um fato comprovado pois no documento há a referência de que algumas mulheres

se entregam a tais abominações, algumas desde os vinte anos, outras desde os doze ou treze. (Kramer e Sprenger, 1993, p.236)

Tal menção sobre a prostituição infantil nos sugere a precariedade das condições de vida da população mais pobre, já que mulheres de várias idades se entregam a tal atividade.

A prostituição se torna um problema a partir do momento em que constitui como uma atividade crescente, pois há evidências de que as prostitutas, quando mais velhas, tentam recrutar moças “donzelas, devotas e castas”, fazendo

assim com que se aumente tal prática. No entanto, é particularmente esclarecedora a posição assumida pela Igreja, quando considera que a prostituição é um pré-requisito para a bruxaria. A Igreja admite que

O fato de as meretrizes e as prostitutas mais se entregarem a bruxaria é consubstanciado pelas fórmulas mágicas professadas pelas bruxas contra o ato da procriação. (Kramer e Sprenger, 1993, p.134).

Um outro aspecto que contribui a associação entre prostituição e bruxaria diz respeito ao fato de que elas usam contraceptivos e abortivos, em forma de poções. Busca-se com isso diminuir o risco de gravidez, favorecendo o encontro de parceiros sexuais, sem correr riscos de ter filhos indesejados.

A questão da estabilidade social é importante pois, assim como na formação do mundo feudal, a Igreja considera a hierarquia social, ou seja, a ordem terrestre, não suscetível a mudanças. Nesse período, a Igreja reconhece que quem pertence às hierarquias inferiores, que estão nos mais baixos níveis sociais, são os mais aptos a cometerem toda a sorte de abominações como assassinatos, roubos, prostituição, abortos, etc. Ser pobre nesta sociedade é castigo divino, onde a providência divina criaria as condições necessárias para que estas pessoas sofressem, e assim conseguir uma vida eterna cheia de regalias e confortos. Dessa forma, a Igreja se considera como a mensageira dos desígnios divinos.

Percebemos que a Igreja se propõe, especialmente a partir da publicação do Malleus, a manter uma vigilância mais rigorosa sobre a sociedade e os indivíduos que a compõe. Esta vigilância recai principalmente sobre o clero, pois a ele cabe a responsabilidade de espalhar a doutrina católica,

principalmente nos territórios do Império. Em virtude das transformações por qual passa a sociedade, era seu

dever afastar toda a ignorância e sempre ter perante nossos olhos a punição severa que há de sobreviver se não usarmos, cada um de acordo com suas possibilidades, do talento que nos foi dado. (Kramer e Sprenger, 1993, p.61).

A Igreja se coloca como a única detentora do conhecimento verdadeiro que leva à salvação. Desta forma, ela prega uma unidade em torno de si, como sendo a única detentora da fé, do conhecimento, da verdade e da salvação.

A tentativa de se manter a unidade é uma das principais preocupações que possui a Igreja neste período, pois seu campo de atuação penetra em territórios marcados principalmente pela diversidade. A forma para se manter as mesmas práticas e ritos em todas as regiões é um desafio em virtude dos problemas inerentes a cada uma delas e suas várias formações culturais; portanto a solução admitida é reconhecer e permitir estas diversidades, que apesar disso são elementos que compõe a própria instituição.

Porque o fato de diferentes Igrejas terem diferentes ritos para a adoração de Deus não milita contra a verdade, e portanto esses costumes devem ser preservados, sendo ilícito negligenciá-los. Assim, ... é um costume muito antigo nas Igrejas da França e de algumas partes da Alemanha, depois da consagração da Eucaristia, levar o Corpo de Cristo para a rua, a céu aberto; não se trata de ato ilícito, conquanto as Hóstias não sejam expostas ao ar e sim guardadas numa Pixide. (Kramer e Sprenger, 1993, p.369).

O que consistia num problema durante a Idade Média —a questão da diversidade— acaba sendo solucionado neste período pela Igreja quando consegue englobar estas várias manifestações, na mesma roupagem católica.

Diante disso, percebemos que nos territórios alemães a doutrina católica sofre ainda resistências, devido a permanência de cultos pagãos, originários de tradições bárbaras e greco-romanas. Podemos citar como exemplo dessa continuidade, as referências mitológicas sobre o culto pagão à divindade Diana ou Herodias; um culto popular no qual se acreditava poder cavalgar, às noites, com a referida deusa. Isto acarreta, no meio popular, uma certa ausência de delimitação entre o sagrado e o profano. Esses cultos pagãos, na forma de resistência a doutrina católica, são descritos na maioria das vezes como rituais macabros e seus seguidores a serviço do demônio, o grande inimigo da humanidade. A Igreja tenta descaracterizar esses cultos, condenando-os e julgando-os como práticas demoníacas.

Uma das formas de se combater essa situação está relacionada à pregação. A prática do padre não deveria se ater apenas ao sermão, pois a população poderia ouvir a “verdade” pregada pela Igreja, mas não segui-la, aumentando assim a ofensa a Deus. A prática ideal deveria ser feita no sentido de que as palavras do Evangelho ficassem firmes nos corações dos fiéis para que estes não cometessem mais os pecados; também deveriam ficar zelosos e vigilantes, perceberem e denunciarem através do ato da confissão, o surgimento de heresias e malefícios dentro de suas próprias comunidades. Toda esta preocupação tem íntima relação com a permanência, dentro da cultura popular, de cultos e tradições pagãs e, por isso, a exigência de um maior empenho por parte do clero para tornar sólida as bases da doutrina católica no meio popular. Portanto, o que se percebe é a tentativa da Igreja em

regulamentar e moralizar a vida do clero, reformá-lo no sentido de imbuí-lo de condições morais e dogmáticas para que possam cumprir sua tarefa de cristianização. A Igreja acredita que a quem é atribuído a responsabilidade de conduzir as almas para a salvação é imprescindível possuir um conhecimento sólido sobre a doutrina que prega e, principalmente, se isentar dos pecados terrenos. A importância do papel da pregação é a de que, se não realizarem bem a sua tarefa, a Humanidade seria influenciada para o mal através do diabo.

A Igreja necessita do apoio do Estado para conseguir acabar com as heresias, bruxas e feiticeiros. De um modo geral, este apoio se manifestava de duas formas: a primeira, através de leis que proibam a atividade desses indivíduos enquanto criminosos da fé; a segunda era nomeando homens que auxiliassem no cumprimento das leis. Dessa forma, os crimes canônicos poderiam ser julgados tanto pelo governador quanto pelo bispo metropolitano.

A punição das bruxas é da competência de ambos os tribunais, e não de um deles separadamente. (Kramer e Sprenger, 1993, p.380)

A Igreja percebe que sem o apoio do Estado não conseguiria levar adiante esta cruzada contra os hereges, erradicando este mal. Dado a esta união, a Igreja concebe mecanismos que tornam os julgamentos homogêneos, que mesmo sem a presença da Inquisição, eles possuem condições de ocorrerem. Isto é obtido através da publicação das formas de procedimentos nesses julgamentos, seu início e seu fim, a lavra das sentenças ou o fazer dos inquerimentos. Através da padronização das formas de julgamento, em que os escrivães apenas preenchem os documentos, a Igreja consegue se fazer

presente em todos os processos.

Para a Igreja,

bruxaria não se ensina em livros, nem é praticada por pessoas instruídas, é o ofício tão-somente dos iletrados; e tem apenas o fundamento da prática sem a qual a ninguém será dado a atuar como mago ou bruxa. (Kramer e Sprenger, 1993, p.206)

Dessa forma, ela nos mostra que esta é uma prática popular, que segue tradições que são perpetuadas de indivíduo para indivíduo, exercida no cotidiano.

Com relação às acusadas pelo crime de bruxaria percebemos que é mais fácil condenar as pessoas pobres, pois esta condição já é um pré-requisito para a marginalidade. O número de testemunhas não são mais que duas pessoas podendo ser estas até de má reputação. Isto não ocorre quando a pessoa acusada é de boa reputação, ou goza de um certo status dentro da comunidade; o número de testemunhas é maior e precisam ser honestas e de boa reputação. Ao considerarem três pontos essenciais a serem observados para culpar uma pessoa por estes crimes a Igreja dá mostras do caráter social ligado a ele. A má reputação do acusado, a evidência dos fatos e o depoimento de testemunhas favorecia uma expurgo social, pois pobres, curandeiras, prostitutas e criminosos se encaixam nesses pontos, sendo usados contra eles provas que vão desde utensílios domésticos até um desentendimento com alguma pessoa.

Embora não se trate exatamente de um documento que aborda especificamente questões científicas, o Malleus nos possibilita identificar ainda alguns elementos que indicam a situação do desenvolvimento científico neste período. Nele,

encontramos algumas referências relativas à Alquimia, Medicina, Astronomia, etc.

A alquimia européia aparece no final do século XV, organizada em um sistema homogêneo, conservando uma abundância de símbolos e mitos das mais diversas fontes. Neste período, a alquimia é caracterizada simultaneamente como uma ciência, com leis e métodos próprios de natureza experimentalista e por tendências esotéricas e místicas repletas de ritos e simbolismos. Ao manipular não só os metais mas também ervas e minerais, em que as propriedades que esses elementos possuem são os princípios ativos de suas fórmulas, elixires e transmutações, a arte alquímica se choca com os preceitos da Igreja medieval. Os dogmas desta instituição preconizam que as ervas, minerais e os demais elementos da natureza são instrumentos da ação divina, ou seja, não possuem em si propriedade alguma capaz de provocar alteração ou de mitigar os males, principalmente do corpo humano. A Igreja associa aqui a eficácia dessas fórmulas, elixires e transmutações à atuação do demônio, pois o ser humano não é capaz,

sem o auxílio de alguma força superior, de promover, através de fórmulas mágicas, a mutação dos elementos, ou prejudicar corpo físico dos homens e dos animais. (Kramer e Sprenger, 1993, p.105)

Estas considerações se constituem apenas um exemplo das múltiplas análises que o documento possibilita. Trata-se, portanto, de um documento rico em abordagens, que permite um enfoque diferenciado, contrariando as interpretações historiográficas correntes; fornece ainda indícios que nos possibilitam resgatar o contexto histórico que produziu as idéias presentes no Malleus Maleficarum.

ANTONIO, Marco Antônio Matos. Malleus Maleficarum: An Approach Proposal. *Ensaio de História*, Franca, v.1, n.2, p.51-62, 1996.

ABSTRACT: The objective of this article is to show the possibilities of analysis from the ecclesiastical manual called Malleus Maleficarum written in 1484, taking priority over a social approach that tries to retrieve the historical context through the clues given by the own document. Thus, it is a different proposal of interpretation of this document, so that it prevails on the historiography the trend towards being attached basically to the study of witchcraft and demonology.

KEYWORDS: Malleus Maleficarum. Medieval Church, social context.

Referências bibliográficas

- BARSTOW, A.L. Chacina das feiticeiras: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995
- DELUMEAU, J. História do medo no Ocidente 1300-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- FALBEL, N. Heresias medievais. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FRANCO JR., H. O feudalismo. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- HUIZINGA, J. O declínio da Idade Média. s.l.: Ulisséia, s.d.
- KRAMER, H., SPRENGER, J. Malleus maleficarum. Trad. Paulo Froés. 10.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- LE GOFF, J. A civilização do Ocidente Medieval. Lisboa: Estampa, 1984. v.2
- PIRENNE, H. História económica y social de la Edad Media. 19.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

RUSSEL, J.B. História da feitiçaria: feiticeiros, hereges e pagãos. Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Câmpus, 1993.

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E JUDICIÁRIA BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Edna Maria Matos ANTONIO*

RESUMO: Após a independência do Brasil surge a necessidade de se organizar e estruturar o aparelho de Estado no que se refere as suas funções executivas, judiciais e legislativas. Dentro desta problemática, este artigo analisa o papel relevante que as Câmaras Municipais desempenham como força política e administrativa estruturada. Estas revelam-se como um instrumento eficaz para garantir às classes dominantes do período imperial um controle restrito e oligárquico do poder, partindo-se da consideração de que é possível detectar traços fundamentais da política imperial ao nível do poder local.

UNITERMOS: Política imperial, sistema eletivo, organização judiciária, liberalismo.

Durante as primeiras décadas pós-independência, a preocupação política da sociedade brasileira consistia em solucionar um problema concreto que pode ser resumido no desafio de organizar política e administrativamente o país, que acabara de sair da situação colonial. Aspecto perfeitamente simplificado na questão de como entregar ao país o governo de si mesmo.

O aspecto problemático da superação do colonialismo e a criação das bases político-sociais do Estado e da sociedade nacionais perpassa questões que envolvem diretamente as ambigüidades das características da estrutura política do Império: sociedade escravocrata governada por instituições liberais e representativas ou ainda, uma sociedade agrária e

* Graduanda em História. Orientadora: Marisa Saenz Leme.

analfabeta dirigida por uma elite voltada para o modelo europeu de civilização.

No que se refere à organização política, após a Independência política do Brasil em 1822, houve a necessidade de estruturar o aparelho de Estado, tendo-se em vista as suas funções executivas, judiciais e legislativas. Dentro delas, destacamos o significado político administrativo que as Câmaras Municipais vão adquirindo no contexto histórico da segunda metade do séc. XIX; é relevante no sentido de que expressa o interesse da classe dominante em assegurar, para seus representantes, sua presença nos quadros da administração ao nível local.

A importância que as Câmaras Municipais têm na vida política do período Imperial se relaciona com o aspecto de que elas se apresentavam como força política e administrativa estruturada e representativa, o que nos permite considerar que a política Imperial e sua dinâmica pode ser melhor detectada ao nível do poder local por se constituírem como um retrato minimizado dos problemas e implicações derivadas do estabelecimento de um sistema nacional de dominação com base no regime monárquico.

A partir da elaboração da primeira carta constitucional, em fevereiro de 1824, e da sua reforma em 1834, surge na província e na localidade uma nova elite de eleitores e elegíveis. Essa elite, composta por elementos intimamente ligados aos grandes proprietários de terras e negociantes, representava uma minoria em comparação ao restante da população, devido ao sistema eletivo de voto indireto estabelecido pela Constituição, que qualificava os eleitores em dois grupos distintos — 1º e 2º graus — conforme os critérios de riqueza e idade. De acordo com a Constituição, eram excluídos das listas de qualificação de eleitores paroquiais (ou de 1º grau) os seguintes elementos sociais: escravos, criados de serviço (com exceção dos da casa

Imperial), os administradores de fazendas e fábricas, os homens livres menores de 25 anos, não casados, (exceto militares, bacharéis e os clérigos de ordem sacra com mais de 21 anos), e os possuidores de uma renda anual líquida inferior a 100.000 réis, excluindo assim a maior parte da população.

A eletividade da Câmara Municipal foi mantida na constituição do Império e aprimorada na Lei de 1º de Outubro de 1828 ou Lei Orgânica dos Municípios, que, de característica centralizadora, dava uniformidade às Câmaras, estabelecendo a forma de eleições dos vereadores, fixando normas e regulamentos para o desempenho das funções públicas do município. Para Castro Nunes, começa aí

a fase verdadeiramente brasileira da história municipal no Brasil. Até então o que havia entre nós era o município português, transplantado para cá. (Leal, 1995, p. 110)

Para compor a Câmara seriam eleitos sete vereadores nas vilas e nove nas cidades, que funcionava sob a presidência do vereador mais votado. Para votar na eleição dos vereadores, exigiam-se os requisitos dos artigos 91 e 92 da Constituição e já mencionados anteriormente.

Arnaldo Contier observa que os artigos que tratam das exceções, ou seja, os que tratam da permissão de os bacharéis, padres e militares com 21 anos participarem do processo eleitoral estavam em conformidade com a realidade social e econômica da Província de São Paulo pois

precisamente, a maioria dos agentes eleitos para eleitores de 2º grau e que, posteriormente, dirigiram a vida política da Província, eram bacharéis (grandes proprietários), militares (coronéis, brigadeiros, tenentes, capitães entre outros) e padres. (1975, p.242)

Os candidatos a vereadores, deputados, senadores e outros cargos políticos eram eleitos pelos eleitores de 2º grau. A eleição dos políticos baseava-se no seu prestígio na localidade à qual pertenciam. Este prestígio dependia direta ou indiretamente da riqueza dos políticos e das atuações nas Câmaras. Eram elegíveis todos os que pudessem ser votantes —eleitores paroquiais ou de 1º grau— e tivessem no mínimo dois anos de domicílio no termo. As eleições seriam realizadas de 4 em 4 anos no dia 7 de setembro, e os resultados seriam anunciados após 15 dias, afixados nas portas das respectivas paróquias. A lei de 1828 regulou a forma de eleição dos vereadores, pelo sistema de lista completa e maioria relativa, cabendo a apuração à Câmara da cidade ou vila de que se tratasse.

Às Câmaras cabiam

fazer posturas ou leis municipais; promover a agricultura, o comércio, a saúde pública e todos os interesses dos Conselhos; estabelecer feiras e mercados nos lugares mais convenientes com a aprovação da junta de administração do distrito; cuidar das escolas de primeiras letras, estabelecimentos pagos pelos bens públicos, hospitais, asilo, estabelecimentos de beneficência, segundo as formas determinadas pela lei; tratar das obras particulares de Conselho e do reparo das públicas; repartir a contribuição direta pelos moradores do Conselho e fiscalizar a remessa dos rendimentos nacionais. (Naldi, 1992, p.53)

Contudo, apesar destas atribuições amplas e discriminadas, as Câmaras não possuíam rendas, senão as mínimas necessárias para a manutenção de seus serviços, ficando sujeitos ao controle dos Conselhos Gerais da Província, que os poderiam

revogar e alterar. Isso expressa a sujeição completa do município à Província, que por intermédio destes Conselhos Gerais, transformavam as Câmaras em meras executoras do poder provincial. As Câmaras Municipais passam a ser administradoras subalternas de simples divisões administrativas e não governo de município autônomos.

Era o que se convencionou chamar de “doutrina de tutela” pois aos municípios foi negado direito de regerem seus próprios negócios.

O Ato Adicional, de 1834, refletindo uma tendência bastante descentralizadora do ponto de vista das províncias, transferiu para as Assembléias Provinciais então criadas, a função de tutelar as Câmaras Municipais, função esta que vinha sendo realizada pelos presidentes, os Conselhos Gerais, o Ministro do Império e o Parlamento. O presidente da Província adquire poderes importantes, sobretudo em consequência da reação conservadora e da arbitrariedade do Conselho de Estado. Há de considerar a situação dos municípios, que piorou com a reforma da Constituição, mas para os liberais, que a idealizaram, esta foi a forma de permitir que cada província, de acordo com as peculiaridades locais, ficasse em condições de estabelecer o regime municipal que lhe fosse melhor. Na verdade, a autonomia municipal foi reduzida e ampliado os poderes provinciais, visto que o objetivo das forças políticas liberais era o de fortalecer as províncias perante o governo central.

A concessão de maior autonomia aos municípios certamente não concorreria para esse resultado, porque poderia pôr em risco a homogeneidade da situação dominante na província. Com os municípios controlados estritamente pelas Assembléias, estariam as províncias, como unidades coesas e fortes.

mais habilitadas a resistir à absorvente supremacia do centro (Leal, 1975, p.77).

Durante o período imperial prevalece em larga medida a acumulação de atribuições judiciais e policiais nas mãos das mesmas autoridades. A Constituição de 1824 declarou a independência do poder judiciário e a durabilidade do cargo do juiz de direito, que só o perderia por sentença. A garantia de vitaliciedade só beneficiava os juizes de direito com exercício nas comarcas, mas não amparava os juizes municipais, que serviam nos termos e nem mesmo os juizes de paz, de investidura eletiva e com jurisdição limitada aos distritos.

O Código do Processo Criminal, de 29 de novembro de 1832 foi importante reforma do sistema policial e judiciário, de inspiração centralizadora que deu extraordinário relevo à figura do juiz de paz, investindo-o de amplos poderes. Constituiu-se como uma lei das mais discutidas e criticadas no país, porque o Código do Processo Criminal servia para consagrar o arbítrio do fazendeiro (agora coronel da Guarda Nacional) pois o juiz constituiu-se como funcionário de confiança dos senhores locais, num instrumento eficaz para fazer valer os interesses dos proprietários de terra. A grande figura, o juiz de paz, autoridade máxima do distrito, podia prender por suspeição e era quem formava o processo de culpa. Os atentados, desordens, motins e revoluções que caracterizam o conturbado período regencial foram atribuídos, pelos seus contemporâneos, a ineficácia do juiz de paz como instrumento de prevenção e repressão da criminalidade.

O Código era dividido em duas partes; a primeira tratava da organização judiciária. Há a divisão das províncias em comarcas, termos e distritos de paz. O distrito compunha-se de um grupo de no mínimo 75 casas. O juiz de paz conta com um escrivão e inspetores de quarteirão conforme o

tamanho do distrito. No termo há um juiz municipal, um promotor público e um conselho de jurados. Define ainda a extinção dos cargos de ouvidores, juizes ordinários, juizes de fora, elementos da organização portuguesa. Determina ainda que os tribunais eclesiásticos ficam restritos a assuntos religiosos.

O juiz de paz é a novidade do Código, pois é criado com o intento de ser uma pretensa representação popular: possui jurisdição sobre um pequeno território, trata só de certas questões e é eleito, de modo a ser uma projeção da vontade da população para o trato de seus problemas cotidianos, que melhor ainda aparecem na figura do inspetor de quarteirão. Eles vigiam uma determinada área, conhecem seus moradores, sabem quem vai e quem vem e exigem dos suspeitos —bêbados, vadios, mendigos e marginais— a assinatura do “termo de bem viver”.

Já os juizes municipais eram escolhidos pelos presidentes das províncias, em lista tríplice oferecida pelas Câmaras. Também assim eram escolhidos os promotores. Os juizes de direito eram de nomeação imperial. Nos termos, havia um conselho de jurados —alistados anualmente por uma junta especial— que funcionava em dois júris: de acusação e de julgamento. Os jurados seriam escolhidos entre possíveis eleitores, tidos pela comunidade como probos, honestos e sensatos.

Segundo o Código de 1832, cada comarca tinha um juiz de direito e nas mais populosas podia haver até três, um dos quais seria o chefe de polícia, um juiz municipal e um promotor público, nomeados pelo governo geral, na corte, ou pelos presidentes, nas províncias. Dentre as listas tríplexes organizadas pelas câmaras municipais; havia um juiz de paz eletivo, um escrivão, para cada quarteirão, um inspetor, nomeado pela câmara, mediante proposta do juiz. As funções policíacas cabiam principalmente aos juizes de paz e,

cumulativamente, aos juizes municipais e ao de direito que tivesse a investidura de chefe de polícia.

A segunda parte do Código define a forma do processo criminal em que se destaca a superação do arcaísmo das Ordenações. A denúncia era feita ao juiz de paz da freguesia. Era sua função juntar as provas para a “formação de culpa” dos denunciados. As provas seriam analisadas pelo Primeiro Conselho de Jurados ou júri de acusação, do qual o juiz de paz fazia parte e coordenava os trabalhos.

Se nesta primeira fase houvesse evidência bastante razoável de crime, lançava-se o nome do indivíduo no rol dos culpados, para o julgamento propriamente dito, presidido por um juiz de direito. As provas seriam analisadas pelo Conselho de Jurados. Os 23 membros deste júri eram sorteados de uma lista de 60 nomes fornecida pelo Conselho Municipal — também sorteado. As exigências para um cidadão ser eleito jurado eram ter mais de 25 anos e renda mínima anual de 200 mil-réis, um rendimento baixo para aquele tempo, isto em comparação ao soldo de um soldado que era de 18 mil-réis por mês.

O ritual forense compreendia curto interrogatório do réu, leitura do processo de formação de culpa, acusação do promotor e defesa do defensor, encerrado com um sumário pelo juiz, da matéria pró e contra o réu. Por fim, os jurados respondiam a uma pequena inquirição do juiz, que então sentenciava de acordo com o voto da maioria do júri.

Como teoria o Código é de admirável liberalismo: propõe justiça nacional a ser aplicada na maior parte por autoridades eleitas. No entanto, na realidade, foram praticados sérios desvirtuamentos pois estas eleições judiciárias eram controladas pelos chefes locais, em geral proprietários de terras, estes ao defenderem seus interesses, faziam e desfaziam as autoridades, isto sem falar da plena utilização destes cargos como instrumento de poder para a elite local, em

que o exemplo do juiz de paz, que já nos referimos, é o mais elucidativo.

Disto decorre a constatação de que o liberalismo político-jurídico que será adotado pela classe dominante, para a realidade brasileira do período imperial, se desenvolve a partir de uma concepção de liberdade, garantida pela ordem constitucional. São as instituições que garantem a liberdade. O liberal respeita as instituições e a ordem social como mantenedoras das liberdades e das garantias individuais do cidadão. Este apego ao princípio da lei foi habilmente utilizado pela elite como instrumento para garantir, para si mesma, um controle restrito e oligárquico do poder. O pensamento político da época baseava-se no pressuposto de que uma legislação perfeita traria um governo perfeito (perfeito no sentido de adequado e conveniente à manutenção dos privilégios de classe). Portanto, tal afeição aos princípios liberais não passava pelas aspirações populares e o exemplo mais claro do liberalismo conservador que predominou no Brasil é o de que ele conviveu lado a lado por um bom tempo com a escravidão.

ANTONIO, Edna Maria Matos. The Political And Judicial Brazilian Organization In The Post-Independence Period. *Ensaio de História*, Franca, v.1, n.2, p.63-72, 1996.

ABSTRACT: After the independence of Brazil, appeared the need to organize and to structure the State's apparatus in relation to its executive, judicial and legislative functions. In this view, this article analyses the notable role that the Town Councils fulfill as political and administrative structured forces. The Town Councils happen to be an efficient instrument to assure the dominant category of the imperial period a restricted and control of power as an oligarchy taking into consideration that it is possible to detect fundamental features of imperial politics on the local power level.

KEYWORDS: Imperial politics; elective system; judicial organization; liberalism.

Referências bibliográficas

- ADORNO, S. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BANDECHI, P.B. O município no Brasil e sua função política. São Paulo: Pannartz, 1983.
- CARVALHO, J.M. de. Teatro das sombras: a política imperial. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- CONTIER, A.D. Imprensa e ideologia em São Paulo: 1822–1842. Petrópolis: Vozes; Campinas: UNICAMP, 1975.
- FAORO, R. Existe um pensamento político brasileiro? São Paulo: Ática, 1994.
- IGLÉSIAS, F. Trajetória política do Brasil: 1500–1964. São Paulo: Schwarcz, 1993.
- LEAL, V.N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- MOTA, C.G. (org.) 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- NALDI, M.R.G. Coronelismo e Poder Local. Franca: 1850–1889. Franca: UNESP, 1992.
- SOUZA, F.B. O sistema eleitoral no Império. Brasília: Senado Federal, 1979.

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL

Adriana GIANVÉCCHIO*

RESUMO: Esse artigo apresenta parte de nossas reflexões, sobre as instituições políticas no Brasil. O estabelecimento da sociedade estamental, com bases no processo de elitização, iniciado no Brasil-Colônia que sedimentou-se no Império e foi consolidado na República, onde o coronelismo atuou de forma ampla. Dentro dessa análise, as instituições são vistas como um espelho das relações sociais e econômicas.

UNITERMOS: Sociedade estamental, instituições, coronelismo, burocracia.

Entender as instituições é interpretar o processo histórico que as criou é também traduzir o Estado. As instituições surgem sempre a partir de determinadas demandas de grupos privilegiados, que usam do poder para garantir seus interesses. As instituições, são em geral, aceitas pela conotação de “proteção” da coletividade, que vê nas normas estabelecidas, valores que em geral camuflam o principal aspecto da ordem social, geralmente embutida e disfarçada em ideologia. É necessário uma investigação nesse sentido, para que se revele as reais determinações das instituições e para que se possa mudar o enfoque, numa ação social.

O objetivo principal desse artigo está na proposta de analisar o Brasil a partir de suas instituições, desde a formação até as transformações ocorridas, tanto no aspecto social quanto político, vendo o funcionalismo como o retrato da inversão total de valores, adquiridos de Portugal, e do

* Graduada em História. Orientadora: Hercídia Mara Facuri Coelho.

processo de elitização que tem suas origens na Colônia e enraíza-se profundamente na sociedade, criando as bases do coronelismo e da política de favorecimento, interpretando essas instituições como reflexo do ranço dos “donos do poder” e das relações jurídico-sociais.

Na visão de Fernando Uricôchea, o Brasil se faz, desde o primeiro momento, por ordens régias, alvarás e decretos. As Ordenações Filipinas foram a semente de origem dos privilégios do “homem bom”, isto é, de sangue limpo e fidalgo. É esse “homem bom”, que constituiu a classe dominante. A sociedade se estrutura no estamento, fruto do estado patrimonialista, onde a criação de cargos é uma constante, fundamentada no preenchimento das funções institucionalizadas de poder. Este concentra-se numa minoria privilegiada e se projeta, constituindo uma “classe política”. A organização administrativa no Brasil é um prolongamento do sistema patrimonialista do Estado Português.

O princípio manifesto na formação das capitâneas, o capitão e o governador como representantes do rei, como administradores e delegados, resultavam em funções que se sobressaíam pelos privilégios de suas atividades públicas. A economia e a sociedade se estruturam pelas ordens régias e os funcionários da Coroa, pessoas próximas ao trono, constituíam a pequena nobreza ansiosa por privilégios. A organização administrativa foi criada antes do afluxo de população, isto é, primeiro a lei, depois os seguidores. As capitâneas se compunham de dois institutos: o público e o patrimonial, que se confundiam em jogos de interesses. O direito público era interpretado de acordo com os interesses dos governantes e o patrimonial era vitalício e hereditário, isto é, se arrastava por gerações.

A organização administrativa, social e econômica da colônia se baseia na sociedade estamental e organiza a burocracia, numa infinidade de cargos, com nomeações e

delegações de autoridades, centralizadas na Coroa. A função pública domina a economia, instrumento da classe dominante, formando um patriarcado administrativo. A unidade de governo se solidifica numa camada social, os fiéis agentes do rei e os funcionários. O cargo público transforma seu titular em portador de autoridade criando com isso uma inversão de valores: o cargo público é o elemento enobrecedor. Os privilégios inerentes ao cargo público no sistema patrimonial são regulados pelas Ordenações, que define o conceito citado do “homem bom” (fidalgo, de limpo sangue e boa linhagem) que, num alargamento contínuo, agrega senhores de terra e engenho, a burocracia civil e militar e burgueses comerciantes.

A margem do controle, cria-se um governo sem lei e sem obediência, inculcando ao setor público a violência e o desrespeito ao direito manifesto no exercício público de atribuições ilegais. Desse processo se origina o poder público das instituições. Em todos os setores administrativos e judiciários, as atribuições são confusas. A sociedade patrimonialista alicerça o caráter burocrático criando a classe do “funcionalismo” que paternaliza os “desprotegidos. Raymundo Faoro observa que:

Os cargos públicos no Brasil, reservados a premiar serviços e a colocar a nobreza ociosa passaram a ser vendidos a partir do século XVIII. Burguesia e funcionários, afastados pelas atividades e preconceitos se unem numa concepção de estado, a exploração da economia em proveito de uma minoria, que orienta, controla, dirige, explora e manda (Faoro, 1979, p.385).

Com a Proclamação da Independência (1822), a ordem jurídica no Brasil entra em sua fase moderna: o provimento de funcionários é regulamentado por leis na nova

organização judiciária do Império, a burocracia se consolida nas instituições. O aspecto burocrático sob a ótica weberiana é definido como fenômeno essencialmente moderno.

A burocracia moderna rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com os regulamentos, ou seja, por leis ou normas administrativas (Weber, 1974, p.229).

Nesse momento, a sociedade estamental consolida-se em uma estrutura burocrática que tem uma elite política, um corpo de funcionários que se ocupa da administração e da força pública. É a fase em que se dá a real separação entre os bens privados e os bens públicos. O papel social das instituições se torna possível pelas relações de poder, que são sempre relações entre desiguais. A sociedade apresenta características de organização nos moldes capitalistas. No Império, o funcionalismo é uma categoria social que beneficia a si própria, numa escala de carreiras e empregos, em que o Estado serve como fornecedor de recursos. Manipula-se o cargo público num jogo de benefícios da elite dominante, que se estende por relações de favorecimento, articuladas na vitaliciedade dos cargos, tanto nas autoridades policiais quanto judiciárias. Nesse contexto, a opinião pública e os interesses de classe não possuem nenhuma força. A influência oficial, consolidada nas tradições e vinculada a uma ordem econômica patrimonial, favorece essa estrutura do Estado. A consequência será uma ordem burocrática “aristocratizada” e uma feroz caçada ao emprego público, que oferece poder. O funcionalismo será a “nobre profissão, que todos querem exercer/possuir.

Outro “agravante”, nessa fase, é a criação da Guarda Nacional em 1832, que impôs um quadro de dominação local

dos grandes proprietários, consolidando o coronelismo. Os “coronéis, eram homens ricos que exerciam o poder local nas câmaras e encaminhavam seus “protegidos” na representação de cargos políticos e administrativos, bem como na imprensa. Criou-se uma trama insolúvel de jogos de dominação, controle e poder, numa organização crescente que se dividia em esferas: municipais, regionais, provinciais e nacionais. Toda expressão coronelista se evidencia no tráfico de influências, no qual a política apresenta-se na prática, estruturada no sistema eleitoral. O coronelismo atua plenamente no período da República Velha e se manifesta através das organizações institucionais, cuja dinâmica social, funciona como um espelho das relações sociais, políticas e econômicas do país.

GIANVÉCCHIO, Adriana. *Political Institutions And Power Relations In Brazil. Ensaios de História, Franca, v.1, n.2, p.73-78, 1996.*

ABSTRACT: This article introduces part of our considerations about the political institutions in Brazil. The establishment of “estamental” society, with basis on the elitism process, began at Brazil Colony which founded itself on the Empire and was consolidated at the Republic period, where the “coronelismo” acted widely. In this analysis, the institutions are seen like a mirror of social and economic relations.

KEYWORDS: “Estamental” Society; institutions; “coronelismo”; bureaucracy

Referências bibliográficas

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1979. 2v.

- MOTTA, F. Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- URICOÊCHEA, F. O minotauro imperial. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- WEBER, M. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

IDEOLOGIA NO ESTADO NOVO

Wilmar Antônio de OLIVEIRA*

RESUMO: O Estado Novo, enquanto representante de um Estado autoritário, construiu-se por meio da imposição de uma ideologia fortemente marcada pelas idéias de modernização, nacionalismo, corporativismo, centralização do poder, etc. Essa mesma ideologia, traduzida em ação, possibilitou a construção histórica desse Estado. E como processo histórico, desenvolveu-se em meio à contradições num contexto de dominação e de resistências.

UNITERMOS: Ideologia, Estado Novo, hegemonia, dominação, resistência.

Ideologia

O uso do conceito ideologia dá margem a diferentes interpretações. Não pretendemos fazer aqui uma abordagem exaustiva do tema, o que além de trabalhoso seria desnecessário, pois, o que realmente interessa é definir os elementos significativos da ideologia estadonovista.

No entanto, devido à sua atuação constante no seio da sociedade, torna-se complexa a análise se a considerarmos apenas como sendo a expressão de uma visão de mundo particularizada. Daí tentarmos entendê-la como: *processo de inversão da realidade histórico-social através de idéias, representações e até mesmo da consciência (que são forjadas de sua relação com a produção material) e que se constitui numa "linguagem" inteligível usada por um grupo para dominação de outros.*

* Graduando em História. Orientadora: Teresa M. Malatian.

É conveniente entendermos melhor isso: essa inversão da realidade é uma tentativa de ocultar a realidade histórica e social eliminando conflitos sociais ou justificando-os de acordo com os interesses daqueles que cultivam essa ideologia; ou como nos diz Marilena Chauí:

Ora, o real não é um dado sensível nem um dado intelectual, mas é um processo, um movimento temporal de constituição dos seres e de suas significações, e esse processo depende fundamentalmente do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza (1984, p.19).

e definindo ideologia como:

Essas idéias e representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia (1984, p.21).

Ainda para ajudar-nos a compreender essa inversão utilizamo-nos da fala de Rafael Echeverría e Fernando Castillo:

Por una parte, la ideología deforma la realidad, la falsea en la consciencia; por otra parte, expresa tal realidad. El contenido ideológico representa la captación de una realidad; no se crea a partir de nada, pero al mismo tiempo, por su intermedio el objeto es distorcido, ocultado y negado. (...) La ideología es la inversión, en la consciencia, de

lo que los hombres son realmente, de su realidad social. (Echeverría, 1973, p.22)

Portanto, essa inversão da realidade se dá na negação da realidade “pura” e/ou através da “falsa consciência”; como explicita Marx e Engels: “A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real.”(1986, p.36) e que portanto: “(...) não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.”(1986, p.37) e acrescentando ainda que: “A consciência, portanto, é desde o início um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens.”(1986, p.43)

As idéias, representações e consciência, não podem ser entendidos como autônomos do processo histórico e das relações sociais reais que constituem determinada sociedade.

Quando nos referimos a uma “linguagem inteligível” queremos dizer que a ideologia necessita de uma receptividade e aceitação pelo grupo (ou indivíduos) que a tomam como verdade. Ou como explicita Roy C. Macridis:“(...)as ideologias são orientadas para a ação. Isto é, consistem de idéias compartilhadas por muitas pessoas que agem juntas ou são influenciadas a agir juntas de forma a alcançar fins postulados”. (Macridis, 1982, p.20)

Quanto à questão da dominação e da resistência como fator determinante da construção ideológica, recorremos à afirmação pertinente de Rafael Echeverría e Fernando Castillo de que: “(...)es solo a partir de las contradicciones de clase, que esta totalidad ideológica se hace plenamente inteligible.” (Echeverría, 1973, p.17) e ainda: “Es en la unidad dialéctica entre el pensamiento y la acción, entre la consciencia y la práctica, donde debemos comprender la manera como se lleva a cabo la liberación ideológica, el

develamento de sus contenidos.”(1973, p.41-2) Assim, entendemos que é na dialética do processo histórico onde se pode apreender a ideologia.

Dentro desta perspectiva, passamos agora a analisar os elementos específicos da ideologia estadonovista.

Ideologia estadonovista

A construção ideológica não se dá da noite para o dia; pode ser compreendida como processo ou como nos diz Ângela M. de Castro e outras:

é na prática da luta política que se avoluma e se define uma fórmula de regime; informada por concepções ideológicas que já se estruturavam no passado, e que dão apoio e conformação final a esse mesmo regime.
(Fausto, 1981, p.14)

A ideologia para ser imposta como expressão dominante necessita do poder político para através da dominação arregimentar as bases de sua consolidação. Para exemplificar, tomemos Marx e Engels:

toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral, deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento. ... a luta prática desses interesses particulares, que constantemente e de modo real chocam-se com os interesses coletivos e ilusoriamente tido como coletivos.

torna necessário o controle e a intervenção prática através do ilusório interesse 'geral' como Estado. (Marx e Engels, 1986, p.49)

Partindo desse pressuposto e da concepção de ideologia enquanto dominação de classe é imprescindível para a compreensão da ideologia estadonovista tratarmos primeiramente dos ideólogos que, embora, não necessariamente, na forma de unidade, articularam os elementos básicos dessa mesma ideologia. Nesse aspecto, a intervenção de Lúcia Lippi Oliveira é esclarecedora: “Se há discrepâncias entre as propostas e a realidade do Estado Novo, há, também, divergências entre as propostas dos diferentes doutrinadores para esse Estado” (Oliveira, 1982, p.8-9), e ainda tomando dois importantes ideólogos do regime conclui:

Modernistas, integralistas, positivistas, católicos e socialistas são encontrados trabalhando lado a lado ... Almir de Andrade busca na tradição a legitimação para o regime, enquanto Azevedo Amaral apresenta a modernização como justificativa para o reforçamento da autoridade do Estado. (p.11)

E segundo a mesma autora, encontrava-se no período do Estado Novo “uma elite permeada do ideal salvacionista e que se auto-atribui (a) um papel messiânico na vida nacional.”(p.10)

Ainda com relação a esses ideólogos e tomando o estudo de Jarbas Medeiros poderíamos, com ele, considerar que:

Francisco Campos, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Amoroso Lima (...) não obstante se alinharem a fontes teóricas que nem sempre se

compatibilizam entre si —apesar de um denominador comum idealista— identificam-se, em concreto, em um só consenso político em torno do autoritarismo estadonovista. (Medeiros, 1978, p.285)

Esses intelectuais citados e os demais que participaram da construção ideológica do Estado, cada um à sua maneira, mas envoltos num projeto “global” (de predominância da mentalidade burguesa) desenvolveram os argumentos e os temas básicos dessa ideologia. Por exemplo, modernização, industrialização, racionalização, centralização, nacionalismo, corporativismo, burocratização, racismo, autoritarismo ... permeavam os discursos e a prática política.

No geral, os ideólogos estadonovistas prenderam-se a dois princípios explicativos da realidade nacional e também justificadores da ação política: uma interpretação histórica “conveniente aos seus valores” ou no discurso da modernização (aqui entendida como desenvolvimento econômico e sua decorrência), ou ainda, na junção dos dois elementos, o que proporcionou desenvolver-se o mito da “grande potência”. De que o Brasil por suas “condições históricas” e pelo mérito de seu “presente promissor” estava fadado a “ser grande” (num “futuro relativamente próximo”). Maria H. Capelato trata da questão quando diz: “A ascensão do Brasil e de São Paulo na América foi idealizada a partir dos critérios de racionalidade, eficiência, tecnicidade e cientificismo.” (Capelato, 1989, p.70)

O tema da racionalidade ou “culto à razão” foi uma constante na ideologia estadonovista que correlacionada à idéia de modernização da sociedade proporcionou a inculcação de uma “nova mentalidade” que passava pela disciplinarização social através das palavras de “ordem e progresso”, ou seja, do desenvolvimento industrial-

tecnológico (em suma, econômico) na mais concertante harmonia social. Maria A. Martinez Antonacci assim expõe seu pensamento em relação à essa “racionalização”:

E, na realização histórica da corporativização da sociedade e do Estado, foram instrumentalizadas reivindicações sociais em um processo contra-revolucionário, que se apropriou de recursos e argumentos, símbolos de luta e formas de resistência para, desativados de seu sentido e conteúdo, restaurar e legitimar a dominação em novos patamares. (Antonacci, 1993, p.27)

Portanto, nessa tentativa de negação dos conflitos e da luta de classes, ampliou-se a centralização do poder, a burocratização e a despolitização das questões sociais. Há um processo de “massificação”, ou privilégio do coletivo sobre o individual enquanto entidade política.

No projeto político-pedagógico do Estado Novo estava explícita a intenção de se criar uma “consciência nacional” inserida na transformação da mentalidade, forjando daí o uso constante do termo “novo” —Estado Novo, o “homem novo”, o jovem ...— para denominar o que era esse Estado e diferenciá-lo do que foi antes.

A ideologia estadonovista era dominante e por diversas formas tentava exercer sua hegemonia. No entanto, isto nos permite afirmar que haviam resistências que, segundo a lógica da dominação não poderiam coexistir e que, portanto, deveriam ser eliminadas ou ao menos “cooptadas e transformadas” numa única ideologia. Isto explica o anti-comunismo, o nacionalismo, o “anti-nazi-fascismo”, o integralismo ... Daí também, podemos fazer referência ao desenvolvimento da propaganda política e de sua extrema necessidade enquanto forma de ampliação e de manutenção do

poder. Contudo, a propaganda não foi o único meio de impor a dominação. Repressão policial (e o terror), a censura, a suposta idéia de “instabilidade social”, a centralização do poder, a construção da “ideologia de guerra” (todos os esforços em nome da segurança nacional) e também, de forma positiva, as realizações práticas do Estado —como a legislação trabalhista e a CLT, a industrialização ...— enfim, todos esses fatores fizeram parte do processo histórico de construção do Estado Novo.

Um outro aspecto importante da ideologia estadonovista foi o “culto a Vargas”, ou seja, a construção mitológica de que ele seria “o pai dos pobres”, ou a “personificação do Estado”, etc. Tudo isto, possível pela utilização organicista e corporativista do discurso teológico para a “harmonização social”. Daí também desenvolve-se o populismo. E ainda nesta concepção, denota-se a importância e a primazia no uso das imagens como reforço à propaganda do discurso escrito e/ou falado.

A ideologia estadonovista, por paradoxo à relação “passado-histórico”/modernização, acabou por desenvolver a manipulação da memória e a atribuição das responsabilidades para o futuro. Enfatizando, tomemos o que diz Paulo C. Dutra Fonseca:

O que permanecera do regime anterior era apagado da memória; os discursos foram elaborados exaltando tão somente as transformações. (...) o governo, assim, apresentava-se como em consonância ao momento vivido, mas mesmo isso não bastava: seu compromisso primordial era com o futuro. (1989, p.198)

Em suma, a construção ideológica do Estado Novo se deu num contexto de grandes transformações sócio-político-

econômicas concomitantes ao desenvolvimento do capitalismo (Guerra Mundial, extremismos de direita ...) e daí influenciadas pelas mesmas transformações à procura de respostas às questões que o momento impunha; contudo, sem deixar de estar voltada para os interesses dominantes.

OLIVEIRA, Wilmar Antônio de. *The Ideology On The New State. Ensaios de História, Franca, v.1, n.2, p.79-88, 1996.*

ABSTRACT: The New State, while representing the authoritarian State, built itself by the imposition of an ideology strongly marked by ideas of modernization, nationalism, corporativism, power centralization, and so on. That ideology, put into action, made possible the historical construction of this State. And as a historical process, developed itself in the middle of the contradictions in a context of domination and of opposition.

KEYWORDS: Ideology, New State, Hegemony, Domination, Opposition.

Referências bibliográficas

- ANTONACCI, M.A.M. *A vitória da razão (?)*: o IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1993.
- CAPELATO, M.H. *Os arautos do liberalismo*: imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. 18.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ECHEVERRÍA, R. et al. *Ideología y medios de comunicación*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- FAUSTO, B.(org.). *Brasil republicano*: Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981. t.3, v.3.

- FONSECA, P.C.D. Vargas: capitalismo em construção 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MACRIDIS, R.C. Ideologias Políticas Contemporâneas. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- MARX, K., ENGELS, F. A ideologia alemã. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MEDEIROS, J. Ideologia autoritária no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1978.
- OLIVEIRA, L.L. et al. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: OS FINIS PRÁTICOS DE UMA INFLUÊNCIA RECÍPROCA

Ricardo Morais SCATENA*

RESUMO: O objetivo deste trabalho consiste em abordar a relação existente entre o ensino escolarizado e a sociedade de um modo geral. Buscar-se-á destacar os efetivos elos entre a prática de ensino e as necessidades da estrutura social vigente num determinado período histórico. Esta interdependência entre Educação e Sociedade pode ser exemplificada num exame do período Pós-64 da História brasileira. A compreensão desta vinculação se faz necessária para se entender o papel que a escola desempenha nos dias atuais, e numa perspectiva mais ampla, o fator transformador que ela pode assumir dentro da sociedade.

UNITERMOS: Educação, Brasil pós-64, ensino de história, mudança social.

Educação é comumente entendida como um fator indispensável no processo de aprendizagem e socialização do indivíduo, especialmente através da internacionalização de normas e valores importantes para a sua adequação na sociedade, onde à escola é atribuída a função de instituição responsável pelo processo de aquisição do saber através de aprendizagem sistemática. No entanto, a educação precede a criação e institucionalização da escola.

Num conceito mais amplo, a educação é uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. A sociedade organiza formas de educação que pratica e reproduz o saber acumulado, pela experiência, pelos códigos

* Graduando em História. Orientadora: Aparecida da Glória Aissar.

sociais de conduta, pelas regras do trabalho, pela tecnologia, pelos segredos da arte e da religião. Dessa forma,

da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro sem classes de alunos, sem livros, sem professores especializados; mais adiante com escolas, salas e métodos pedagógicos. (Brandão, 1982, p.10).

Portanto, a educação existe onde há e não há escola e por toda parte onde existem redes e estruturas de transmissão de saber, de uma geração a outra. Segundo alguns autores a educação só pode existir através de uma situação, justamente por ela se constituir como uma prática social por meio da qual se objetiva alcançar o desenvolvimento do que no indivíduo, pode ser apreendido entre os tipos de saber.

Toda a estrutura de uma sociedade está fundada sobre códigos sociais de inter-relação entre seus membros e entre estes e os de outras sociedades. A educação teria por consequência a consciência de normas que regem a comunidade. Este processo seria obtido através de instituições sociais como a Família, a Igreja e a Escola. Dessa forma, a Educação relaciona-se e interage com a sociedade de duas maneiras: a primeira no desenvolvimento das forças produtivas, e a segunda, no desenvolvimento e transmissão de valores da sociedade.

A Educação vincula-se, às necessidades e exigências da sociedade da qual ela faz parte, em vários momentos históricos. Qualquer que seja o grau de estabilidade ou instabilidade, a educação sempre desempenhou alguma influência inovadora, decorrente das transformações das situações concretas de existência social, e concomitantemente,

preencheu funções sociais que contribuíram para a continuidade das formas sociais existentes. Em decorrência deste aspecto fundamental e característico da Educação, é plausível acreditar que através de fatores sociais determina-se para que este ou aquele tipo de educação é pensado, criado e colocado em uso, dentro de uma sociedade.

Podemos nos valer de um exemplo concreto que expressa esse envolvimento da educação como fator de "construção" da sociedade, ao analisarmos o período que se inicia com a ditadura militar no Brasil até os dias atuais.

Após o golpe militar, nas décadas de 60 e 70, a sociedade brasileira se caracteriza por um processo de vinculação da economia aos interesses estrangeiros. Nesta fase, observa-se a implantação da industrialização maciça, em que o aumento da produtividade era assegurado pela introdução de modernas tecnologias e amplo excedente estrutural de força de trabalho que mantinha os salários baixos.

É marcante neste período a necessidade de controlar os movimentos operários e de massa. As forças armadas ocupam o poder argumentando estarem à serviço dos interesses dos que crêem ser os do país e dos cidadãos brasileiros. Vive-se uma séria contradição entre a ideologia e a política, centrada no nacionalismo, e o modelo econômico que internacionalizava-se cada vez mais, submetendo-se ao controle estrangeiro.

O reflexo na educação se faz com relação à vinculação como instrumento à serviço dos interesses econômicos e que justificaram sua reordenação no período. Esta reordenação está expressa nas reformas da Constituição de 1967, na lei de Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, na Lei de Reforma do Ensino Superior e nas disposições que foram arrematadas com a institucionalização do Mobral e do ensino supletivo.

Esta reforma assentava-se em três premissas básicas: a primeira era a da educação e desenvolvimento visando a formação de profissionais que atendessem às necessidades urgentes do país de mão-de-obra especializada. Em 1971, o governo Médici torna definitivo o projeto educacional começado em 64. O 2º grau volta-se para a profissionalização e após dez anos de críticas por todos os setores sociais, em 1981, é abolido o Mobral que previa educação de formação especial. A classe média alta achava que essa formação servia apenas para as classes populares a quem cabia apenas o trabalho; as classes populares protestavam, pois viam na escola um meio de fugir do trabalho braçal, e o setor empresarial (ligado ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) criticou o projeto de profissionalização do governo ser oneroso às empresas e escolas.

A segunda premissa seria a da educação e segurança em que se buscava não apenas a formação de cidadãos mais conscientes, mas também restabelecer a ordem e a tranquilidade entre estudantes, operários e militares (controle e disciplina). Neste segundo ponto, sobre o pretexto de tornar o cidadão consciente, se imporia a ideologia da ditadura, que seria reforçada pela diminuição da carga horária da Filosofia, da História e da Geografia. Com a reforma de 1971, que previa a criação da disciplina de Estudos Sociais, englobando Geografia e História. O MEC, em 1976, edita uma portaria estabelecendo que apenas professores nos cursos de Estudos Sociais podem dar aula destas matérias. Os professores de História e Geografia ficam, portanto, excluídos do 1º Grau. O que se observa de mais relevante é que nestes cursos

começa a ser formada a nova geração de professores polivalentes, e neles o principal objetivo é a descaracterização das Ciências Humanas como campo de saberes autônomos.

pois são transfiguradas e transmitidas como um mosaico de conhecimentos gerais e superficiais da realidade social. (Fonseca, 1993, p.27)

O terceiro aspecto seria o da educação e comunidade no qual se estabeleceria a relação entre a escola e a comunidade em que evidencia-se a influência que a estrutura escolar sofre pelo modelo da estrutura organizacional das empresas burocráticas e hierarquizadas.

Desde as décadas de 60 e 70, com os governos militares, o Estado vem tentando sucatear a rede de ensino. Com as reformas da constituição de 1967 na Lei de Reforma de Ensino Superior e na Lei de Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus que acabaram por institucionalizar o Mobral. Daquela época até os dias atuais a educação brasileira vem passando, junto com a sociedade, por um processo de tecnocratização onde

a auto preservação do individuo pressupõe o seu ajustamento às exigências do sistema." (Horkheimer, 1976, p.106-107)

O discurso da tecnocracia, se ajusta perfeitamente aos interesses da elite com vasto espaço na mídia e meios de comunicação e ele se torna rapidamente dominante. A tecnocracia apresenta-se como uma forma de organização da sociedade que se diz seguidora de uma razão imparcial, que procura apenas servir ao bem geral da nação, sem interesses pessoais escusos. Assim

pouco a pouco, o tecnocrata vai ocupando o espaço político, na mesma proporção em que é acusado de incompetente, demagogo. (Ramos, 1980, p.110)

O sistema educacional adentra os indivíduos para um saber que é meio de controle das elites, aquele que não se integrar é imediatamente cortado pelo sistema educacional. A escola, assim como a sociedade, quer a eficácia máxima no resultado, e se não houver boa eficiência por parte do aluno, ele é marginalizado do sistema. O papel da escola consiste em modelar o comportamento humano, integrando os alunos no sistema social global, visando produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho. A nível de ensino superior, a universidade passa a ser fornecedora de mão-de-obra qualificada e uma produtora de conhecimentos que servem aos interesses imediatos do capital; moderniza-se de acordo com padrões internacionais, com a fragmentação, divisão e organização do trabalho que faz com que se acentue a burocracia.

A relação entre o conhecimento produzido nas universidades e o ensino de História nas escolas, limitou o especialista a produzir conhecimento (programas de ensino, livros didáticos) e o professor a transmiti-los de maneira pronta e acabada, o que gerou uma acomodação em torno do livro didático que acabava por assumir a forma do saber dentro da sala de aula. Isto implicou no crescimento de uma indústria editorial, caracterizada pelo despreparo dos autores dessa indústria e que visava atingir professores com baixos salários e formação precária. Era clara também a importação de teorias pedagógicas, francesas e norte-americanas, que mal interpretadas, na maioria das vezes mais prejudicava do que ajudava, pois eram adaptadas de maneira errônea a uma realidade muito diferente da qual foram formuladas.

O novo paradigma da História encaixa-se perfeitamente nesse contexto social, preocupada mais com a eficiência deste processo do que com o próprio processo. A “Nova História”, a partir das décadas de 70-80, deixa de lado o paradigma dominante (História-problema dos Annales)

hipotético-dedutivo, que na maioria das vezes não conseguia ser atingido, e simplesmente abandona as teorias, conceitos e a metodologia. Não há mais preocupações com linhas teóricas, prevalece o domínio do relativismo no qual tudo é subjetivo e depende apenas do ponto-de-vista. Nega-se com isto, a cientificidade da História, e tudo passa a ser uma crítica cultural sem maiores preocupações. A História esfacela-se diante do paradigma dito pós-moderno.

Com a abertura da política vivenciada a partir da “Nova República” na década de 80, a sociedade passa por um período de democratização que se estende às instituições públicas. O reflexo desta democratização se dá dentro das escolas através de uma reestruturação, que resulta num novo papel diante da realidade da sociedade. Este papel consiste em que ela assume a função de transmissão de conteúdos vivos, concretos, indissociáveis das realidades sociais, servindo de instrumento de apropriação do saber, a serviço dos interesses populares. Busca preparar o aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental (conteúdos e socialização) para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade. Inúmeros professores da rede pública que ocupam-se de uma pedagogia de conteúdos articulada com a adoção de métodos que favoreçam a participação dos alunos, muitas vezes, sem saber, avançam na democratização efetiva do ensino para as camadas populares. No Brasil, destaca-se Demerval Saviani que vem desenvolvendo investigações relevantes no sentido de colocar a educação à serviço da transformação das relações de produção, da democratização da sociedade brasileira, atendendo aos interesses das camadas populares.

Somente um trabalho pedagógico que compreenda os que na escola atuam como indivíduos historicamente determinados e não como realidades indefinidas e abstratas (professores, alunos, funcionários, crianças pobres, alunos

carentes, etc.), que questione a estrutura de poder da escola e lute para transformá-la, que questione a educação e seus compromissos com a exploração e a dominação de classe, que critique o saber produzido e veiculado na escola e que discuta as condições de vida dos indivíduos, poderá considerar-se à serviço da classe trabalhadora, pois este trabalho, leva à compreensão da realidade das classes e do lugar que os indivíduos ocupam no processo de produção e, conseqüentemente, na estrutura sócio-econômica, bem como conduz à luta por seus reais interesses de classe.

Todo esse contexto político brasileiro influenciou sobre o movimento da crítica historiográfica. A historiografia é repensada e a História Social passa a ter um papel fundamental neste processo. Há uma diversificação de temas, até então pouco estudados, como por exemplo, a trajetória histórica da mulher e do negro no Brasil, o papel da Imprensa, etc., ou seja, os estudos sobre os movimentos sociais são recriados, rompendo com os modelos tradicionais.

Destas considerações surge a idéia de que a associação entre “educação” e “mudança” não é algo inconsistente. Essa idéia não é nova, mas tem sido revigorada cada vez mais nos dias atuais, principalmente quando políticos e cientistas começaram a chamar “mudança” de “desenvolvimento” (desenvolvimento social, econômico, regional, etc.) e que perceberam que a educação deveria associar-se a ele também. Este foi um momento importante, pois antes de se difundirem pelo mundo idéias de *mudança* e de necessidade de *mudança social*, a educação era pensada como alguma coisa que preserva, que conserva, que evita a mudança; a educação era prescrita como um direito da pessoa, ou como uma exigência da sociedade, mas nunca como um investimento. A educação deixa finalmente de ser considerada apenas como um direito, um privilégio e deixa também de ser percebida como um meio apenas de adaptação da pessoa à

mudança que se faz à parte dela, que só a percebe depois de feita.

Portanto, esta transformação social na concepção de que a educação não serve apenas à sociedade, ou à pessoa na sociedade, mas à mudança social e à transformação conseqüente de sujeitos e agentes transformadores foi fundamental para a aplicação de um ensino democratizante através do qual os indivíduos, imediatizados pela realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo de aprendizagem, que busca relacioná-lo com a experiência concreta do aluno e ao mesmo tempo, proporcionar elementos de análise crítica que o ajude a ultrapassar a experiência, os estereótipos, as pressões difusas da ideologia dominante- é a ruptura.

Pode-se concluir, então, que a relação educação e sociedade não é de modo algum uma relação mecânica, automática, de simples contigüidade, justamente por que educação e sociedade não são duas realidades exteriores, completamente determinadas e autônomas, que existiriam uma ao lado da outra, embora associadas. A relação concretamente existente entre elas é de determinação recíproca, ou seja, a sociedade sempre determina a educação e ao mesmo tempo é por ela determinada.

SCATENA, Ricardo Morais. The Relation Between Education And Society: The Practical Objectives Of A Reciprocal Influence. *Ensaios de História*, Franca, v.1, n.2, p.89-98, 1996.

ABSTRACT: The objective of this work is to analyse the relation between the teaching in the schools and the society in a general way. There will be an attempt to point out the effective link between the practice of teaching and the needs of a social structure in force in a determined historical period. This interdependence between Education and Society can be exemplified in a study of the Post 64 period of Brazilian History.

The comprehension of this link is necessary to understand the school role nowadays, and in a broader view, the transforming factor that it can assume inside the society.

KEYWORDS: Education; Post 64 Brazil; History Teaching; Social Change.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, F. A transmissão da cultura. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- BRANDÃO, C.R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CUNHA, L.A. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- FERNANDES, F. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus, 1966.
- FONSECA, S.G. Caminhos da história ensinada. Campinas: Papirus, 1993.
- FREITAG, B. Escola, estado e sociedade. São Paulo: EDART, 1978.
- HORKHEIME, M. Eclipse da razão. Trad. Sebastião Leite. Rio de Janeiro: Labor, 1976.
- PONCE, A. Educação e luta de classes. Trad. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 1986.
- RAMOS, C. A. tecnocracia e escola. Educação e sociedade, Campinas, v.5, p.108-122, 1980.

UMA DICOTOMIA: FORMAÇÃO ACADÊMICA E PRÁTICA DOCENTE EM HISTÓRIA

Andréa Lúcia BORGES*

RESUMO: Este artigo pretende levantar algumas questões em torno da formação e atuação dos professores de História da escola de 1º e 2º graus. Verificou-se, através de contatos com a realidade em salas de aula, que as principais dificuldades encontradas, no ensinar/aprender História, advém do despreparo desses profissionais.

UNITERMOS: Ensino de História, formação do professor, prática pedagógica.

Entre as questões que se colocam em relação às dificuldades do ensinar/aprender história, apresenta aquela referente ao descompasso do discurso dos professores e a percepção deste pelos alunos envolvidos nesse processo. Intrinsecamente relacionado a essas dificuldades, um outro problema que a escola brasileira hoje depara é o despreparo dos professores:

A escola brasileira atual, voltada para a proposta de igualdade de oportunidades de acesso para toda a população, enfrenta problemas de variada natureza. Entre eles, destaca-se o despreparo dos profissionais da educação que nela atuam para conviver e trabalhar com uma clientela diferenciada social, cultural e economicamente, colocando em risco os próprios objetivos da escola (Petrucci, 1988, p.79).

* Graduanda em História. Orientadora: Maria das Graças R. M. Petrucci.

A formação profissional do professor se faz na universidade, através de cursos de Licenciatura. Entretanto, na maioria desses cursos, as disciplinas de conteúdo específico preocupam-se mais com questões referentes à formação do pesquisador, deixando em segundo plano a formação teórica e prática do futuro professor de 1º e 2º graus, responsabilizando somente as disciplinas de conteúdo pedagógico pela formação do profissional de ensino. Não se considera que o professor também é um pesquisador que precisa renovar seus conhecimentos aplicando-os de acordo com as diferentes realidades de sua clientela. Demerval Saviani sobre este aspecto escreve:

A não identidade entre ensino e pesquisa poderá ser fundamentada no fato de que, se na pesquisa os conteúdos se põem como fim e, de certo modo, podem ter uma justificação intrínseca, no ensino a razão de ser dos conteúdos é a sua assimilação pelos alunos: conteúdos não assimilados resultam inteiramente inúteis do ponto de vista do processo de ensino (Baldin, 1986, p.105).

A defasagem da formação do professor de História evidencia-se, também, quando este solicita trabalhos de pesquisa aos alunos de 1º e 2º graus sem orientá-los devidamente. Esses alunos sem preparo se desesperam, copiam longos trechos de textos, não compreendendo o que redigem nem o propósito do trabalho, gerando uma ruptura do processo ensino-aprendizagem antes mesmo de ser concluído em sua totalidade.

Geralmente, quando os alunos ingressam na Universidade, procuram os cursos de História atraídos por seu conteúdo, sem se darem conta, num primeiro momento, que serão professores de 1º e 2º graus. Durante sua formação

curram disciplinas de conteúdo específico e conteúdo pedagógico sem uma real integração das mesmas, reforçando a dicotomia teoria/prática. Noutras palavras, a distância entre o conteúdo específico e o pedagógico, é reafirmada.

Esta dicotomia teoria/prática constitui um aspecto importante que não pode deixar de ser considerado na questão do despreparo profissional dos professores de 1º e 2º graus, visto que quando abordado, é tratado superficialmente, a nível de informação ou ajuste, na tentativa de auxiliar na superação desse problema. Ao aluno, futuro professor, a formação profissional adequada, é considerada premissa básica para um bom desempenho na carreira do magistério.

Em contato com a realidade das escolas de 1º e 2º graus, e através de observações e entrevistas realizadas com o professor e alunos de História, com o objetivo de conhecer as questões “por quê”, “o quê” e “como” se ensina/aprende em História, o que se verifica é a existência de opiniões conflitantes e não raras vezes, contraditórias. Nota-se uma preocupante dicotomia entre a visão destes dois grupos, sobre o conteúdo e a importância dos estudos históricos, e a maneira como são trabalhados, na maioria dos casos. Enquanto para os professores a disciplina História é indispensável à formação de indivíduos críticos e atuantes na sociedade, para grande parte dos alunos estudar História resume-se em tomar conhecimento (quando não decorar) de um amontoado de fatos extintos, sem interesse e sem ligação com o presente.

A primeira questão, “por quê” ensinar/aprender História, coloca-se com o fim de estabelecer os objetivos tanto do professor quanto do aluno em relação ao que eles estão realizando, a partir do momento que se propõe a executar a tarefa de professor e aluno enquanto transformadores da sociedade, conhecendo a realidade presente, aprendendo as condições objetivas de vida, utilizando dados teóricos de

situações vividas por outros homens em outros tempos e em outros lugares (Projeto Ipê - CENP).

Estabelecidos os objetivos do “por que” ensinar/aprender História, é necessário ter claro “o que” pode se ensinar, para não haver contradições do conteúdo a ser trabalhado por esses profissionais e os objetivos propostos para a disciplina tendo em vista a aprendizagem de seus alunos.

Além disso, é preciso optar por uma forma em que tanto professores quanto alunos estejam efetivamente envolvidos nesse processo de ensino/aprendizagem. Essa opção exige uma reflexão muito pessoal sobre a concepção de história que possuem, isto é, aderir a uma concepção de História oficial, onde “os grandes fatos históricos” são liderados pelos “grandes homens”; ou as idéias renovadoras, que buscam o conhecimento crítico através da história real.

Assim, apontadas as questões do “por que” e “o que” aprender/ensinar em História, é imprescindível saber “como” realizar essas tarefas, não áridas, e sim significativas para o desenvolvimento da compreensão crítica no aluno, não reproduzindo com a classe todos os passos da pesquisa realizados pelo cientista, mas reconstruindo o conhecimento produzido pelos historiadores em diferentes contextos políticos/econômicos /sociais.

Muitos professores, a nível de discurso, mostram-se preocupados com a renovação historiográfica e pedagógica, falando da necessidade de mudar seus métodos tradicionais, adotando outros mais coniventes com a realidade de seus alunos, discordando da passividade e verborragia, características de uma visão tradicional.

Entretanto, foi constatado através da pesquisa a existência de uma outra realidade. Percebe-se que aquela dicotomia mostra-se bastante marcante, mesmo no discurso daquele professor que considera-se um inovador. Há a

permanência dos métodos tradicionais, dentre eles: utilização de textos longos na lousa ou ditados, causando grandes confusões de escuta e escrita; explicação do conteúdo, colocando os fatos como meros acontecimentos passados, não exemplificando a relação dos mesmos com a realidade (Petrucci, 1996, p.87). Esses textos, na maioria das vezes, ou são cópias de um único livro didático, ou uma cópia mesclada de dois ou mais livros, utilizados pelo professor com, segundo ele, “métodos inovadores”, através de questionários, em função de uma dita análise do texto, que os alunos depois usam para a realização das provas, consultando-o em seus próprios cadernos. Essa atividade pouco contribui para sua aprendizagem, na medida em que são estimulados as memorizações mecânicas dos textos, as “decorebas”.

Muitos professores, no desejo de renovarem a sua prática educacional, pretenderam transferir as inovações metodológicas ocorridas na Universidade para o interior da sala de aula. No entanto, o desconhecimento das novas posturas metodológicas acarretou mudanças apenas na aparência ... Os alunos continuaram a ser colocados diante de uma história que desconsiderava sua vivência e, em grande parte, era incompreensível e desinteressante para eles.

Corroborando esta afirmação, Petrucci escreve:

“trabalhar nessa linha não é pois ‘maquiar a velha prática docente, em que estão implícitas teorias de aprendizagem, não raro ignoradas pelos próprios professores que delas fazem uso (Petrucci, 1992, p.5).”

Quanto aos alunos, estes se mostram descontentes com a matéria apresentada de maneira cansativa e desgastante, perguntando: “Para que escrever tanto, se tudo isso não possui

importância alguma para a minha vida?”¹. Eles sentem até aversão pelos professores de História, que são chamados pelos alunos de “museu ambulante”.

A reflexão em torno dessas questões indica que, juntamente com as inovações epistemológicas e historiográficas, é fundamental que haja também, e não apenas superficialmente, a renovação de práticas pedagógicas. Para tanto é preciso superar, entre outros fatores, a dicotomia teoria/prática presente na atuação da maioria dos profissionais que trabalham nos cursos de licenciatura, no sentido de assegurar uma formação eficaz dos professores de 1 e 2 graus, contribuindo, assim, para a real mudanças do quadro aqui descrito.

BORGES, Andréia Lúcia. A Dichotomy : Academic Formation And History Teaching Practice. *Ensaio de História*, Franca, v.1, n.2, p.99-105, 1996.

ABSTRACT: This article wants to point out some questions about the formation and action of “1º and 2º grau” History teachers. It was noticed, through contact with the reality in classrooms, that the main difficulty found in teaching apprenticeship of History comes from the lack of preparation of these professionals.

KEYWORDS: Teaching of History; teachers formation; pedagogical practice.

Referências bibliográficas

BALDIN, N. Formação teórica e prática pedagógica do professor de história. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v.8, n.25, p.96-110, 1986.

PETRUCI, M. das G.R.M. “A atuação do professor e a proposta curricular para o ensino de história – 1º grau. Franca: FHDSS, 1992. (Projeto de Pesquisa)

PETRUCI, M. das G.R.M. Questão em torno da formação do professor de história. In: MALATIAN, T.M. (coord.). Por quê história? Franca: FHDSS - UNESP, 1993.

PETRUCI, M. das G.R.M. A prática pedagógica do professor de 4ª série em relação à proposta curricular de história: um estudo nas escolas estaduais de Franca. Campinas, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP.

PETRUCI, M. das G.R.M. Avaliação de um curso de licenciatura: percepção de alunos e ex-alunos. *Didática*, São Paulo, v.25, p.79-85, 1988.

Secretaria da Educação. Coordenadoria de estudos e Normas Pedagógicas. Por quê ensinar História? São Paulo: SE/CENP, 1989.

VILLALTA, L.C. Dilemas da relação teoria e prática na formação do professor de história: alternativas em perspectiva. São Paulo: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, 1991.

O ENSINO DA HISTÓRIA DO COTIDIANO EM UMA 3ª SÉRIE DO 1º GRAU

Daniela Elisa de Andrade MIOTO*

RESUMO: Através da aproximação Universidade/Rede de Ensino Público, levar os alunos de uma 3ª série do 1º grau a perceberem-se enquanto agentes históricos, bem como concluir que a História não é somente aquela ensinada nos livros didáticos, utilizando para isto abordagens que unissem a teoria e a prática.

UNITERMOS: História do Cotidiano, agente histórico, tendências pedagógicas, História Oral.

IDÉIA: Trabalhar com crianças da Rede Pública Estadual para juntos, pesquisador e alunos, compreendermos a História do Cotidiano de pessoas que fizeram, viveram, sofreram a História, resgatando assim um passado e aprendendo a cultivá-lo e valorizá-lo, bem como chegarmos a entender nossa real significação e importância enquanto agentes da História.

Digo, nós, pois enquanto pesquisador também, voltamos a nossas raízes e compreendemos melhor nosso papel social e histórico, bem como vivemos e aprendemos nova forma de ver e pesquisar a História.

Como prática e teoria não devem nunca andarem dissociadas, bem como deve-se procurar sempre um equilíbrio entre ambas, foi elaborado um cronograma, a fim de que fosse possível que durante os dez meses em que se desenvolveria a pesquisa supra citada, houvesse a perfeita integração entre revisão de literatura/atividades em sala de aula com alunos do

* Graduada em História. Orientadora: Marisa Saenz Leme.

1º Grau/entrevista com familiares dos alunos/tratamento das entrevistas (transcrições de fitas, etc)/redação de relatórios.

Primeiro, era preciso compreendermos todas as principais tendências pedagógicas que influenciam o trabalho do docente brasileiro, assim encontramos professores que seguem uma abordagem tradicional, onde o homem(aluno) é “um receptor passivo até que, repleto de informações necessárias, pode repeti-las a outros que ainda não as possuem.” (Mizukami, 1986, p.9). Outros já dizem-se comportamentalistas e para estes a educação “deverá transmitir conhecimentos, assim como comportamentos éticos, práticas sociais, habilidades básicas para a manipulação e controle do mundo/ambiente cultural.” (Mizukami, 1986, p.27)

Encontramos, ainda, docentes que norteiam sua prática em uma abordagem dita humanista, onde o professor é visto como um ser que cria condições para que os alunos aprendam e a escola é um lugar que fornece condições que levem a um aluno autônomo e que se desenvolve no ritmo de seu próprio mecanismo interno.

Prosseguindo, ainda encontramos a abordagem cognitivista, a qual, hoje, é a base, pelo menos teórica, da Proposta Curricular para o Ensino de História-1º Grau, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação. Nesta abordagem encontramos as idéias de Jean Piaget, seu maior ideólogo, e para quem a

inteligência é adaptação e sua função é estruturar o universo, da mesma forma que o organismo estrutura o meio ambiente, não havendo diferenças essenciais entre os seres vivos, mas somente tipos específicos de problemas que implicam em níveis diversos de organização (Piaget, 1983, p.11).

A formação de novas estruturas, que não existiam antes, caracterizam a passagem de um estado de desenvolvimento para o próximo.

Mizukami diz que “o ensino que seja compatível com a teoria piagetiana tem de ser baseado no ensaio e no erro, na pesquisa, na investigação, na solução de problemas por parte do aluno, e não em aprendizagem de fórmulas, nomenclaturas, definições, etc.”(1986, p.76)

Muito se fala em construtivismo, mas como foi dito acima apesar de ser algo que está sendo difundido e de embasar toda a proposta de ensino, hoje, ainda notamos uma deficiência muito grande de nossos professores ao tratarem e tentarem aplicar esta teoria à prática da sala de aula, preferindo, algumas vezes, dizer-se construtivista, mas adotar uma postura extremamente tradicional na prática docente.

E, por fim, encontramos a abordagem sócio-cultural, sendo que “toda ação educativa, para que seja válida, deve, necessariamente, ser precedida tanto de uma reflexão sobre o homem como de uma análise do meio de vida desse homem concreto, a quem se quer ajudar para que se eduque.” (Mizukami, 1986, p.94) Hoje, este tipo de abordagem é encontrada muito freqüentemente na alfabetização de adultos, principalmente nos projetos de alfabetização nos canteiros de obras, onde a “produção” de um operário mais especializado tornou-se imprescindível, levando-nos a refletir sobre as reais intenções do patrão ao proporcionar alfabetização para seus trabalhadores, mas esta é uma questão que discutiremos mais tarde, sendo por hora interessante começarmos a refletir sobre o real papel da educação, em um sistema capitalista como o NOSSO.

A educação, conforme nos exemplifica as abordagens acima, foi sofrendo constantes inovações ao longo de toda a História do homem, porém conservando sempre seu principal papel. Anibal Ponce, resume magnificamente este papel, ao

tratar da educação do homem antigo, papel este que perdurou sempre e que aplica-se não somente a este determinado tipo histórico. As diretrizes que a educação deve seguir são: “1º)destruir os vestígios de qualquer tradição inimiga; 2º) consolidar e ampliar a sua própria situação de classe dominante; 3º)prevenir uma rebelião da classe dominada.” (1986, p.36).

Assim, nosso “caipira, matuto”, vê-se cada vez mais distante de seu passado ao vir para a cidade, pois “foram desenraizados, exilados e readmitidos, por tolerância, como carne de trabalho.” (Weil, 1979, p.349) Sendo que as denominações acima são utilizadas de forma extremamente pejorativas para designar os habitantes de pequenas localidades, vilas, do campo, da roça, “pessoas provincianas”, conforme o próprio presidente da República chamou os habitantes do país, causando séria indignação, pois o termo caipira, sem entrarmos no mérito da questão, foi considerado extremamente ofensivo, mostrando bem a visão que o homem cidadão tem daqueles que “mourejam na rudes tarefas do amanhã das terras, do cultivo dos campos” (Romero APUD Yatsuda, 1987, p.103)

A cidade de Franca é uma localidade marcada pela grande concentração da indústria de calçados. Esta atividade começa de forma artesanal, passando por um progresso significativo nas décadas de 40 e 50, sendo que no período militar passa por um grande impulso, tornando-se grande centro exportador de calçados.

O bairro Parque Progresso, onde localiza-se a Escola de Primeiro Grau “Irmã Adalgisa de São José Gualtieri”,

surgiu justamente neste período de transformação do espaço urbano, não apenas de transformação do espaço urbano, mas de consolidação de uma atividade econômica.

Aquele bairro fôra antes um loteamento periférico destinado às populações migrantes, que vieram para a cidade, expulsas do campo, venderem sua força de trabalho. (Gigante, 1994, p.201)

Hoje, o bairro é marcado pela grande diversidade de sua população, sendo que muitos dos antigos moradores mudaram-se para bairros mais periféricos, dando lugar a um novo habitante que pertence a classes mais abastadas.

A clientela da Escola reflete bem esta heterogeneidade.

Nosso primeiro contato com professores e membros da Direção deu-se nas reuniões de H.T.P. (Hora de Trabalho Pedagógico), onde colocamos nossa proposta de trabalho e ouvimos as dificuldades, anseios, perspectivas dos docentes. Este trabalho com os professores repetiu-se por diversas vezes, sendo que destas surgiram as diretrizes que utilizaríamos em nosso trabalho com as crianças, em sala de aula, bem como faríamos para chegar até os moradores mais antigos do Parque Progresso, os quais além das crianças, são nossas fontes vivas da História deste Bairro.

É muito interessante notarmos a existência de uma consciência, a qual chamamos de crítica, nas crianças que compõem a sala na qual estamos desenvolvendo nosso trabalho. Nosso último passo foi a elaboração de um relatório da sala sobre um passeio realizado pelo Bairro Parque Progresso e imediações. Surgiram colocações como: “Do lado oeste da escola só tem casas grandes, é porque lá moram os ricos, já do lado leste só tem casas pequenas e médias, lá moram os pobres”; “O rico ganha mais que o pobre”; “No lado pobre tem muitas propagandas eleitorais, no rico não, é porque eles (os pobres) ganham para deixar colocar placas e pinturas nos muros.”

As próprias crianças tem noções das diferenças pobres/ricos, visto que o ambiente em que encontram-se é formado por uma clientela vinda não só do Parque Progresso, mas também de outros Bairros, e as vezes de outras cidades. As diferenças proletário/burguês são sempre tratadas como diferenças entre ricos/pobres. E essas desigualdades são sempre lembradas ao traçarem o histórico do lugar onde vivem e estudam.

Todo o processo que está sendo desenvolvido é para mostrar que História como algo que está acontecendo, algo do qual todos participamos ativamente, do qual somos agentes e não meros observadores, conforme sente-se ao estudar a História dos livros didáticos.

MIOTO, Daniela Elisa de Andrade. The Teaching Of History In The Daily Life Of A 3rd Year Of "1º Grau". *Ensaio de História*, Franca, v.1, n.2, p.107-113, 1996.

ABSTRACT: Through of the approximation University/ "Rede de Ensino Público", this article intends to lead the student of a "3ª série do 1º grau" to feel himself as a historical agent, as well as to conclude that History is not only that taught in didactic books, using for this approaches which link theory to practice .

KEYWORDS: Daily History; historical agent; pedagogical tendency; Oral History.

Referências bibliográficas

GIGANTE, M. História, memória e cotidiano nas primeiras séries do primeiro grau. São Carlos, 1994. 201p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade

Federal de São Carlos.

MIZUKAMI, M. das G.N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: E.P.U., 1986.

PIAGET, J. A epistemologia genética: sabedoria e ilusões da filosofia, problemas de psicologia genética. Trad. Nathanael C. Caixeiro, Zilda Abujamra Daeir, Célia E. A. Di Pietro. São Paulo: Abril, 1983.

PONCE, A. Educação e luta de classes. Trad. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 1986.

WEIL, S. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Trad. Therezinha G. G. Langlada. Seleção e apresentação Ecléa Bosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

YATSUDA, E. O caipira e os outros. In: BOSI, A.(org.) Cultura brasileira: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.

UMA ANÁLISE À AÇÃO COMUNICATIVA*

Marco Antonio BRANDÃO**

RESUMO: Neste artigo faço uso do conceito desenvolvido por Jürgen Habermas, para uma análise da sociedade capitalista contemporânea, ou seja, a *ação comunicativa* em contraposição a toda uma racionalização sistêmica nascida do desenvolvimento da sociedade capitalista.

UNITERMOS: ação comunicativa, racionalização sistêmica, grupos sociais, conflitos de interesses, história social.

Atravessamos um processo histórico social, em que perdemos os principais alicerces paradigmáticos, no qual as ciências sociais e os historiadores norteavam-se, seja em um âmbito epistemológico para a produção de conhecimentos, seja como objeto norteador das lutas particulares de correntes marxista de historiadores, sociólogos, etc.. Esses alicerces paradigmáticos constituem-se:

A) No enfraquecimento do nacionalismo, vitimado pelo fenômeno de massas da globalização de símbolos constituintes de um conjunto de valores capitalistas, ou seja, não é somente a globalização da economia e sim a globalização de signos de uma sociedade capitalista mundial. Mas isso não destrói completamente os símbolos do nacionalismo; existente em cada país ou células institucionais singulares, constituindo-se em racionalidades sistêmicas próprias. Mas estas racionalidades, próprias, não destoam de uma racionalidade sistêmica totalizante resultante do

* O conceito de "ação comunicativa" foi criado e desenvolvido por Jürgen Habermas.

** Mestrando em História. Orientador: José Evaldo de Mello Doin.

desenvolvimento das forças produtivas como um todo mundial.

B) A impotencialidade histórica do marxismo em construir a sociedade comunista —o fim do socialismo na U.R.S.S.—, deixando órfã toda uma corrente epistemológica.

Este artigo tem pretensões de abordar, com o auxílio de uma corrente de pensamento, não muito explorada pelos historiadores, qual o estágio atual de autonomia das ações do homem; abordando até que ponto o homem age, no sentido de construir símbolos próprios, e até que ponto estes símbolos são imunes à estrutura social da sociedade capitalista. Usando para isso o conceito de ação comunicativa:

O agir comunicativo pode ser compreendido como um processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo: ele é o iniciador, que domina as situações por meio de ações imputáveis; ao mesmo tempo, ele é também o produto das tradições nas quais se encontra, dos grupos solidários aos quais pertence e dos processos de socialização nos quais se cria. (Habermas, 1989, p.166).

A ação comunicativa

O conceito de ação comunicativa deve ser concebido da seguinte forma:

Na medida em que os autores estão exclusivamente orientados para o sucesso, isto é, para as conseqüências do seu agir, eles tentam alcançar os objetivos de sua ação influenciando externamente, por meio de armas ou bens, ameaças ou seduções, sobre a definição da situação ou sobre as decisões ou motivos de

seus adversários. A coordenação das ações de sujeitos que se relacionam dessa maneira, isto é, estrategicamente, depende da maneira como se entrosam os cálculos de ganho egocêntrico. O grau de cooperação e estabilidade resulta então das faixas de interesses dos participantes. Ao contrário, falo em agir comunicativo quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as conseqüências esperadas. Em ambos os casos, a estrutura teleológica da ação é pressuposta na medida em que se atribui aos atores a capacidade de agir em vista de um objetivo e o interesse em executar seus planos de ação. Mas o modelo estratégico da ação pode se satisfazer com a descrição de estruturas do agir imediatamente orientado para o sucesso, ao passo que o modelo do agir orientado para o entendimento mútuo tem que especificar condições para um acordo alcançado comunicativamente sob as quais Alter pode anexar suas ações às do Ego... O conceito do agir comunicativo está formulado de tal maneira que os atos do entendimento mútuo, que vinculam os planos de ação dos diferentes participantes e reúnem as ações dirigidas para objetivos numa conexão interativa, não precisam de sua parte ser reduzidos ao agir teleológico. (Habermas, 1989, p.164-5).

Foi a partir da ação comunicativa da burguesia, que iniciou-se um novo processo social, edificando uma sociedade com novos valores e representações diferentes dos valores e representações da sociedade do Antigo Regime. A burguesia

ao romper com o conjunto de símbolos e ostentações da sociedade tradicionalista, que legitimavam uma esfera pública tradicionalista, criou um processo de formação de uma nova esfera pública, calcada nos seus valores e símbolos. A burguesia ao iniciar esse processo de constituição de uma esfera pública, teve como alicerce a família, o lar, a sua esfera privada; e a partir disto o café, os clubes de leitura, os salões de festas as discussões privadas antecederam toda a construção de uma esfera política e a constituição de um Estado de direito burguês (Habermas, 1984).

A esfera pública privada, criou toda uma estrutura na qual a sociedade capitalista desenvolveu-se. Porém essa “criatura” burguesa, com o desenvolvimento social, criação de todo um ordenamento burocrático, e as transformações técnicas nos meios de comunicação, introduzidos por uma indústria cultural de consumo, torna-se não mais maleável totalmente aos desejos privados de uma classe econômica, que nesta fase do desenvolvimento social não deixou de ser uma classe dominante. E somado a isso, a esfera pública burguesa teve que ceder às reivindicações, de participação nesta esfera pública, das massas que se formaram na evolução deste processo social:

A esfera pública burguesa surgiu historicamente no contexto de uma sociedade separada do Estado; o 'social' podia constituir-se numa esfera própria à medida que a reprodução da vida assumia, por um lado, formas privadas, mas, por outro, como setor privado em seu conjunto, passou a ter relevância pública... Na discussão que as pessoas privadas logo passaram a ter em torno dessa questão com o poder público, a esfera pública burguesa chegou a sua função política: as pessoas privadas reunidas num público

transformaram publicamente em tema a sanção da sociedade como uma esfera privada. Ora, porém, pela metade do século XIX, era de se prever que essa esfera pública, devido a sua própria dialética, passaria a ser ocupada por grupos que, por não disporem de propriedade e, com isso, de uma base para a autonomia privada, não poderiam ter nenhum interesse na manutenção da sociedade como esfera privada. Se eles, como um público ampliado, avançam, no lugar do burguês, no sentido de se tornarem sujeitos da esfera pública, a estrutura desta terá de se alterar a partir de sua base. (Habermas, 1984, p.152-3).

Essa ação comunicativa da burguesia, que deu início a toda uma estrutura social —na qual a ação comunicativa não mais era determinante para a reprodução e para manutenção desta estrutura social (burocratização e meios de comunicação de massa)— ficou relegada, juntamente com a ação comunicativa de outros grupos sociais, ao conjunto pluriformes de interesses, dos variados grupos sociais; que dentro de cada nível da racionalidade sistêmica um conjunto de valores e diferentes consensos comunicativos. Um exemplo disto é a ocorrência de movimentos de identidade de grupos sociais: como o movimento negro, movimento de homossexuais, movimentos sem-terra, movimento contra fome, etc.

Toda a estrutura social nascida com a burguesia, torna-se transcendente, porém não deixa de ser capitalista e favorecer uma classe econômica, não deixando de reproduzir as relações de produção capitalista. Essa estrutura social não mais depende da ação comunicativa da burguesia, como condição básica para sua sobrevivência.

Toda a estrutura sistêmica —valores que transcende e induzem o comportamento do indivíduo dentro de uma estrutura social capitalista— (Rouanet, 1987) gestada pela burguesia, começa então a adquirir uma certa autonomia à ação comunicativa da própria burguesia, começando a ganhar vida própria. A ação comunicativa da burguesia passa a ser neutralizada pela burocratização, passando a não mais fluir como uma ação comunicativa ampla, que abarque o conjunto de todos os capitalistas; é também cerceada pela indústria cultural, que constrói símbolos artificiais que tutelam a criação de elos de símbolos comuns entre os indivíduos, estando estes principalmente centrado em símbolos de consumo:

Não mais apenas a difusão e escolha, a apresentação e a embalagem das obras —mas a própria criação delas enquanto tais se orienta, nos setores amplos da cultura dos consumidores, conforme pontos de vista da estratégia de venda no mercado. Sim, a cultura de massas recebe o seu duvidoso nome exatamente por conformar-se às necessidades de distração e diversão de grupos de consumidores com um nível de formação relativamente baixo, ao invés de, inversamente, formar o público mais amplo numa cultura intata em sua substância. (Habermas, 1984, p.195).

Cada vez mais a ação comunicativa, não somente da burguesia, foi relegada a um universo menor; a ação fragmentada dos homens não é suficiente para romper com a racionalidade sistêmica que compõe a sociedade. Tendo este conceito como base, o proletariado não foi o único, grupo social ou classe econômica, a ser dominado; toda a

humanidade, inclusive a burguesia, teve que sujeitar-se a um universo determinado por toda uma racionalidade sistêmica, que transcende as ações dos homens e tenta determiná-las — as ações de descontentamento na sociedade não surgem espontaneamente, sendo na maioria das vezes condicionadas.

Durante grande parte do século XX, a humanidade assistiu, a tentativa do homem recuperar o seu poder de agir comunicativamente, ou seja, a esperança depositada na possível tomada de consciência da classe trabalhadora, para que através da formação de uma ação consciente, então comunicativa, fosse possível a construção de uma nova sociedade e conseqüentemente de uma nova estrutura sistêmica, ou esfera pública. Porém em momento algum, o homem teve sucesso neste intento, pois a ação da classe operária, nos inúmeros exemplos históricos, foi sempre tutelada, dirigida; esta ação não nasceu espontaneamente da comunicação de símbolos e valores comuns da classe operária. O proletariado foi sempre massa de manobra de sindicatos e principalmente de partidos políticos, que quando assumiram o poder, nada mais fizeram do que compactuar com as mesmas relações de produção que escravizam a classe trabalhadora (Bernardo, 1987).

A ação comunicativa emanada da classe trabalhadora, está longe de romper com toda a estrutura sistêmica da sociedade, façanha esta não concretizada somente com a tomada do aparelho de Estado, pois o aparelho de Estado é somente uma parte de um todo sistêmico; não determina mais as relações sociais, elas se processam, mesmo que antagonicamente, espontaneamente, em universos de poder menores ao poder do Estado. Esse tipo de articulação, confere consistência à análise como a de Foucault e o estudo sobre a *microfísica do poder* (Foucault, 1988), pois nessa nova estruturação do poder, o consenso é perseguido num universo menor que o do Estado —na família, no emprego, nas

atividades esportivas, nas atividades culturais, na rua, na sala de aula, no clube, etc.— com conseqüente perda de consistência de sua atuação, sem pôr em risco a estrutura social. Tanto assim, que é questionável o sucesso que possa ter uma revolução de caráter comunista, que tenha como objetivo, nos dias de hoje, criar uma nova sociedade a partir da tomada do Estado existente.

Olhando por outro lado, quem é esse proletariado? Uma grande classe econômica, que tem na condição de vendedores de força de trabalho a única semelhança; formada por inúmeros grupos sociais, com uma enormidade de símbolos e valores culturais difusos.

A ação comunicativa na racionalidade sistêmica

Historicamente, devido a difusão da sociedade capitalista contemporânea, não existe um pilar de sustentação semelhante ao que fora a família burguesa privada moderna, capaz de criar uma ação comunicativa e romper com toda uma estrutura social a qual ela pertencia. A ação do homem hoje, dá-se em universos menores e limitados, porém ela existe, caso contrário a humanidade estaria novamente mergulhada em um novo feudalismo, contemplando um universo sem ao menos contestá-lo. Porém esta ação, é relegada a fragmentos de um todo e não é forte o suficiente para abalar a estrutura social estabelecida, mas ela existe:

Ocorre que, simultaneamente com a racionalização cultural, começou a verificar-se a racionalização social, na esfera do Estado e da economia. Essas esferas passaram a ser regidas pôr uma dinâmica crescentemente automática, segundo uma lógica própria, que prescindia da coordenação comunicativa das

ações: na essência, é o processo de burocratização, que submete a suas regras tanto a administração pública quanto a empresa capitalista. Surge assim, paralelamente com a racionalidade comunicativa, que se dá no mundo vivido, uma intensificação sem precedentes da racionalidade instrumental, radicada na esfera sistêmica. Com o tempo, essa esfera foi se ampliando cada vez mais, e vivemos, atualmente, uma fase em que a racionalidade sistêmica se torna cada vez mais imperialista, procurando anexar segmentos cada vez mais extensos do mundo vivido a seus imperativos funcionais. O sistema tenta colonizar o mundo vivido, substituindo crescentemente a racionalidade comunicativa pela instrumental. Mas o processo é meramente tendência e está longe de ter se concluído: o campo das interações espontâneas, linguisticamente mediatizadas, continua sendo indispensável, inclusive nas sociedades mais complexas. Existem, portanto, grandes reservas de racionalidade comunicativa, que podem ser captadas para resistir aos impulsos anexionistas dos subsistemas de ação instrumental incorporados no Estado e na economia. São elas que alimentam os atuais movimentos de protestos, como o ecologista, o pacifista e o feminista, cujo denominador comum é a tentativa de opor um dique às investidas da racionalidade sistêmica. (Rouanet, 1987, p. 340-1).

A racionalidade sistêmica é toda a estrutura social, econômica, política, cultural; que forma-se a partir do desenvolvimento das forças produtivas. Se constitui-se em

uma racionalidade, porque pressupõe um determinado comportamento dos indivíduos, e estabelece valores próprios de uma sociedade capitalista. Mesmo que esses valores sejam o de reivindicar um efeito negativo do sistema, ele é determinado pelo sistema.

Diferente da sociedade medieval, na qual a sociedade transcendia por completo o homem, substituindo a ação pela contemplação (Arendt, 1988); a racionalidade sistêmica capitalista transcende o indivíduo, porém o indivíduo não é totalmente inerte, ele ainda não foi totalmente aprisionado pela alienante contemplação de uma racionalidade imposta:

por maiores que sejam os esforços do sistema de sabotar a racionalidade comunicativa, esses esforços não poderão ser inteiramente bem-sucedidos, porque não há como submeter à lógica do sistema todas as interações que se processam no mundo vivido. A teoria da ação comunicativa não é, portanto, uma construção voluntarista, como a dialética negativa, porque se vincula a uma racionalidade comunicativa espontânea, pré-reflexiva, que está efetivamente presente nas estruturas do mundo vivido. É uma razão sistemática derivada de uma razão pré-teórica, firmemente ancorada num chão social, e da qual somos plenamente contemporâneos. (Rouanet, 1987, p.343).

Devido a fragmentação da sociedade em diversos grupos sociais, com diversos símbolos culturais, multiplicidade de interesses, etc. tornou-se quase impossível, historicamente, a existência de um grupo social —semelhante à burguesia, que romperia com a sociedade tradicionalista— que através da ação motivada pelo compartilhamento comunicativo de interesses fizesse surgir uma racionalidade

comunicativa, rompendo com a racionalidade sistêmica.

Porém, diante da diversidade de interesses de grupos, a ação comunicativa de um grupo choca-se com interesses de outros grupos, interrompendo a formação de um possível elo comunicativo. A ação comunicativa de um grupo, ganha quando muito, relevância pública; e as vitórias conquistadas através da ação são insignificantes, trazendo benefícios irrelevantes para o próprio grupo.

Um exemplo, hoje, no Brasil, de uma ação comunicativa de um grupo social, é o movimento sem-terra, ou seja, um grupo de indivíduos que possuem uma condição em comum —a luta pela terras— e a partir da transformação de fragmentados interesses em alguma coisa concreta —as invasões de terras—, o grupo age comunicativamente. Porém, a ação fica restrita a um conjunto de indivíduos que possuem símbolos que os qualificam como sem-terra. Mesmo a sociedade brasileira sendo formada em sua maioria por “*sem-alguma coisa*”, ou seja, *sem-teto*, *sem-educação*, *sem-saúde*, etc. A ação do movimento sem-terra não é suficiente para gerar uma consciência em todos os grupos “*sem*”, mesmo que a miséria seja o único valor que os une. O conjunto de símbolos de cada grupo “*sem*”, cria barreiras comunicativas para a criação de uma ação comum, ou seja, o *sem-terra* invade terras; o *sem-teto* constrói um barraco no morro; o *sem-saúde* procura um curandeiro; o *sem-educação* (aquela educação que o sistema racionaliza como ideal) constrói a sua própria educação, tornando-se marginal ao sistema, roubando, seqüestrando, matando, etc... Não existe um elo de ligação entre esses grupos, devido a diversidade de valores de soluções provisórias dentro dos próprios grupos; e mesmo que a miséria, a condição de oprimido, de marginalizado; não é suficiente para criar uma identificação entre o conjunto de grupos “*sem*”.

Na mesma situação se encontra o esfacelado movimento operário, uma condição comum, ou seja, vendedores de força de trabalho, com vários interesses difusos e contraditórios; os metalúrgicos possuem *reivindicações X*, os petroleiros possuem *reivindicações Y*, os rodoviários possuem *reivindicações W*, etc. A partir do momento, que as reivindicações de uma destas categorias forem atendidas, as demais categorias não importam para a que teve sucesso em suas reivindicações.

Alguns agentes de formação de uma racionalidade sistêmica

A ação comunicativa, desta forma, encontra-se esfacelada, nos diversos segmentos de grupos, sendo filtrada e neutralizada pelos diversos aparatos de indução de comportamentos racionalizados sistematicamente. Dentre eles:

A) *Os Meios de Comunicação de Massa.*

Os meios de comunicação de massa, são instrumentos para se propagar e legitimar comportamentos nos quais os indivíduos devem enquadrar-se; são indutores de valores sistêmicos, isto é: *compre o produto A ou o produto B, mas compre; vote no candidato A ou no candidato B, mas vote; comporte-se como o personagem da novela X, ou como o personagem da novela Y, mas comporte-se.* Quem determina essas regras de valores? A ação comunicativa de toda a classe capitalista? Impossível. O conjunto de valores difundidos pelos meios de comunicação de massa não são determinados por nenhuma ação comunicativa de nenhum grupo social, específico. O fato de existir grupos profissionais de marketing, não faz da ação deste grupo uma ação maquiavélica de imposição de valores, mas sim uma indução ao consumo, e a determinados comportamentos que resultam deste consumo; e na maioria das vezes não é o dono (capitalista), ou o conjunto

de todos os donos de meios de comunicação de massa, quem fabricam as mensagens a serem veiculadas em suas empresas de comunicação e sim categorias profissionais que executam este fim, em profunda relação com o mercado, em relação com uma "aura" psicológica de consumo.

Desta forma a essência dos meios de comunicação, o que dá sentido à sua existência não parte de uma ação comunicativa de qualquer grupo social, impondo um conjunto de valores ao restante dos outros grupos, mas simplesmente a indução de comportamentos, através da veiculação de símbolos e valores de uma estrutura sistêmica da sociedade capitalista.

B) Justiça – aparelhos judiciais.

Não é necessário fazer um curso de Direito para se conhecer leis; elas estão em toda parte. Desde que nasce, o indivíduo se enquadra no universo das leis, ele precisa ser alguém, ter um nome, um registro; mas isso é apenas um exemplo do complexo de leis que acompanharão o indivíduo durante sua vida. O conjunto de leis legitimado pela justiça é um outro exemplo de racionalidade sistêmica que induz o indivíduo a determinados comportamentos em detrimento de outros.

C) A Escola.

A escola é um outro exemplo de racionalidade sistêmica; a clientela da escola (pais e alunos), não participa da elaboração dos conteúdos pedagógicos que a escola executa. Esses conteúdos são impostos aos alunos, e se espera um determinado desempenho; na maioria dos casos, quem elabora esses conteúdos pedagógicos não percebe o papel cabedal que está executando na manutenção da racionalidade sistêmica, ou quando percebe não consegue com sua ação isolada romper com toda estrutura pedagógica formada. Independente se a escola esteja formando mão-de-obra

qualificada ou elites pensantes, ela não está formando indivíduos alheios, estranhos ao sistema social.

D) A Família.

Mas o berço de toda a indução sistêmica, na qual converge todas as outras, é a família. A família que ganhou relevância revolucionária com a burguesia moderna (Habermas, 1984), teve seu declínio com a ascensão da sociedade de massas, tendo suas principais funções publicitadas, ou seja, a educação dos filhos e a edificação de regras de comportamento; isso foi substituído pela escola e pela televisão. A família foi aos poucos tutelada, teve seu espaço privado sugado pelo poder da esfera pública que está em toda parte, induzindo os comportamentos:

o ideal-tipo burguês previa que, a partir de uma esfera íntima bem fundada na subjetividade correlata ao público, se cristalizasse uma esfera pública literária. Ao invés disso, esta se torna hoje uma porta aberta por onde entram as forças sociais sustentadas pela esfera pública do consumismo cultural dos meios de comunicação de massa, invadindo a intimidade familiar. O âmbito íntimo desprivatizado é esvaziado jornalisticamente, uma pseudo-esfera pública é reunida numa zona de 'confiança' de uma espécie de superfamília. (Habermas, 1984, p.192).

O poder da esfera pública (totalidade da racionalização sistêmica) não publicitou somente a esfera privada, ele tenta conquistar o que o indivíduo tem de mais privado, ou seja, a própria mente, seu pensamento, sua razão. O indivíduo está sendo expropriado enquanto ser racional, pois sua razão (crítica) coloca-se em uma relação de sujeição a

toda uma racionalização sistêmica; e mesmo que exista ações comunicativas de indivíduos dispersos, elas não são suficientes para romper com essa racionalidade que o domina e que o transcende.

Não quero com isso, desfigurar a existência de uma classe dominante, ela existe, ou seja, existe uma classe capitalista que possui a posse dos meios de produção; e existe uma classe trabalhadora, que tem como condição a venda de sua força de trabalho para os donos dos meios de produção. A relação econômica de ambos (produção de mais-valia), dá razão de ser a toda uma estrutura social, possível de ser racionalizada matematicamente (Luxemburg, 1983). A relação econômica entre capitalista e trabalhadores é racional (teoria matemática da mais-valia); ela não é justa, ela é desumana, covarde; mas ela existe, e é o motor de toda sociedade contemporânea.

Quando falei, que a estrutura social, nascida da ação comunicativa da burguesia, ganha vida própria, essa estrutura de maneira nenhuma vira-se contra os interesses da classe capitalista; apenas, que a classe capitalista, não mais determina a condução desta estrutura, como uma classe capitalista una e coesa, pois ela está fragmentada, assim como a classe trabalhadora, em diversos grupos sociais, com variados interesses.

Desta forma a racionalidade sistêmica, tenta tornar comum, cotidiana, quase que espontânea o ato de explorar e o ato de ser explorado.

BRANDÃO, Marco Antonio. An Analysis Of The *Communicative Action*. *Ensaio de História*, Franca, v.1, n.2, p.115-130, 1996.

ABSTRACT: In this article I make use of the concept developed by Jürgen Habermas, to make an analysis of the capitalist and

contemporary society, that is to say, the communicative action against all the systematic rationalization born from the development of capitalist society.

KEYWORDS: communicative action, systemic rationalization, social groups, interests conflicts, social history.

Referências bibliográficas

- ARENDT, H. A condição humana. 4.ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Florense, 1988.
- BERNARDO, J. Capital, sindicatos, gestores. São Paulo: Vértice, 1987.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 7.ed. Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- HABERMAS, J. A crise de legitimação no capitalismo tardio. Trad. Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Trad. Guíldo A. De Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LUXEMBURG, R. A acumulação do capital. 3.ed. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ROUANET, S.P. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

ATOR, TEMPO E PROCESSO DE LONGA DURAÇÃO NA POLÊMICA DE MARIÁTEGUI COM HAYA DE LA TORRE.*

Ricardo MARINHO**

RESUMO: Neste artigo procuramos resgatar para a discussão um dos momentos mais importantes da história do pensamento político latino-americano: a inacabada polêmica entre Victor Raul Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui. Para isso, recuperamos brevemente o cenário político e intelectual deste debate e tentamos apontar as suas marcas mais sensíveis: a paixão motivadora, a auto-definição dos contendores, as referências mundiais e o antagonismo quanto à perspectiva organizacional. Definimos, por fim, o que entendemos como essencial nesta polêmica, isto é, a batalha entre o ator jacobinismo de Haya e o anti-jacobinismo de Mariátegui.

UNITERMOS: Haya de la Torre, Mariátegui, ator, tempo, longa duração.

A polêmica entre Haya de la Torre e Mariátegui é um tema reiterado nos estudos ibero-americanos, tornando-se uma rubrica indispensável nas ciências humanas do continente. Contudo, como antes, convida a antagonismos e contraposições que nos mantêm numa dialética sem síntese que em nada contribui na resolução dos impasses históricos concretos da ibero-américa.

Tal como em Gramsci, a polêmica também desenvolveu o seu duplo¹. Para alguns —como César

* Comunicação apresentada na XI Semana de História da FHDSS, UNESP/Franca.

** Universidade Federal Fluminense (UFF) e Núcleo de Estudos Antônio Gramsci (Niterói-RJ).

Germana— foi o enfrentamento entre duas visões antagônicas do presente, passado e futuro do Peru; para outros —como Luís Alberto Sanchez— tratou-se apenas de um episódio fugaz e vazio de significado. Um tema como este, carregado de “história recente”, sempre pode ser vítima do presentismo croceano e do anacronismo².

A tentação de remeter ao passado os combates de hoje é quase inevitável. Mas, este não é o caminho mais adequado para entendermos e nos libertarmos do peso da história anterior, para exorcizarmos os fantasmas. Requer-se, na verdade, um certo exercício da crítica histórica. E, aqui, começam as complicações. Como delimitar com clareza e precisão os textos produzidos no debate? Como, por exemplo, definir o pensamento de Haya de la Torre em 1928, a partir de um livro como *El Antiimperialismo y el APRA*, que somente seria publicado oito anos depois³?

A polêmica, na verdade, não teve o vasto interesse que agora desperta. Não foi um fato da vida pública. Não aparece nos periódicos e revistas da época —com exceção, evidentemente, da *Amauta* e *Labor*— que eram os órgãos

¹ A respeito da dupla visão na interpretação de Gramsci ver o instigante ensaio de Luiz Werneck Vianna (1995).

² A recente revalorização de Croce por Hayden White diz muito do que estamos esboçando. Para a crítica da teoria historiográfica de Croce ver *Concepção Dialética da História* de Antônio Gramsci (1966). Para a crítica de Hayden White ver Luiz Werneck Vianna (1993). Fica aqui registrado nossas mais sinceras homenagens aquele que a 30 anos atrás possibilitou o pedido de cidadania brasileira à Gramsci: em memória do editor da liberdade, Ênio Silveira (1925-1996).

³ Como se sabe, Haya de la Torre promete explicitar coerentemente suas posições num livro que só publica em 1936 e o que anuncia Mariátegui termina perdendo-se irremediavelmente *no tempo*. *El Antiimperialismo y el APRA* foi concebido durante a polêmica com Mella e Mariátegui. O livro que Mariátegui prometeu era *Ideologia y Política* (Mariátegui, 1988).

militantes daquele momento⁴. Trata-se, então, de um debate nas trincheiras da oposição ao regime de Leguía, entre políticos obrigados a uma certa clandestinidade ou condenados ao exílio, enfrentando a sociedade política oligárquica desde as mobilizações populares de 1919⁵.

Além disso o APRA era apenas um movimento germinal e o socialismo não passava de um projeto partidário. O debate se trava entre núcleos minoritários e dispersos cujo desenvolvimento não se unifica⁶.

Tanto Haya de la Torre como Mariátegui eram cuidadosos com a correspondência. Desde que Haya partiu para o Panamá, exilado por Leguía em 1923, programa-se a escrever mais de dez cartas por dia, sem contar o envio de cartões postais e fotografias⁷. Como se sabe, Mariátegui reservava as primeiras horas do dia para, com a ajuda de Anna

⁴ Ambas publicações foram fundadas por Mariátegui em 1926 e 1928, respectivamente.

⁵ 1919 é um ano chave na interpretação de Mariátegui. No início deste ano, começa a luta sindical pela jornada de 8 (oito) horas de trabalho. Depois vem o 1º de maio e a fundação de *La Razon* por Mariátegui e César Falcon, na defesa do movimento sindical peruano. Em julho, o golpe de estado que coloca Leguía no seu segundo governo (1919-1930) forçará Mariátegui, em fins do ano da paz de Versalhes, ao “exílio disfarçado” que fala Antônio Melis.

⁶ Para se ter uma idéia do que estamos falando, vão aqui os nomes das cidades envolvidas no debate, que se deu, preferencialmente, através de cartas: Lima, Buenos Aires, Cidade do México, Paris, Berlim, Londres, Washington, Cusco, Arequipa, Jauja, Trujillo e Chiclayo.

⁷ Haya de la Torre foi exilado por Leguía em 1923, em decorrência das manifestações de 23 de maio do mesmo ano, em Lima, contra o governo. Numa carta a César Mendoza, escrita em Berlim a 22 de setembro de 1929, Haya de la Torre fará seu juízo a respeito de Mariátegui baseando-se na postura do mesmo frente ao 23 de maio. Para a visão de Mariátegui, ver sua carta à Pedro Ruiz Bravo, em 9 de junho de 1923 (Mariátegui, 1984).

e/ou do seu secretário, manter em ordem e em dia as suas cartas. Desta maneira, ambos estavam preparados para uma polémica que seria fundamentalmente epistolar.

Os dois contendores, tributários de um certo pensamento negativo que persiste na ibero-américa, fazem suas cartas levarem também os sentimentos e as paixões de quem escreve. A desilusão, o menosprezo, a ira, são recorrentes nessas cartas escritas por homens que admitiam expressar todo o entusiasmo possível contido em suas idéias.

Porém, quando o leitor se depara com as cartas, pode experimentar uma sensação de equívoco. No início, não encontramos as divergências que supostamente explicariam a polémica. Pelo contrário, constatamos coincidências entre Haya e Mariátegui: o entusiasmo pela causa indígena que levava à citação elogiosa de *Por La Emancipación de América Latina* nos 7 Ensaio⁸.

Não há dúvida sobre Mariátegui, repetidas vezes autodenominado marxista. Quanto a Haya, parece que, de maneira similar a outras biografias, iniciou-se na política entusiasmado com a Revolução Russa de 1917. Contudo, as coincidências eram só aparentes. Numa carta a Moisés Arroyo Posadas, de 30 de julho de 1929, Mariátegui confessara ao seu correspondente de Jauja:

“Como por ése y outros papeles podrá Ud. comprobar yo he agotado en el debate privado con Haya todos los medios de hacerlo aceptar una disciplina de grupo y de doctrina. Haya se ha obstinado en imponemos sin condiciones su caudillaje. Y yo habria

⁸ A passagem está na parte “La Comunidad y el Latifúndio” do ensaio “El problema de la tierra” (Mariátegui, 1975).

asumido una gravísima responsabilidad si, constatada su resistencia absoluta a situarse en un terreno más serio y leal, no hubiese tomado posición contra las desviaciones sucesivas a que el aprismo nos iba conduciendo. Si de algo he pecado, ha sido de espíritu tolerante y conciliador. Abri a Haya, atendido a sus protestas revolucionarias marxistas — he averiguado después que en materia de marxismo no ha aprendido nada— un credito de confianza quizá excesivo” (Mariátegui, 1984).

Como entender esse juízo categórico: “no ha aprendido nada”? Se prosseguirmos na leitura das cartas, veremos que as críticas pessoais que Haya dirige contra Mariátegui são mais ásperas. Parece que as idéias são menos importantes que a imagem de Mariátegui e que se fazia urgente demoli-la, literalmente, até não deixar pedra sobre pedra. Haya o retrata como um intelectual, um literato, um romântico, um ser imaginativo, tentado pelos senderos da fantasia, um coxo, um homem da Europa. Neste ponto, o que se nota claramente é o fato de que a incontida ira de Haya registra, paradoxalmente, o reconhecimento implícito de Mariátegui como político. Do contrário, se Mariátegui fosse, de fato, apenas um “fantasiador”, por que assinalar sua importância? Por que tratá-lo dessa maneira? Na realidade, o que se expressava nesta contenda era o enfrentamento entre dois estilos contrapostos de entender a luta política.

Todo este tratamento dado a Mariátegui permitiria a elaboração de um discurso fácil sobre a personalidade de Haya de la Torre: um ambicioso desmedido. Mas, talvez, seja

conveniente recordar, uma vez mais, Spinoza: “Não rir, não chorar, compreender.” Mais que julgar, interessa entendê-lo.

Por que a obsessão de Haya com a “invalidez” de Mariátegui? Sem negar a força desta paixão, isto é, a fúria incontida de Haya, este trata de contrapor o sujeito intelectual sentado numa cadeira de rodas com o verdadeiro político, que é um homem de ação por antonomásia. Todo o debate, então, reduz-se unicamente em saber que se pode mover e que está impedido de fazê-lo? A resposta é complexa. Daí que, no debate, que expressa maior interesse nos argumentos é precisamente Mariátegui, enquanto que Haya de la Torre dirá que estes ficam sem lugar (Idéias fora do lugar?).

Haya imagina o APRA como um exército, uma organização. Como exército, o partido, o ator deve ser disciplinado e hierarquizado. A tarefa do ator não é organizar as massas, pelo contrário, privilegia os selecionados, os eleitos. Partido de quadros. Haya “pensa” no ator de Lenin. Mas, olhando com cuidado, descobrimos que o Lenin de Haya é o mesmo de Trotsky: mais que a teoria do imperialismo de Lenin, ele é, na verdade, a figura de um homem excepcional, sem o que a Revolução Russa fracassaria.

Chegamos, então, ao ponto nodal. O Lenin de Haya o faz dizer que a questão essencial da Revolução é a questão do poder. O Lenin de Mariátegui o faria dizer o mesmo, com a pergunta do como se conquista o poder?⁹ Surge, aí, o problema do tempo.

⁹ Nossa hipótese a respeito do Lenin de Mariátegui passa pela leitura de sete textos do revolucionário russo: *O Que São os “Amigos do Povo” e Como Lutam Contra os Sociais-Democratas*; *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, Que Fazer?*; *Um Passo para Frente. Dois Passos para Atrás*; *Duas Táticas da Social-Democracia*; *O Imperialismo*; *A Face Superior do Capitalismo*; e *O Estado e a Revolução* (Lenine, 1979/80).

Para Haya, o caminho é claro: organizar o ator que segue a orientação de um líder, um condutor que reúne em sua pessoa as qualidades indispensáveis. Daí seu ator viver a busca obsessiva e imediata do poder, permitindo-se recorrer a qualquer atalho. As objeções que o ator de Mariátegui faria é o da ausência de verdade e o emprego do *bluff*, que na visão do ator de Haya não passava de escrúpulos intelectuais.

O ator de Haya é jacobino como disse Aricó (1987). Contudo, a versão de Aricó sobre as supostas fontes do jacobinismo, ao nosso ver, estão equivocadas. Não devemos buscar o jacobinismo em Lenin ou no bolchevismo, mas na própria sociedade peruana inserida no contexto mundial do entre guerras.

As idéias de Haya de la Torre não obedecem, assim, a motivações exclusivamente pessoais. Reduzir a reflexão à dimensão da ambição não nos permite entender o tamanho do problema. Em Haya estão presentes certos elementos vertebrais do país e do mundo. Pretendendo confrontar a sociedade política oligárquica, sem o saber, a reproduz.

Agora podemos entender o menosprezo de Mariátegui ao “materialismo histórico” de Haya: estas concepções eram tudo, menos, “materialismo histórico”. Frente a imagem jacobina da revolução, Mariátegui contrapõe a concepção do mito. O mito era o sinônimo do bolchevismo. Haya e Mariátegui, desta maneira, representavam duas maneiras de entender a revolução e esse era o problema essencial.

O marxismo de Mariátegui, entendido como o mito de nosso tempo, equivaleria a uma aposta de Pascal pela revolução, ou a uma tradução benjaminiana dos impulsos e das paixões da democracia. Num outro registro, poder-se-ia dizer que Mariátegui assumia plenamente as teses de Labriola

sobre o comunismo¹⁰. Em Labriola, a organização não antecede a política revolucionária. Mariátegui chega a Marx via Labriola: encontrar, aqui, as formas de luta, não era tão fácil como na vertente jacobina.

Se o exemplo da Revolução Mexicana convenceu Mariátegui da validade de sua análise, as vicissitudes da Revolução Russa colocou uma profunda dúvida sobre ele¹¹. Seja como for, o anti-jacobinismo de Mariátegui teve como respaldo a sua imagem de Sorel - a quem, absolutamente, identificava com o pensamento de Lenin -, e na própria história recente européia e peruana (O anti-jacobinismo de Sorel é via Bergson e O Círculo Proudhon).

Mas, como disse Gramsci, importa saber se o projeto de Mariátegui tinha consistência política similar ao projeto de Haya¹². A resposta a esta questão depende, entre outras coisas, de se saber se a acusação de irrealismo de Haya era

¹⁰ Em *La Escena Contemporanea* (1987), Mariátegui trabalha com Labriola na consideração a respeito “dos forjadores psicológicos do fascismo”. Labriola polemiza com Sorel (a despeito, inclusive, da influência exercida por ele sobre Mussolini), na medida que o identifica com o revisionismo de Bernstein. Labriola, na verdade, atualiza seu ensaio de 1895, “*Em Memória do Manifesto dos Comunistas*”. Daí que, para Mariátegui, a obra de Labriola resultava num apelo aos movimentos das classes subalternas para que, libertando-se, pretendesse a indispensabilidade da ciência e do mito. Para uma visão convergente com a nossa ver Valentino Gerratana (1986).

¹¹ Mariátegui vai discutir essa Revolução Passiva do seu pensamento convocando a literatura, Mariano Azuela e Panait Istrait, narradores excepcionais, cujos sentidos de aventuras seduziram sempre a Mariátegui. *Los de Abajo e Vers L'Autre Flamme* são livros de uma feroz crítica às Revoluções Mexicana e Russa (ver, respectivamente, Mariátegui 1988b e 1990).

¹² Esse ponto é importante porque vemos nitidamente em Gramsci a retomada da obra de Labriola, na intenção de libertar o marxismo das simplificações.

fundada ou não. Na verdade, a polêmica foi inacabada, e não nos cabe a invenção de um epílogo. Mas, uma coisa é certa: o caminho de Haya era uma “revolução pelo alto”; o caminho de Mariátegui era o oposto e permanece como um desafio. Eis, portanto, onde o passado imperfeito nos remete ao futuro anterior.

MARINHO, Ricardo. Act, Time And The Long Time Duration Process In The Mariátegui And Haya De La Torre Polemics. *Ensaios de História* (Franca), v. 1, n. 2, p. 131-140, 1996.

ABSTRACT: In this article we try to get back for discussion one of the most important moments of the Latin-American political thought: the endless polemic between Victor Raul Haya de la Torre and José Carlos Mariátegui. For this purpose, we got back quickly the intelectual and political setting and tried to point out its most noticeable characteristics: the motivating passion, the self-definition of the strugglers, the worldwide references and the antagonism towards the organizational perspective. We have finally decided on what we consider as essential in this polemics, that is, the battle between Haya's Jacobinism act and Mariátegui's anti-Jacobinism.

KEYWORDS: Haya de la Torre, Mariátegui, act, time, long duration.

Referências bibliográficas

- ARICÓ, J. O Marxismo Latino-Americano nos Anos da Terceira Internacional. In: Hobsbawm, E.J. (Org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8, p. 419-459.
- GERRATANA, V. Antônio Labriola e a Introdução do Marxismo na Itália. In: Hobsbawm, E.J. (Org.). *História*

- do Marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v.4, p.11-49.
- GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- HAYA DE LA TORRE, V.R. El Antiimperialismo y el APRA. Santiago: Ercilla, 1936
- LENINE, V.I. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa & Omega, 1979/80.
- MARIÁTEGUI, J.C. 7 Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana. São Paulo: Alfa & Omega, 1975.
- MARIÁTEGUI, J.C. Correspondencia (1915-1930). Lima: Biblioteca Amauta, 1984.
- MARIÁTEGUI, J.C. El Alma Matinal y otras estaciones del hombre de hoy. Lima: Biblioteca Amauta, 1988 (a).
- MARIÁTEGUI, J.C. Ideologia y Política. Lima: Biblioteca Amauta, 1988 (b).
- MARIÁTEGUI, J.C. La Escena Contemporanea. Lima: Biblioteca Amauta, 1987.
- MARIÁTEGUI, J.C. Temas de Nuestra América. Lima: Biblioteca Amauta, 1990.
- VIANNA, L.W. Lições da América: O Problema do Americanismo em Tocqueville. *Lua Nova*, São Paulo, n.30, p.159-193, 1993.
- VIANNA, L.W. O Ator e os Fatos: A Revolução Passiva e o Americanismo em Gramsci. *Dados*, Rio de Janeiro, v.38, n.2, p.181-235, 1995.

TRADUÇÃO/TRANSLATION

A REVOLUÇÃO PASSIVA EM GRAMSCI*

Luisa MANGONI**

O conceito de *revolução passiva* permite captar, de maneira exemplar, tanto o método de trabalho quanto a relação entre paradigma interpretativo e exemplificações históricas em Gramsci. Ele nasce, antes de tudo, da focalização de um período preciso: o *Risorgimento* italiano. No 1º *Quaderno*, datado de 1929/30, Gramsci observa que a análise da política dos moderados permite distinguir o *Risorgimento* como um caso específico de “revolução sem revolução” ou de “revolução passiva”, como ele precisa melhor num acréscimo posterior (p.41). Posteriormente, este critério histórico-político foi aferido e detalhado como possível interpretação da assim chamada Era da Restauração, mas com a advertência de que trata-se de uma questão historicamente complexa, não resolúvel “com base em esquemas sociológicos abstratos” (p.134).

Nesta fase o conceito de *revolução passiva* expressa-se mais analiticamente, tendo como base as seguintes passagens: 1) Revolução Francesa e transformação violenta das relações sociais políticas na França; 2) oposição européia; 3) guerra da França contra a Europa; 4) embates nacionais e formação dos Estados modernos europeus por meio de pequenas ondas reformistas, caracterizadas pela combinação de lutas sociais, intervenções “do alto” e guerras nacionais. É

* Tradução de Eloíza Cristina Roncari Piccioni, graduanda em História. Publicação original: *Rivoluzione Passiva*, publicado em VV.AA., *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*, Roma, Editrice L'Unità, 1987, p.129-130.

** Professora de História da Itália do Século XX na Universidade de Veneza.

esta última passagem que fixa a Era da Restauração como era da *revolução passiva*, isto é, como aquela “forma política na qual as lutas sociais encontram cenários bastante elásticos, de forma a permitir que a burguesia ascenda ao poder sem rupturas clamorosas” (p.134).

Entre 1930 e 1933, a hipótese de trabalho revela futuras potencialidades explicativas em relação ao problema, suscitando analogias entre o período histórico posterior à queda de Napoleão e aquele que sucede à guerra de 1914 a 1918; em outras palavras, a idéia de *revolução passiva* passa a ser concebida também em seu significado “atual”, passa a ser, por exemplo, um possível critério de interpretação histórica do fascismo (p.1209). Em 1933, o conceito de *revolução passiva* vem, hipoteticamente, indicado como chave interpretativa de “toda época complexa de transformações históricas” (p.1827).

As passagens internas do raciocínio seguido por Gramsci e a cautela expositiva que privilegia hipóteses interpretativas ao invés de esquemas generalizantes induzem a caracterização de um procedimento circular: de um fenômeno definido como um paradigma interpretativo mais geral que, por sua vez, deve ser verificado concretamente à luz de específicas exemplificações históricas. Este método de trabalho comporta uma progressiva articulação da mesma hipótese inicial.

Dado que o caso exemplar de *revolução passiva* é aquele no qual se dá “uma combinação de forças progressistas escassas e insuficientes por si mesmas ... com uma situação internacional favorável à sua expansão e vitória” (p.1360), derivam-se daí algumas conseqüências relevantes. Assim, a complexa realidade política que está contida na “expressão metafórica” de Restauração não pode ser lida como puro processo de conservação, a partir do momento que detrás do aparente imobilismo de uma “envoltura política” ocorre, na realidade, uma transformação molecular das “relações sociais

fundamentais” (p.1818). São evidentes as implicações de uma análise desta natureza no que se refere às interpretações do fascismo, e não apenas dele.

Além disso —e como conseqüência—, Gramsci sublinha o perigo de transformar a *revolução passiva* em programa “porque a impostação geral do problema pode levar a um fatalismo” (p.1827): a dialética conservação-inovação, que “na linguagem moderna chama-se reformismo” (p.1325), uma vez assumida como programa pode também determinar uma espécie de “derrotismo histórico” e, portanto, “mitigar o advento de uma antítese vigorosa” (p.1827). Fórmulas como aquelas usadas, por exemplo, por Croce —“o mundo segue em frente...” — contribuíram inclusive para convencer a respeito da inelutabilidade de um processo histórico e agregar em torno disso um consenso passivo, determinando uma espécie de renúncia fatalista à luta.

RESENHAS/*REVIEWS*

RESENHA

AMARAL, Roberto (coord.) **FHC: Os paulistas no poder.**
Niterói: Casa Jorge, 1995.

César Ricardo de ANDRADE*

A vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 deixou perplexos a todos aqueles que, impressionados pela aparente solidez e amplitude eleitorais de Luís Ignácio da Silva, apostaram na candidatura petista, que acabou derrotada por uma coalizão de centro-direita formada pelos partidos PSDB e PFL. No poder, estes se apresentaram imediatamente como o início de uma caminhada para uma nova ordem cuja pretensão é a de superar em definitivo a chamada era Vargas, reorganizando as relações entre Estado e sociedade. O pilar dessa proposta tem por base uma discussão que opõe o nacional-desenvolvimentismo das fases anteriores ao liberalismo pretendido por aqueles que deram sustentação à esta candidatura.

É dentro desta conjuntura que diversos autores, de diferentes índoles, tendências e origens políticas, reúnem-se nesta coletânea para apresentar suas impressões sobre as características e consequências da vitória desta aliança entre São Paulo e Nordeste. Do mesmo modo, analisam os erros da esquerda —notadamente aquela situada no PT— e as causas de sua derrota neste pleito, manifestando-se também, sobre o realinhamento partidário configurado naquele processo e sobre as perspectivas futuras da esquerda brasileira. Mas fundamentalmente, pretendem avaliar historicamente o que realmente significa aquele “novo” anunciado por este governo

* Graduando em História.

desde seus primeiros instantes no poder. Observam para isso as promessas, os discursos e o ímpeto reformista destes novos governantes, concordando em afirmar que esse governo tem como sua principal meta a superação do papel-chave atribuído ao Estado e à política desde a Revolução de 30 (trinta).

Rubem Barboza Filho, autor do ensaio que dá nome a esta coletânea, faz notar que não é casual o fato de caber justamente a um político paulista a missão de superar essa já esgotada e ultrapassada ordem varguista, posto que esta iniciasse colocando fim à supremacia política de São Paulo. É exatamente a vitória desta "alternativa paulista", expressa na candidatura Fernando Henrique, que permitirá a implantação no país de um regime que, de resto se organizará a partir de um modelo econômico já conformado em São Paulo. Essa "paulistanização" do Brasil tem como sua principal intenção o fim do caráter organicista e estatista que marcou a era Vargas, libertando a sociedade civil das amarras da tutela estatal e garantindo a hegemonia política da burguesia paulista, após sessenta anos de afastamento do poder. O final desse afastamento assinala também o encerramento daquela era e da função atribuída à política desde então, que era a de comandar e disciplinar seres sociais que antes se mediam pelo Estado e agora se conduziriam de forma autônoma, pautando-se pelo pacto e pelo consenso privados, rumo a uma típica economia de mercado de matriz ocidental.

A realização de tal objetivo demanda uma série de reformas, que visam cancelar os mecanismos reguladores da economia brasileira. Somente o índice de alcance destas poderá indicar a verdadeira natureza desse novo regime. Contudo, é certo que, partindo da tentativa de adequação do Brasil ao processo de globalização em curso no planeta e da constatação do esgotamento daquela já mencionada herança varguista, e ainda que utilizando muitos recursos desta mesma tradição, está claro que o país imaginado pelos autores desse

processo é oposto ao configurado nos últimos sessenta anos de nossa história. Resta saber até onde este irá se confirmar.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso, marco anunciado do fim da transição à democracia, traz consigo dois saldos imediatos: primeiramente, a apatia de uma esquerda, que antes certa de sua vitória, não parece agora capacitada para apresentar-se como alternativa à nova ordem conservadora que hora se impõe; e, talvez com piores conseqüências a longo prazo, o fim do destaque dado à democracia, que ocupava um papel central nos debates ocorridos naquela fase de transição. Dessa maneira a transição termina sendo coroada de modo inverso ao pretendido por aqueles que afirmavam por uma ruptura democrática, oposta à uma mera liberalização do país, intenção de resto pretendida por suas elites econômicas. Os caminhos apontados por alguns desses autores para a reviravolta dessas expectativas passam todos por uma necessária revisão da esquerda, a fim de torná-la uma real alternativa de governo. O que não se pode prever, porém, é se a esquerda brasileira está preparada para esta verdadeira auto-refundação.

RESENHA

PRIETO, Saturnino Sánchez. Y que és la história? Espanha: Siglo Vientiuno, 1995.

Nilcéia Borges DEDEMO*

Uma importante consideração para o educador na área de História é questionar-se constantemente e reconhecer a especificidade e a importância da disciplina com a qual trabalha, o que o levará inevitavelmente à busca de meios próprios e cada vez mais adequados para ensiná-la.

Neste livro que é um aprimoramento e guia para o educador contemporâneo de História, o autor mostra que para se trabalhar esta área do conhecimento, deve-se, antes de mais nada, “ensenar lo que la história es” (p.124). Assim, quando o aluno percebe a essência da disciplina e seus objetivos, dá-se a etapa mais importante no processo de aprendizagem da História.

Um aspecto relevante para o ensino de História, é o conhecimento por parte dos alunos dos métodos de investigação e de construção do conhecimento histórico. Para tanto, o professor deve colocá-los em contato com as diversas fontes históricas e as formas de analisá-las, para que através da prática, tenham uma empatia, e não encarem a História como simples sucessão de fatos em datas específicas, ou como um conhecimento que é interessante apenas para quem é “especialista”.

O conhecimento dissociado do esforço individual de pesquisa e da consciência da história da matéria não tem real

* Graduanda em História.

valor, ou seja, o conhecimento estanque, em todas as áreas, e, no caso específico da História (que é essencialmente interpretativa), nada significa para os discentes, que adquirem antipatia e desinteresse pelas aulas. Os alunos precisam sentir a História como a vida de todos os seres humanos, que busca no passado, a compreensão e as perspectivas para o presente.

A História não é somente o estudo do passado pelo passado, visto que “(...) el historiador se acerca al conocimiento del pasado a partir de su próprio presente” (Prieto, p.22), pois, é partindo de sua realidade que o historiador analisa os fatos e as fontes históricas. O presente importa mais que o passado, afinal apenas o presente existe e permite mudar o mundo.

A História precisa ser apreendida como essencial para a compreensão do presente, no meio onde nos encontramos, através das analogias: passado X presente e meio atual do indivíduo X mundo, apenas assim, o aluno “estabelece, uma vez más, ‘el diálogo entre el presente y el pasado’, empiaza a pensar historicamente y esta capacitado, por tanto para comprender la afirmación de Collingwood: ‘todo pensamiento histórico es la interpretación histórica do presente’ es decir, como el presente ha llegado a ser lo que es; descubre en fin, para qué sirve la história”(p.130).

Assim, os alunos devem ter a chance de interpretar as fontes que façam referência não apenas a “grandes vultos”, mas a todas as pessoas, e sejam levados a comparar a vida de outras pessoas do passado (colocando-se no lugar delas) às suas próprias vivências, o que os ajudará a “(...) salir de su mundo egocêntrico y constatar que a vida adquire sentido en la dimension colectiva y temporal que trasciende la inmediatez de los acontecimientos.” (p.28).

A educação dá-se através de um ato consciente de readaptação, em que uma experiência percebida em suas relações, torna o indivíduo apto para assimilar novas

experiências. Este ato é individual, em sua origem e em seu processo. Neste contexto, a história deve, fazer com que os indivíduos estruturam o conhecimento e baseados no mundo que lhes cerca, conheçam-se melhor, essa experiência rica e única, é individual, não é ensinada e nem mostrada por outrem.

O papel do educador é permitir que os alunos tenham a oportunidade de formar seus métodos próprios de análise e de estudo dos conhecimentos. Para tanto, ele deve incitar atividades (tais como: levantamento de questões instigantes, debates, comparação de fontes variadas, leitura e interpretação de textos), que ajudem na construção de conceitos básicos para a compreensão da realidade, em especial os conceitos de tempo e de espaço.

Não há neste e em nenhum outro livro, uma “fórmula mágica” para o ensino e a compreensão da História, mas existem conhecimentos importantes sobre a disciplina e as formas de trabalhá-la. Muitas correntes historiográficas existem (e são apontadas pelo autor), e muitos avanços na área da psicopedagogia são constantemente alcançados. O professor de história precisa ter amplo conhecimento dessas idéias, para que analise as limitações de cada uma e as reflexões feitas, baseado nas quais pode estruturar suas aulas.

Para o autor, as reflexões teóricas e metodológicas dos grandes historiadores devem ser analisadas pelos educadores, que precisam conhecer profundamente as interpretações da História, para que, familiarizados, possam adequá-la a seus alunos e consigam transformar suas aulas em experiências ricas e significativas.

Prieto coloca como alguns dos principais objetivos no ensino secundário de História, a “análise dos mecanismos que regem a sociedade”, “a identificação e a análise das interações entre os campos político, econômico e cultural” da sociedade e a explicação (situando os alunos espaço-temporalmente) das

mudanças e acontecimentos relevantes da História, valorizando o significado que tiveram no processo histórico e as suas atuais repercussões. (p.131)

Para que a História adquira sentido para os discentes, há urgente necessidade de se superar a idéia do compartimentismo, educação só para educadores, economia só para economistas, etc. Esta maneira de se ver a sociedade relaciona-se ao intuito de preservar o *status quo*, impedindo a visão da unidade do processo histórico que envolve todas as esferas: política, econômica, social e os indivíduos como um todo. Esse é um grande desafio para os verdadeiros historiadores-educadores, que lutam pela mudança, para a qual o saber histórico é de suma importância, e para que seja concreto, professores e alunos devem constantemente questionar-se: “O que é a História”, para que serve? E qual o nosso papel como indivíduos históricos?

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Ação comunicativa, p.115
Agente histórico, p.107
Aristófanes, p.19
Atenas, p.19
Ator, p.131
Brasil pós-64, p.89
Burocracia, p.63
Comédia, p.19
Conflitos de interesses, p.115
Contexto social, p.51
Coronelismo, p.63
Democracia, p.11
Descobrimientos, p.37
Dominação, p.79
Educação, p.89
Êsquilo, p.11
Estado Novo, p.79
Eurípedes, p.11
Formação do professor, p.99
Grupos sociais, p.115
Haya de la Torre, p.131
Hegemonia, p.79
História
 do cotidiano, p.107
 oral, p.107
 social, p.115
 ensino de, p.89, 99
Ideologia, p.79
Igreja medieval, p.51
Inquisição, p.51
Instituições, p.73
Jesuítas, p.37
Liberalismo, p.63
Longa duração, p.131
Malleus Maleficarum, p.51
Mariátegui, p.131
Mito
 do bom selvagem, p.37
Mudança social, p.89
Organização judiciária, p.63
Política imperial, p.63
Prática pedagógica, p.99
Racionalização sistêmica, p.115
Resistência, p.79
Sistema eletivo, p.63
Sociedade estamental, p.73
Sófocles, p.11
Teatro, p.19
Tempo, p.131
Tendências pedagógicas, p.107
Tragédia grega, p.11

SUBJECT INDEX

SUBJECT INDEX

- Coronelismo*, p. 73
Estamental Society, p. 73
Act, p. 131
Aristófanés, p. 19
Athens, p. 19
Bureaucracy, p. 73
Comedy, p. 19
Communicative Action, p. 115
Daily History, p. 107
Democracy, p. 11
Discoveries, p. 37
Domination, p. 79
Education, p. 89
Elective System, p. 63
Ésquilo, p. 11
Eurípedes, p. 11
Greek Tragedy, p. 11
Haya de la Torre, p. 131
Hegemony, p. 79
Historical Agent, p. 107
History Teaching, p. 89
Ideology, p. 79
Imperial Politics, p. 63
Institutions, p. 73
Interests Conflicts, p. 115
Jesuits, p. 37
Judicial Organization, p. 63
Liberalism, p. 63
Long Duration, p. 131
Malleus Maleficarum, p. 51
Mariátegui, p. 131
Medieval Church, p. 51
Mith
 Nice Savage, p. 37
New State, p. 79
Opposition, p. 79
Oral History, p. 107
Pedagogical practice, p. 99
Pedagogical Tendency, p. 107
Post 64 Brazil, p. 89
Social Change, p. 89
Social Context, p. 51
Social Groups, p. 115
Social History, p. 115
Sófocles, p. 11
Systemic Racionalization, p. 115
Teaching of History, p. 99
Teachers Formation, p. 99
Theatre, p. 19
Time, p. 131

ÍNDICE DE AUTORES/*AUTHORS INDEX*

ÍNDICE DE AUTORES/*AUTHORS INDEX*

- ANTÔNIO, E.M.M., p.63
ANTÔNIO, M.A.M., p.51
BELEBONI, R.C., p.11
BORGES, A.L., p.99
BRANDÃO, M.A., p.115
COSTA, A.C., p.19
GIANVÉCCHIO, A., p.73
MARINHO, R., p.131
MIOTO, D.E. de A., p.107
OLIVEIRA, W.A. de, p.79
SCATENA, R.M., p.89
SILVA, M.R. de C., p.37

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

Informações gerais

Os ENSAIOS DE HISTÓRIA publicam trabalhos inéditos de estudantes da FHDSS – UNESP – *Campus* de Franca, na forma de artigos, revisões, comunicações, notas prévias, resenhas e traduções. Só serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos.

Os trabalhos deverão ser redigidos em português. Deverão anteceder o texto os seguintes itens: título, autor(es), identificação do(s) autor(es), resumo de, no máximo, 5 linhas e 5 unitermos. Sucederão o texto: referência bibliográfica em inglês, *abstract* e *keywords*.

É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização da Comissão Editorial.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas Normas para a Apresentação de Original* serão devolvidos aos autores.

Preparação dos originais

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em duas vias, com cópia das ilustrações. Textos em disquetes serão acompanhados do *printer* (cópia impressa, fiel, do disquete), em *Word 6.0*, apresentados em letra 13, tipo New Times Roman, espaço 1.5; os textos devem ter no máximo 15 páginas.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte sequência: *Título; Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *Filiação científica do(s) autor(es)*

* Esclarecimentos adicionais sobre as normas para apresentação de original constam do manual *Normas* para publicações da UNESP.

(indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade, sigla, Cidade, Estado, País, orientação quando houver, agência financiadora — bolsa e/ou auxílio a pesquisa — quando houver); *Resumo* (com máximo de cinco linhas); *Palavras-chave* (até cinco); *Texto* (subtítulos, notas de rodapé e outras quebras devem ser evitadas); *Agradecimentos*; *Title, Abstract e Keywords* (versão para o inglês do Resumo e Palavras-chave precedida pela Referência bibliográfica do próprio artigo); *Referências Bibliográficas* (trabalhos citados no texto).

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

Livros e outras monografias

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. Metodologia do trabalho científico. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C.S. Meios de comunicação de massa. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 47-66.

Dissertação e teses

BITENCOURT, C.M.F. Pátria, civilização e trabalho. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Artigos de periódicos

ARAÚJO, V.G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. ARTEunesp, São Paulo, v.7, p. 59-63, 1991.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A.J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. Anais... São Paulo: UNESP, 1990, p. 114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Moraes (1955) assinala...". Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Mumford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (Oliveira & Leonardo, 1943), e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al, 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 11,5x18 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

SOBRE O VOLUME

Formato: 16 x 21 cm
Mancha: 27 x 45 paicas
Tipologia: Times New Roman
Papel: Offset 75 g/m² (miolo)
Couchê 60 g/m² (capa)
Matriz: eletrostática
Tiragem: 300

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Diagramação e Coordenação
Tercio Pereira Di Gianni

Revisão de Texto (português)
Jacqueline Gomes Lespinnasse

Revisão Bibliográfica
Jacimar Ferreira de Rezende

Assessoria Técnica
Aparecida Fátima Vieira Guiraldelli
Nanci Soares

Produção Gráfica
Alcione Morais de Oliveira
Iraci Carlos de Oliveira
Luís Carlos Mendonça
Valter Mendes da Silva (chefe)

Desejo receber os ENSAIOS DE HISTÓRIA: Número avulso R\$ 3,00. Assinatura anual R\$ 5,00. Assinalar o(s) ano(s), volume(s) e número(s) desejado(s):			
1996		1997	
v. 1, n. 1	v. 1, n. 2	v. 2, n. 1	v. 2, n. 2
Nome: _____			
Endereço: _____			
Cidade: _____		Estado: _____	
CEP: _____		Fone: (____) _____	
Data: ____/____/____			
Assinatura: _____			
Anexo a este cupom estou enviando para a revista ENSAIOS DE HISTÓRIA CHEQUE nominal à <u>Faculdade de História, Direito e Serviço Social</u> . UNESP/Campus de Franca. Rua Major Claudiano, 1488 – Caixa Postal 211 – Franca/SP CEP 14.400-690			

